

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos
Curso de Mestrado

KENNEDY JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR

CAPACITISMO: VONTADE DE VERDADE E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

UBERLÂNDIA
2024

KENNEDY JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR

CAPACITISMO: VONTADE DE VERDADE E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Curso de Mestrado – do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de mestre em Estudos Linguísticos

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada.

Linha de pesquisa: Linguagem, sujeito e discurso.

Orientador: Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes.

Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

UBERLÂNDIA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48c
2024 Oliveira Júnior, Kenndy José de, 1998-
Capacitismo [recurso eletrônico] : vontade de verdade e estratégias
de resistência / Kenndy José de Oliveira Júnior. - 2024.

Orientador: Cleudemar Alves Fernandes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5072>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Linguística. I. Fernandes, Cleudemar Alves, 1966-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

André Carlos Francisco
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1G, Sala 1G256 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4102/4355 - www.ileel.ufu.br/ppgel - secppgel@ileel.ufu.br



ATA

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Linguísticos				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado - PPGEL				
Data:	Dezesseis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	12212ELI017				
Nome do Discente:	Kennedy José de Oliveira Júnior				
Título do Trabalho:	Capacitismo: vontade de verdade e estratégias de resistência				
Área de concentração:	Estudos em Linguística e Linguística Aplicada				
Linha de pesquisa:	Linguagem, sujeito e discurso				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Constituição do sujeito discursivo: entrelaçamento entre língua, história e sociedade				

Reuniu-se, na sala 209 do bloco U, Campus Santa Mônica, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, assim composta: Professores Doutores: Daniel Mazzaro - UFU; Bruno Franceschini - UFCat; Cleudemar Alves Fernandes - UFU, orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos, o Presidente da mesa, Dr. Cleudemar Alves Fernandes, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna

da UFU.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Mazzaro Vilar de Almeida, Professor(a) do Magistério Superior**, em 16/02/2024, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Franceschini, Usuário Externo**, em 16/02/2024, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleudemar Alves Fernandes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 16/02/2024, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5186320** e o código CRC **F80123FB**.

Referência: Processo nº 23117.011626/2024-15

SEI nº 5186320

Com imensa gratidão, dedico este trabalho aos meus pais extraordinários, cujo apoio incondicional e esforços incansáveis foram a fonte da minha inspiração e alicerce para alcançar este marco acadêmico. A cada sacrifício feito em prol do meu crescimento, à dedicação incansável ao meu bem-estar e educação, expresso minha eterna gratidão.

Dedico também este trabalho ao movimento das pessoas com deficiência, uma fonte constante de motivação para superar desafios e promover a inclusão. Que este estudo contribua, de alguma forma, para o avanço das condições e oportunidades para todos, independentemente das diferenças.

AGRADECIMENTOS

Com lágrimas de gratidão, elevo meu coração em agradecimento, começando por render homenagens a Deus e aos meus orixás. A sabedoria que me foi concedida e a disposição para enfrentar os desafios acadêmicos são bênçãos divinas que moldaram meu caminho.

Meus amores, Cida e Kennedy, minha gratidão por vocês é tão profunda que as palavras mal conseguem expressar toda a emoção que sinto. Vocês, dois seres incríveis, foram os mestres mais significativos dessa trajetória, ensinando-me lições de vida que nem mesmo a mais renomada universidade seria capaz de oferecer. Foi por meio do amor de vocês que compreendi que minha deficiência não é uma limitação, mas uma parte fundamental da minha subjetividade. Vocês me mostraram que, apesar das adversidades, o crescimento é uma escolha pessoal e uma jornada que não conhece barreiras.

Às almas incríveis que chamarei eternamente de meus irmãos, Kamilla e Renan, dedico palavras carregadas de emoção, especialmente neste momento que antecede a conclusão deste trabalho significativo. Cada passo que percorremos juntos tem sua própria narrativa, e até aqui foi uma história repleta de desafios e triunfos.

Aos amigos que tornaram minha estadia em Uberlândia vibrante e repleta de cores, Wanderson e Maycon, dedico palavras carregadas de gratidão e emoção. Sem a presença de vocês, minha história nesta cidade não teria ganhado vida e sentido. Obrigado por serem a paleta de cores que preencheu os capítulos da minha vida aqui, por transformarem momentos simples em lembranças inesquecíveis. Vocês não foram apenas amigos; foram anjos que iluminaram meu caminho nos momentos em que as sombras pareciam se intensificar. Cada risada compartilhada, cada ombro amigo nos desafios, foi uma salvação que moldou minha experiência de maneiras indescritíveis.

Ao Bruno Krakauer, meu amigo e parceiro de sonhos, dedico estas palavras carregadas de emoção e sincero agradecimento. Sua amizade foi a bússola que guiou minha trajetória até o mestrado, e é impossível expressar completamente a gratidão que sinto. Em nossas videochamadas, o cenário intelectual transforma-se em um vibrante diálogo sobre Foucault, onde as ideias do filósofo se entrelaçam com as nossas reflexões inconclusivas. Às vezes, por você encarno uma Kennedy lacaniana, com visadas na decolonialidade e nos estudos queer..., mas essa é outra história, é melhor não questionar demais!

Às minhas companheiras de jornada no mestrado e na vida, Lorraine e Tatiana, quero expressar minha profunda gratidão. Obrigado por compartilharmos não apenas a disciplina do Cleu, mas também risos, fofocas, cafés e, acima de tudo, por dividirmos as angústias e desafios dessa fase. Cada momento que compartilhamos representa uma página valiosa na minha história na UFU... Vocês são “tudo e uns canudos”!

Ao querido Cleudemar, talvez sem perceber, você se tornou uma peça fundamental na (re)constituição da minha vida. Sua visão libertária sobre vida abriu novos horizontes para mim, revelando perspectivas que antes eu não enxergava. Neste processo de escrita, você não apenas foi um guia, mas um verdadeiro companheiro de jornada, seus conselhos não apenas acalmaram meu coração, mas também tornaram esta experiência única e especial. Cleu, sua presença fez toda a diferença, e sou imensamente grato por tudo que você trouxe para a minha vida – os encontros, conselhos e correções no meu texto produziram em mim, mudanças expressivas na minha subjetividade no campo pessoal e profissional.

Aos professores Daniel Mazzaro e Bruno Franceschini, é com profunda apreciação que reconheço o papel fundamental que desempenharam na construção e aprimoramento deste trabalho. Agradeço por aceitarem participar da minha banca de qualificação e de defesa, contribuindo não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para o enriquecimento da minha jornada como pesquisador.

Aos queridos membros do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF), em especial aos professores Israel de Sá e Vinicius Dorne, agradeço não apenas pela oportunidade de mergulhar nas complexidades da obra de Foucault, mas também por criar um ambiente acolhedor onde o aprendizado se entrelaçou com experiências pessoais. Vocês, professores e colegas, não foram apenas fontes de conhecimento; tornaram-se guias e amigos nesta caminhada acadêmica.

Agradeço a todos os professores da pós-graduação em Estudos Linguísticos, à dedicada equipe da secretaria e à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como um todo. Quero estender meu mais sincero agradecimento a todos e todas que, embora não tenham sido nomeados, desempenharam papéis cruciais na realização do meu sonho - o mestrado. Cada um de vocês, de maneiras únicas e significativas, contribuiu para este importante passo na minha trajetória acadêmica, tornando possível a concretização desta conquista.

*“Liberta a tua mente pra ela não desandar
Lembra que é valente como as águas do mar
Que é tapete de serpente que dão pra nós pisar
Andai com passo firme que é pra não bambear
Quem eles pensam que são pra te apontar?
Não sabem da tua luta, não entendem seu linguajar
Que haja flor no seu caminho e no meu caminhar
Que a felicidade possa estar num olhar”.*

(MC THA, 2018)

RESUMO

O principal objetivo desta pesquisa é investigar as condições de possibilidade da emergência do conceito de capacitismo no cenário acadêmico-científico brasileiro. Buscamos também compreender as vontades de verdade e as estratégias de resistências no interior da constituição das tramas discursivas acerca dos corpos com deficiência, além de analisar as dinâmicas do poder institucional pelo estabelecimento de normativas que controlam o fazer científico com seres humanos. Entendemos a existência de sistemas de opressão e (in)visibilidade em se tratando das demandas das pesquisas que são realizadas com sujeitos com deficiência, dado o silenciamento sócio-histórico das corporeidades localizadas na esteira da monstruosidade (anormalidade) e o assujeitamento das pesquisas às concepções biomédicas. A base teórica desta pesquisa é fundamentada principalmente nas reflexões de Michel Foucault (1979; 1987; 2010; 2020; 2021) sobre as relações de poder entre os sujeitos, discurso, enunciado, formações discursivas; e as teorizações acerca da verdade, da anormalidade, da resistência e da história das ciências humanas. Para discutir deficiência e capacitismo, apoiamos-nos em autores como Diniz (2007), Campbell (2001; 2009), Deleuze (2000), entre outros. Esta pesquisa é caracterizada como um estudo localizado na arqueogenealogia. Para conduzir a pesquisa, elencamos o artigo “Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC”, da pesquisadora Anahí Mello, publicado na revista *Ciência e Saúde Coletiva*, com avaliação Qualis A1, com o intuito de analisar como o comitê de ética em pesquisa da UFSC compreende os estudos com seres humanos, em especial, com sujeitos com deficiência. As análises revelaram que o conceito de capacitismo emerge como uma vontade de verdade e como resistência aos domínios hegemônicos de pesquisa e, ainda, demonstram que os estudos acerca do capacitismo são incipientes nas diversas áreas do saber e, em especial, nos Estudos Discursivos Foucaultianos.

Palavras-chaves: Discurso. Capacitismo. Verdade. Resistência.

ABSTRACT

The main objective of this research is to investigate the conditions of possibility for the emergence of the concept of ableism in the Brazilian academic-scientific scenario. We also aim to understand the wills of truth and resistance strategies within the constitution of discursive plots about bodies with disabilities, in addition to analyzing the dynamics of institutional power through the establishment of norms that control scientific practices involving human subjects. We recognize the existence of systems of oppression and (in)visibility regarding the demands of research conducted with subjects with disabilities, given the socio-historical silencing of corporealities located in the wake of monstrosity (abnormality) and the subjection of research to biomedical conceptions. The theoretical foundation of this research is primarily based on the reflections of Michel Foucault (1979; 1987; 2010; 2020; 2021) on power relations among subjects, discourse, statement, and discursive formations; as well as theories about truth, abnormality, resistance, and the history of human sciences. To discuss disability and ableism, we rely on authors such as Diniz (2007), Campbell (2001; 2009), Deleuze (2000), among others. This research is characterized as a study within archaeogenealogy. To conduct the research, we selected the article "Disability, Incapacity, and Vulnerability: From Ableism or the Preeminence of Ableism and Biomedicine in the Research Ethics Committee of UFSC," by researcher Anahí Mello, published in the journal *Ciência e Saúde Coletiva*, with a Qualis A1 rating, with the aim of analyzing how the UFSC research ethics committee understands studies involving human subjects, especially those with disabilities. The analyses revealed that the concept of ableism emerges as a will of truth and resistance to hegemonic research domains, and also demonstrate that studies on ableism are incipient in various fields of knowledge, particularly in Foucauldian Discursive Studies.

Keywords: Discourse. Ableism. Truth. Resistance.

CAPACITISMO: VONTADE DE VERDADE E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
PRIMEIRA PARTE: IMERSÃO NOS ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS	22
1.1 A constituição da arqueologia foucaultiana	22
1.2 O estabelecimento da genealogia foucaultiana	40
1.3 Poder disciplinar: entre o normal e o anormal.....	50
1.4 A governamentalidade	61
SEGUNDA PARTE: A GRAMÁTICA DO CORPO COM DEFICIÊNCIA	67
2.1 Concepções conceituais sobre a deficiência.....	69
2.2 A História da Loucura e a deficiência: pontos de entrelaçamento.....	73
2.3 Correntes teóricas de percepção da deficiência.....	78
2.3.1 Modelo Médico.....	79
2.3.2 Modelo Social da deficiência	80
2.3 Capacitismo: vontade de verdade e estratégias de resistência.....	83
2.4 Produção científica: um olhar para as práticas biomédicas.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

O lema “Nada sobre nós, sem nós” é uma expressão política que, desde 1970, tem sido empregada pelos movimentos sociais das pessoas com deficiência como ato de resistência aos processos de opressão e invisibilização. Essa sentença é uma estratégia enunciativa para entrar no jogo discursivo e criar outras narrativas sobre as corporeidades com deficiência e evidenciar que esses sujeitos querem ter não somente seus direitos garantidos, como também exigem participar plenamente da vida política, cultural, econômica e educacional. Em outras palavras, as pessoas com deficiência estão dizendo “nenhum resultado a respeito de nós deverá de ser gerado sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência” (SASSAKI, 2007, p. 08).

Diante do exposto, arquitetamos um paralelo com os padrões de investigação sobre os corpos das pessoas com deficiência - uma vez que esses estudos, tradicionalmente, são fundamentados pelos princípios de normalidade e de anormalidade que transformam as corporeidades que escapam a uma lógica normativa em uma espécie de monstruosidade. Isso ocorre pela adoção de concepções teóricas que se embasam nas capacidades e habilidades corporais, desconsiderando assim as multiplicidades de corpos.

Nesse sentido, é oportuno esclarecer que o capacitismo é o nome atribuído à sistemática lógica presente no imaginário social que considera as pessoas com deficiência como seres não capazes de viver em sociedade, de estudar no ensino regular, de ocupar postos de trabalho, de ter relacionamentos amorosos, entre outras concepções. Segundo Dias (2013, p. 03), “o capacitismo é profundamente subliminar e embutido dentro da produção simbólica social. Faz parte de uma grande narrativa, uma concepção universalizada e sistematizada de opressão sobre o conceito da deficiência”. Sendo assim, a deficiência não é apenas um conceito vazio que classifica o corpo com lesão, mas que retrata a opressão vivenciada pelas pessoas com deficiência.

A dinâmica dos discursos sobre os corpos de pessoas com deficiência constitui um campo complexo, em que a hegemonia é exercida por aqueles que detêm o poder de definir a norma e a exceção. Conforme Michel Foucault (2014), a ordem do discurso é uma estrutura que regula o que pode ser dito e de que maneira, estabelecendo,

assim, quem pode falar e quem é silenciado. Nesse sentido, as pessoas com deficiência são frequentemente excluídas da ordem discursiva, com suas vozes sendo silenciadas ou distorcidas pela hegemonia dos discursos dominantes.

Foucault (2014) argumenta que a ordem do discurso é uma construção social baseada na distribuição de poder e nos mecanismos de controle que regulam a produção e a circulação das palavras. Nesse contexto, as pessoas com deficiência são frequentemente objeto de discursos que as reduzem à condição de invisíveis como sujeitos com experiências e perspectivas próprias.

A ordem do discurso também constitui uma forma de exercer controle sobre os corpos e as subjetividades, estabelecendo padrões de normalidade e exceção. Dessa maneira, as pessoas com deficiência são frequentemente vistas como exceções à regra, suas diferenças são percebidas como uma ameaça à ordem social. Essa perspectiva pode levar à exclusão social e política, em que as pessoas com deficiência são marginalizadas e silenciadas.

Para Campbell (2009, p.101), o capacitismo pode ser percebido como “uma normatividade corporal e comportamental baseada na premissa de uma funcionalidade do indivíduo”. Dito de outra forma, os corpos na estrutura neoliberal são tomados como força motora de produção de lucratividade: o corpo-propriedade tende a ser disciplinado pela sua capacidade de performance. E ao assumir a existência do capacitismo há possibilidade de analisar o funcionamento da gramática das corporeidades desviantes.

O estabelecimento de discussões sobre corpos dóceis e disciplina, no livro *Vigiar e Punir* (1987), embora não aborde explicitamente a deficiência, pode ser aplicada para analisar essas experiências. Assim, o conceito de normalização é relevante para pensar as conformidades sobre os corpos com deficiência – que estão sujeitos a passarem pelas metrificações sociais, históricas e políticas. Além disso, a representação social das pessoas com deficiência pode ser compreendida pela dinâmica de poder, refletida em estereótipos e limitação de oportunidades.

À vista disso, é imperativo considerar a existência da lógica capacitista como uma estrutura gramatical dos corpos, pelo embate do poder e do saber no adestramento dos corpos anormais e pela difusão de uma racionalidade que inscreve os sujeitos com deficiência em esferas biomédicas e psiquiátricas. Corporeidades que estão depositadas nas categorias de corpos corrigíveis – que são passíveis de serem reparados/reabilitados quando colocados em confronto com os padrões hegemônicos

de funcionalidade (MELLO; NUERNBERG, 2013).

Foucault (2020) argumenta que a sociedade utiliza a ortopedia social para criar uma hierarquia entre os corpos, categorizando-os como normais ou anormais. Esta categorização baseia-se em critérios como saúde, beleza, força e capacidade, que determinam o que é considerado normal e o que é visto como anormal. Corpos que não se enquadram nesses padrões são frequentemente marginalizados e excluídos do convívio social.

Além disso, a ortopedia social é um instrumento de controle sobre os corpos, impondo padrões de comportamento e movimento considerados normais. Esses padrões são frequentemente impostos por meio de práticas institucionais como a educação, a medicina e a legislação, que disciplinam os corpos para conformá-los às expectativas sociais.

No contexto das pessoas com deficiência, a ortopedia social assume uma relevância particular. Essas pessoas são frequentemente classificadas como anormais e reduzidas a suas deficiências, o que as torna invisíveis enquanto sujeitos com experiências e perspectivas próprias. Esses discursos são produzidos por aqueles que possuem o poder de definir a norma e a exceção, silenciando as vozes das pessoas com deficiência.

Entretanto, a ortopedia social pode ser subvertida. As pessoas com deficiência podem se organizar e articular suas experiências e perspectivas, criando espaços de resistência e contestação. Além disso, a inclusão de pessoas com deficiência em posições de poder e autoridade pode contribuir para a transformação da ortopedia social, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e suas perspectivas, consideradas.

Ao retomar a discussão sobre assumir uma gramática dos corpos, é possível trazer a seguinte perspectiva de Moreira *et al.* (2022, p. 946):

Ao escrevermos sobre as gramáticas do capacitismo, nossa intenção é também “ocupar a deficiência” com a pluralidade de nossas posições e lugares de contestação, mostrando como a deficiência emerge enquanto categoria de análise por estar sempre nas relações com outros marcadores sociais de diferença (grifos dos autores).

A citação sobre as gramáticas do capacitismo reflete uma abordagem crítica, que, neste trabalho, se alinha aos estudos discursivos foucaultianos. Ao buscar ocupar a deficiência, o interesse é transcender a simples denúncia do capacitismo,

explorando suas interseções com outros marcadores sociais de diferença – e essa análise aprofundada destaca a necessidade de compreender a deficiência não como uma entidade isolada, mas como uma categoria emergente nas complexas relações sociais, evidenciando a interconexão das opressões e as determinações das estruturas de poder disseminadas na sociedade.

Sustentar esse foco de investigação remete-nos a Foucault:

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo (FOUCAULT, 1979, p. 22)

Seria possível seguir afirmando, na perspectiva colocada pelo autor, que um olhar genealógico para a corporeidade busca responder como os saberes históricos propiciaram o estabelecimento de verdades sobre os sujeitos deficientes em um dado regime de poder. Uma vez que o corpo não é apenas uma estrutura física, mas uma materialidade significativa que se emerge em diferentes formações discursivas, sejam elas da ordem religiosa, política, médico-patológica e ou estética. “O corpo é visto como linguagem. O homem só se torna sujeito quando desse corpo emana um dizer e quando desse corpo se pode dizer algo. Em outras palavras, o corpo-sujeito é um corpo do devir da fala” (BRAGA e MENEGHEL, 2013, p. 90).

Dessa forma, podemos relacionar a reflexão sobre o corpo às concepções históricas da deficiência, visto que essa corporeidade se delineia no jogo do saber e do poder. Na obra *O que é deficiência*, de Débora Diniz, podemos constatar que o saber biomédico foi um dos pilares de sustentação das práticas de in(ex)clusão dos sujeitos deficientes nas sociedades a partir do século XVIII - que institucionalizam os corpos que escapavam a um ideário de normalidade/funcionalidade.

Para Diniz (2007), os estudos sobre a deficiência se dividem em duas concepções: o modelo médico e o modelo social. No modelo médico, a deficiência é apreendida como uma consequência natural da vida humana, sendo assim, esse corpo deve ser objeto de intervenção biomédica de tratamento e correção das lesões. Além disso, esse modelo tem a capacidade de institucionalizar os sujeitos, bem como classificar esses corpos como doentes que precisam ser medicalizados.

Já o modelo social toma a experiência da deficiência como resultado dos vários

processos de opressão e segregação. Ou seja, essa lente busca colocar o problema da acessibilidade e da inclusão no campo das ações políticas e da intervenção do Estado, pois esses corpos são adestrados pelas instituições de saúde e de educação, tendo como discurso legitimador os fatores patológicos, biológicos e físicos. Na vertente social, o desencadeamento analítico se estabelece tomando como princípio fundante o sistema capitalista, a lesão e, por último, a deficiência como causa de uma sociedade nada acessível às multiplicidades físicas e ou mentais (DINIZ, 2007).

De acordo com os estudiosos da deficiência enquanto fenômeno social, o termo *capacitismo* surge nos anos de 1960 e 1970 pelo estabelecimento dos movimentos sociais em prol dos direitos das pessoas com deficiência, localizados no Reino Unido e nos Estados Unidos. Essa designação é um recurso político que descreve os preconceitos e a discriminação que a população deficiente vive na pele todos os dias. Para Anahí Melo (2016, p.3272), “O capacitismo, que está para as pessoas com deficiência assim como o racismo está para os negros e o sexismo para as mulheres, pode ser associado com a produção de poder e se relaciona com a temática do corpo e por uma ideia de padrão corporal/funcional perfeito”.

O adestramento dos sujeitos com deficiência, historicamente, tem sido feito no interior das instituições escolares e hospitalares, seguindo as técnicas positivas da sociedade disciplinar que tomava a individualidade de sua população como estratégia de controle dos corpos. A disciplina nasce entre final dos séculos XVII e início do XVIII com a finalidade de transformar os corpos em objetos dóceis e úteis, seguindo o novo ordenamento do poder de Estado (FOUCAULT, 1987).

Desse modo, os sujeitos desviantes são tomados como peças fundamentais na manutenção dos contratos sociais. Na ótica de Foucault (2010, p.43), “a norma não tem a função de excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo”. É pela categorização dos sujeitos como normais ou anormais que o poder poderá atuar sobre determinadas condutas que fogem ao ordenamento do poder em vigor, agindo preventivamente contra quaisquer ameaças.

A disciplinarização dos corpos ocorre, em primeira instância, pela distribuição dos indivíduos no espaço, na medida em que cada indivíduo deve ocupar o seu lugar, e cada lugar tem que ser preenchido por um determinado grupo social. A localização funcional tem a tarefa de sancionar medidas de controle sobre os corpos por meio do princípio do quadriculamento individualizante: “distribuir os indivíduos num espaço

onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias” (FOUCAULT, 1987, p.124).

O princípio de quadriculamento individualizante pode ser encontrado, por exemplo, nos documentos norteadores da Educação, especificadamente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), decreto 9.394 de 1996, que diz no artigo 4º, inciso III: que é dever do estado garantir “o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, *preferencialmente* na rede regular de ensino” (grifo nosso). À vista disso, é necessário ressaltar que o processo de normatização da inclusão extrapola o campo da construção sintática e ou semântica, na medida em que há determinações da ordem do poder e do saber. O modo de olhar essa questão precisa evidenciar a lógica de acesso e permanência dos corpos normais ou anormais nas instituições de ensino regular.

Em Foucault, vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mas profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 2014, p.16-17).

Para analisar as circunstâncias de assujeitamento da pessoa com deficiência em uma dada instituição, faz-se necessário entender os acontecimentos históricos que os constituem, uma vez que na perspectiva dos estudos discursivos foucaultianos, os lugares que os sujeitos ocupam em dada formação social também são responsáveis por formular as condições de produção dos enunciados, sejam eles de quais ordem.

Foi por meio dos estudos sobre a linguagem, a língua e o discurso que emergiu a minha jornada acadêmica na Universidade Estadual de Goiás, Campus Oeste, em São Luís de Montes Belos. Atravessando os caminhos da minha própria existência como pessoa com deficiência, mergulhei nos Estudos Discursivos Foucaultianos, onde meu corpo se revelou não apenas como um invólucro, mas como uma narrativa

viva, carregada de sentidos e entrelaçada por teias de poder que, por vezes, obscurecem e marginalizam minha história enquanto sujeito político.

A percepção do meu corpo como uma gramática despertou em mim a urgência de compreender as intrincadas práticas de poder que moldam a concepção social da deficiência. Nesse contexto, esta pesquisa insurge como um ato de resistência, brotando do meu lugar de privilégio enquanto pessoa com deficiência graduada.

Ao desvelar as entranhas do capacitismo, busca-se não apenas dismantelar estereótipos, mas, sobretudo, cultivar sementes de mudança. Esta pesquisa propõe-se a analisar as narrativas que circundam a deficiência, desafiando a normatividade que, muitas vezes, relega corpos diversos à margem da aceitação social. Em meio às linhas de visibilidade, almeja-se construir um discurso que promova não só a compreensão, mas também a celebração da diversidade, gerando um eco de respeito e equidade.

Sob a perspectiva foucaultiana, surge a questão da modalidade enunciativa: quem fala, quem pode falar, como dizer e de onde se fala? Segundo Michel Foucault (2020), o discurso é sempre proferido por sujeitos posicionados dentro de uma rede de poder. No caso da deficiência, quem fala geralmente são as autoridades médicas, educacionais e políticas que detêm o poder de definir e categorizar o que é considerado "normal" e "anormal". Historicamente, essas vozes têm sido dominadas por aqueles em posições de poder, que não têm deficiência e criam uma narrativa que muitas vezes exclui as próprias pessoas com deficiência.

A permissão para falar é concedida àqueles que estão legitimados pelas instituições de poder. Foucault (2020) argumenta que certos sujeitos ou grupos são autorizados a falar enquanto outros são silenciados. No campo da deficiência, essa autorização tradicionalmente tem sido conferida a profissionais da saúde, especialistas em reabilitação e educadores, enquanto as vozes das pessoas com deficiência frequentemente são marginalizadas ou ignoradas. Este estudo, portanto, busca subverter essa dinâmica, promovendo a inclusão das próprias pessoas com deficiência como agentes legítimos de seus discursos.

O modo como se fala sobre a deficiência é profundamente determinado pelas estruturas de poder que moldam o discurso. Foucault (2014;2020) aponta que o saber e o poder estão intrinsecamente ligados: a forma como algo é dito (a prática discursiva) e o local de onde se fala (a posição de enunciação) são determinados por regimes de verdade que legitimam certos discursos e práticas. Portanto, falar sobre

deficiência a partir da experiência pessoal, como neste estudo, representa um desafio às narrativas dominantes. Este discurso emerge de um lugar de experiência vivida e resistida, em contraste com as narrativas hegemônicas que frequentemente objetivam os corpos deficientes.

Além disso, Foucault (2020) destaca que os saberes não são neutros, mas produtos de práticas sociais e históricas específicas. As práticas de saber que instauram a deficiência são formadas por discursos médicos, psicológicos, educacionais e sociais que categorizam e normatizam os corpos. Esses saberes são historicamente contingentes e refletem as relações de poder de seu tempo.

Os saberes que instauram a deficiência incluem, predominantemente, os discursos médicos e científicos que patologizam e diagnosticam corpos e mentes como "deficientes". Esses saberes são construídos e legitimados por instituições de poder, como hospitais, clínicas, escolas e sistemas legais, que têm o poder de definir e regulamentar o que é considerado normal ou anormal.

A deficiência, como categoria social e discursiva, emerge de condições históricas específicas. Foucault (2014) sugere que as condições de possibilidade para a emergência de discursos sobre deficiência estão enraizadas em práticas históricas que envolvem a medicalização e a institucionalização de corpos desviantes. Essas práticas são sustentadas por uma rede complexa de poder-saber que inclui políticas públicas, sistemas de saúde e educação, e normas culturais.

À vista disso, filiados ao escopo investigativo dos Estudos Discursivos Foucaultianos, notadamente na análise arqueogenealógica do discurso, lançamos mão dos seguintes questionamentos: Quais condições de possibilidade fizeram emergir o conceito de capacitismo no cenário acadêmico-científico? E, ainda, de que forma a produção intelectual de uma pesquisadora com deficiência (re)constitui as tramas discursivas acerca das ciências que toma o corpo/funcionalidade e a deficiência como objeto de investigação?

Com o propósito de responder a essas indagações, o foco primordial desta pesquisa é investigar as práticas de resistência e a vontade de verdade no interior das tramas discursivas acerca do capacitismo. Para atingir esse objetivo, pretendemos: a) examinar as condições que possibilitaram a emergência de discursos acerca do capacitismo na produção científica dos estudos sobre deficiência; b) descrever o funcionamento do discurso biomédico como lente de investigação, em se tratando de pesquisas com seres humanos.

A reflexão de Michel Foucault (2003) sobre "a vida dos homens infames" oferece uma perspectiva profunda sobre as existências marginalizadas e silenciadas pela história oficial. Esses sujeitos, muitas vezes relegados à obscuridade, emergem como objetos de estudo quando entram em conflito com as normas sociais e são submetidos aos mecanismos de poder e controle. Foucault (2003; 2014; 2020) ilumina não apenas suas vidas, mas também os dispositivos de saber-poder que os moldam, revelando como as instituições sociais categorizam e disciplinam corpos considerados desviantes ou anormais.

Ao relacionar essa análise com o tema do capacitismo, percebemos paralelos significativos. O capacitismo se refere à discriminação sistemática contra pessoas com deficiência, baseada na ideia de que um corpo e mente não normativos são inferiores ou menos capazes. Assim como os homens infames, as pessoas com deficiência são frequentemente invisibilizadas ou estigmatizadas pela sociedade. Foucault (2006) nos convida a examinar como o saber biomédico e social construiu a deficiência como uma condição a ser controlada, tratada e até mesmo eliminada, reforçando hierarquias de poder que relegam esses indivíduos a posições marginais.

Nesse contexto, a resistência se torna crucial. As vozes de pesquisadores com deficiência desafiam esses discursos capacitistas, reconstituindo as tramas discursivas que historicamente as relegaram à periferia do conhecimento e da participação social. A produção intelectual desses pesquisadores não apenas contesta as normas estabelecidas, mas também redefine o próprio conceito de deficiência, enfatizando a diversidade e a validade das experiências funcionais diferentes.

A abordagem genealógica de Foucault, que investiga formações e transformações dos discursos e das práticas sociais ao longo do tempo, é particularmente relevante para desvelar as raízes históricas do capacitismo. Ela revela como as noções de normalidade e anormalidade foram construídas e utilizadas para justificar a exclusão e a marginalização das pessoas com deficiência em diferentes contextos culturais e históricos.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, optamos pelo enfoque metodológico da arqueogenealogia, cuja abordagem é qualitativa, uma vez que esse olhar teórico permitirá uma investigação sobre os modos de constituição das tramas discursivas acerca do sujeito com deficiência e do conceito capacitismo.

O método arqueogenealógico, concebido por Michel Foucault, representa uma abordagem analítica sofisticada utilizada para examinar as interações intrincadas entre poder, conhecimento e práticas sociais ao longo do tempo. A arqueologia dentro desse método refere-se à meticulosa escavação e análise das camadas de sentido presentes em diferentes períodos históricos. Em contraste, a genealogia proposta por Foucault envolve uma investigação minuciosa das formações e desenvolvimento de conceitos, práticas e instituições, evitando uma narrativa linear e causal em favor da revelação das complexas relações que constituem o objeto de estudo.

Ao integrar essas abordagens, o método arqueogenealógico busca analisar criticamente as formações discursivas, as práticas sociais e as estruturas de poder. Ao invés de buscar uma verdade ou essência subjacente, a proposta foucaultiana defende a compreensão das práticas e discursos em seus contextos específicos, examinando como contribuem para a produção de conhecimento e para a configuração das relações de poder na sociedade. Este método, amplamente aplicado em diversas áreas, desde a análise da loucura e da prisão até a sexualidade e o poder médico, oferece uma abordagem robusta para a compreensão crítica das dinâmicas sociais.

Diferentemente de outras vertentes teóricas que trabalham com a língua como um sistema fechado em suas regras estruturais, a Análise do Discurso entende que o sistema linguístico não é o lugar da realização do discurso, mas o suporte para a inscrição dos discursos. Nessa perspectiva, os elementos externos à produção da linguagem são considerados relevantes: as condições de produção, os sujeitos que enunciam e os duelos do poder e do saber como possibilidade teórico-metodológica de análise das dispersões dos enunciados em um dado momento histórico (FOUCAULT, 2008).

Podemos dizer, então, que a linguagem não deve ser reduzida ao seu caráter de comunicação verbal, dado que sofre interferências da história, da cultura, do poder e do saber. É partindo dos princípios de funcionamento da linguagem que se pode trabalhar com o discurso, considerando-o para além das noções de transmissão e recepção de mensagem, posto que a Análise do Discurso se coloca em outra dimensão teórica que desconsidera a ideia de linearidade interativa entre enunciador e destinatário. Nas palavras de Fernandes (2005, p. 20), “[...] o discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística”.

Além disso, outro aspecto importante que deve ser discutido, neste espaço, é a construção do *corpus*, tendo em mente que o analista deve lapidar o material bruto de análise, transformando o texto enquanto superfície linguística em objeto discursivo. De início, é preciso entender que não há sentido único no texto, mas o real do sentido em sua materialidade histórica. Por isso, o *corpus* deve contemplar mecanismos que evidenciem as regularidades do objeto simbólico, o texto, expondo as condições de produção e sua constituição pela memória discursiva.

O presente estudo propôs uma análise de quatro artigos científicos selecionados como corpus, que versam sobre o conceito de capacitismo em distintos domínios da ciência. Entretanto, destaca-se que somente um destes artigos foi capaz de abordar de maneira satisfatória as perguntas de pesquisa e os objetivos delineados para este trabalho. No escopo da investigação acerca das condições emergentes do conceito de capacitismo, os demais artigos revelaram-se insuficientes na apresentação de respostas substanciais, não atendendo plenamente às indagações propostas.

A seleção da materialidade para análise fundamentou-se na oportunidade de conceber uma ordenação do discurso capacitista, considerando as nuances discutidas nos artigos em escrutínio. A utilização do conceito do capacitismo na produção científica brasileira é remontada a partir da tese de doutorado de Anahí Mello, datada de 2012, cuja elaboração culminou na produção do artigo "Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC", publicado em revista Qualis A1, na Revista Ciência e Saúde Coletiva. Além disso, importa ressaltar que este artigo figura como fonte primária em uma considerável porção dos estudos contemporâneos acerca da deficiência, denotando impacto substantivo na abordagem acadêmica dessa temática específica.

A exclusão de outras materialidades de análise é fundamentada em um exame meticuloso das bases de dados e períodos científicos, priorizando a investigação mediante termos específicos como capacitismo, anticapitismo e pessoa com deficiência. Este procedimento culminou na identificação de dez artigos, publicados em periódicos avaliados com Qualis A e B, conforme os critérios estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contudo, uma análise mais aprofundada desses artigos revelou a carência de discussões teóricas significativas relacionadas ao conceito de capacitismo. Notavelmente,

observou-se que em muitos casos o conceito estava confinado ao título e ao resumo, não oferecendo suporte adequado para a resposta à indagação central proposta - a saber, sobre as condições de emergência do conceito de capacitismo no contexto científico brasileiro. Desta forma, a exclusão desses artigos é respaldada pela necessidade de garantir uma análise mais robusta e aprofundada, orientada para a compreensão do fenômeno em questão.

Foucault não produziu procedimentos específicos de análise do capacitismo, ainda assim, suas obras são vistas como suportes revolucionários de pesquisa acerca do sujeito em âmbito discursivo, visto que seus textos não visam a sedimentar concepções e métodos fixos. Os seus escritos permitem que o pesquisador estabeleça uma lógica de aplicação dos conceitos a partir da necessidade do objeto de análise. Esse manuseio se dá mesma forma em que o Foucault concebe a metáfora da “caixa de ferramentas” para posicionar sua filosofia no campo da aplicação de diferentes esferas do saber (ALVAREZ, 2015). Sendo assim, partiremos de alguns de seus estudos para entender os processos de materialização de verdades, de subjetividades e de (in)visibilidades acerca dos corpos dissidentes.

Por sua vez, o estudo apoia-se também em outras pesquisas já realizadas no campo da sociologia, da educação e da antropologia, tais como Diniz (2007), que elabora uma discussão sobre as concepções históricas da deficiência a respeito do modelo médico e do modelo social. À vista disso, este estudo nos oportuniza investigar a constituição da subjetividade dos sujeitos-deficientes perante o funcionamento de duas formações discursivas distintas – o modelo médico e o modelo social.

A presente pesquisa parte da hipótese de que a vivência das pessoas com deficiência está sujeita a uma invisibilização sócio-histórica, abrangendo desde os movimentos sociais até o âmbito do desenvolvimento de pesquisas nas instituições acadêmicas. Esta conjectura sugere que as estratégias de controle, normalização e docilização dos corpos se manifestam intrinsecamente no contexto científico. Tal influência se reflete no processo de produção do conhecimento, onde as experiências das pessoas com deficiência frequentemente enfrentam marginalização, silenciamento ou redução a aspectos superficiais. Além disso, outro aspecto é que a resistência a esse fenômeno emerge por meio da constituição de paradigmas alternativos em relação ao lugar discursivo das pessoas com deficiência. Esta resistência implica a necessidade de reconhecimento das singularidades, na rejeição de estigmas historicamente atribuídos e na promoção de uma abordagem mais

inclusiva e equitativa dentro do contexto científico, visando, assim, à ampliação e aprofundamento da compreensão das realidades das pessoas com deficiência.

Finalmente, a dissertação está estruturada da seguinte forma: a primeira parte, intitulada " Imersão nos estudos discursos foucaultianos" inicia-se com uma revisão dos conceitos fundamentais dos estudos de Foucault. No tópico 1.1, denominado "A constituição da arqueologia foucaultiana", são apresentados os principais pontos do filósofo sobre discurso, enunciado e formação discursiva, delineando os fundamentos teóricos desse período de sua produção. Em seguida, no tópico 1.2, " O estabelecimento da genealogia foucaultiana", há uma breve descrição da análise realizada por Foucault em relação às relações de poder, dominação e controle na sociedade. No tópico 1.3, dedicamos atenção ao " Poder disciplinar: normal e anormal", destacando que as práticas de normalização e controle se entrelaçam no poder disciplinar, e que o corpo é o lócus de categorizações entre o normal e o anormal. E no último tópico da primeira parte, 1.4 "Governamentalidade", é abordada a lógica neoliberal, com foco nas premissas do pensamento neoliberal, e são exploradas as práticas biomédicas e sociais de compreensão da categoria de deficiência.

Na segunda parte, intitulada "A gramática do corpo com deficiência", propomos uma discussão sobre a constituição da categoria de deficiência, acontecimentalização das concepções da deficiência e as estratégias de resistência no interior da produção científica, especificamente, a partir da submissão de trabalhos com seres humanos no comitê de ética da UFSC. O tópico 2.1 "Concepções conceituais sobre a deficiência" aborda as influências históricas, sociais e culturais na constituição da deficiência. O tópico seguinte, denominado "A História da Louca e a deficiência: pontos de entrelaçamento", discute como a história da loucura e da deficiência se conectam em diversos momentos históricos, como na Idade Média, em que as pessoas com deficiência eram frequentemente associadas à loucura. No tópico 2.3 "Correntes teóricas de percepção da deficiência", são apresentados dois modelos teóricos importantes para a compreensão da deficiência: o Modelo Médico e o Modelo Social da Deficiência. O tópico 2.4 "Capacitismo: vontade de verdade e estratégias de resistência" dedica-se à análise das materialidades escolhidas como objeto de investigação na dissertação, procurando compreender as condições de possibilidade da emergência do conceito de capacitismo, na obra da pesquisadora Anahí Mello, percursora que importa tal conceituação para designar as estruturas de opressão

sobre os corpos com deficiência. Por fim, o tópico 2.5 “Produção científica: um olhar para as práticas biomédicas”, a análise da materialidade se dá a partir das tessituras do poder frente à produção científica e os documentos normativos do comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que se inscrevem na lógica biomédica de concepção para pesquisas com seres humanas. Com isso, é estabelecida uma análise discursiva que evidencia o embate pela constituição de verdades, tanto da pesquisadora quanto do comitê de ética – entre o poder dominante e a resistência.

PRIMEIRA PARTE: IMERSÃO NOS ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS

Esta parte da dissertação aborda os Estudos Discursivos Foucaultianos, enfocando a relevância da arqueologia do saber e da genealogia na compreensão das interações entre poder, saber e práticas sociais.

São examinados tópicos como o poder disciplinar, a governamentalidade e a normalização, ressaltando a influência desses conceitos na estrutura social. Além disso, o texto explora a relação entre poder e corpo, sublinhando a importância da materialidade discursiva na formação de normas e práticas sociais. Por último, são abordadas reflexões sobre o impacto do pensamento neoliberal na administração e controle social, juntamente com a valorização da crítica e resistência diante dessas dinâmicas de poder.

Em síntese, os tópicos oferecem uma análise aprofundada das principais reflexões de Foucault sobre poder, saber e práticas sociais, evidenciando a importância desses conceitos na compreensão da dinâmica social e na constituição de outros horizontes em se tratando do objeto de investigação deste trabalho. Ademais, salienta-se que a delimitação das discussões foi pensada com o propósito de fornecer um suporte sólido à segunda etapa da pesquisa. Esta última fase direciona sua atenção à análise discursiva das condições de possibilidade inerentes ao conceito de capacitismo no contexto acadêmico.

1.1 A constituição da arqueologia foucaultiana

Em maio de 1978, durante uma mesa redonda com historiadores, Michel Foucault expressou sua intenção de investigar uma abordagem centrada na "acontecimentalização". Esse conceito engloba um amplo conjunto de ideias que delineiam sua abordagem filosófica e histórica, destacando-se pela quebra das evidências, pela explicitação das singularidades dos processos e pela subversão das cadeias.

Na concepção da acontecimentalização, os eventos históricos não se imergem em um estado pré-existente, em uma produção datada e sedimentada, ao contrário, são engendrados como eventos em uma dada conjuntura sócio-histórica. Foucault introduz uma discussão sobre a nova história – não como essencialista e/ou totalitária,

mas em seus múltiplos sentidos, pelo seu caráter de distanciamento da história tradicional, em vez de focalizar seu olhar para uma construção linear dos acontecimentos datados, o que Foucault propõe é a análise das formas como o conhecimento é produzido, organizado e disseminado em diferentes materialidades discursivas (MACHADO, 1982). As abordagens tradicionais da história muitas vezes se fixam em eventos de destaque, figuras proeminentes e explicações causais e teleológicas, tal ótica negligencia as formas de poder e as estruturas discursivas que moldam e influenciam a produção do conhecimento em diferentes períodos históricos.

No livro *As Palavras e as Coisas*, Michel Foucault (1981) argumenta que a compreensão da história demanda uma análise das "epistemes" - conjuntos de regras, normas e condições que regem o saber em uma determinada época. Sua teoria tem como propósito revelar as estruturas subjacentes de poder e elucidar as maneiras pelas quais instituições, linguagens e práticas sociais influenciam e são influenciadas pelos discursos. Assim, Foucault se distancia da narrativa histórica tradicional devido à sua propensão em negligenciar aspectos mais profundos e por não abordar adequadamente as intrincadas relações entre poder, saber e práticas sociais. Por sua vez, o método arqueológico proporcionava a ele a habilidade de escavar as condições de possibilidade que sustentavam os diferentes modos de pensamento ao longo do tempo.

À vista disso, Foucault (2006) direciona sua atenção para um acontecimento que se enquadra na esfera dos efeitos, na medida em que a acontecimentalização é caracterizada por uma multiplicidade causal que diverge das estruturas explicativas tradicionais, adotando uma concepção de inteligibilidade mais ampla e dinâmica. Desse modo, Foucault (2020) conceitua o "acontecimento" como uma descontinuidade, rompendo com a concepção linear da história, atribuindo ênfase às "epistemes", entendidas como conjuntos de regras e normas que delinham os parâmetros do saber em uma determinada época.

O fulcro da abordagem foucaultiana reside na compreensão de que os acontecimentos não devem ser abordados de maneira isolada, mas examinados em relação às regras que regem a formação dos discursos, esta análise transcende o conteúdo dos enunciados, buscando discernir as condições que conferem aceitabilidade a determinados discursos enquanto verdades dentro de uma determinada sociedade. Além disso, a contribuição de Foucault (1981; 2020) introduz uma lente analítica que aborda a história mediante a investigação das condições de

possibilidade para a emergência dos discursos. Assim, o conceito de acontecimento se destaca como um ponto-chave para o entendimento das transformações nas epistemes e nas práticas discursivas ao longo do tempo.

Dentro dessa perspectiva, o analista adquire a capacidade de assinalar a descontinuidade em um fluxo temporal dos acontecimentos, trabalhando nas tessituras e rupturas de um processo, de uma experiência ou de uma prática. Além disso, abre espaços que sejam capazes identificar a irrupção dos acontecimentos como atos de transgressão ao poder dominante e/ou os movimentos de resistência como práticas de liberdade e verdade.

Conforme expresso por Foucault (2006), surge a noção do "poliedro de inteligibilidade", caracterizado pela ausência de uma definição prévia para o número de seus lados, os quais jamais podem ser interpretados como completamente finalizados. Assim, um acontecimento implica um afastamento com concepções de evidência e se institui pelas/nas condições de emergência de uma singularidade.

A "acontecimentalização" consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de forças, as estratégias etc., que, em um dado momento, formaram o que, em seguida, funcionará como evidências, universalidade, necessidade. Ao tomar as coisas dessa maneira, procedemos, na verdade, a uma desmultiplicação causal (Foucault, 2006, p.339).

Nesse sentido, as condições históricas tornam possível a acontecimentalização do conceito de capacitismo, conforme abordaremos adiante neste trabalho, certamente ultrapassam uma linha cronológica fixa. Esse olhar analítico, fundamenta-se mais nas relações de força do que na busca pelo acontecimento. No entanto, permanece uma questão constante e problemática: em quais condições de emergência o capacitismo adquire capilaridade no campo dos embates discursivos na história do tempo presente? Isso envolve considerar se tal questionamento seria integrado em interpretações contínuas mais amplas, explicada por meio de séries, reconhecida em sua singularidade como apenas mais um elemento, ou ainda, qual seria a relação entre essa ruptura e a intervenção do sujeito que a identifica como possibilidade de resistência, bem como seu caráter linguístico e discursivo, entre outros aspectos.

Em se tratando do objeto de estudo, o conceito do capacitismo, é pertinente utilizar a reflexão de Fonseca *et.al* (2006, p.657), que diz:

O acontecimento torna a linguagem possível com suas cargas apreendidas, com seu potencial de fazer enunciar, com a sedução que vai conduzindo o desejo e transmutando-o em palavra e em conceito e, finalmente em suporte para que o objeto possa constituir-se na tessitura da problematização.

A discussão alinha-se de forma particularmente congruente com a perspectiva foucaultiana sobre o discurso, destacando a relação intrínseca entre acontecimento, linguagem e a enunciação. Sob essa ótica, a linguagem não é meramente um veículo neutro de representação, mas constitui como uma rede complexa do exercício do poder e do saber. Ao filiar no escopo investigativo dos estudos discursivos foucaultianos o capacitismo não constitui-se e nem pode ser meramente um domínio semântico; ao contrário, é uma condição material vinculada a este contexto pela existência e pela (re)produção das condições sócio-históricas (Foucault, 2020).

Sendo assim, operacionalizar a pesquisa por meio da acontecimentalização remete a um procedimento analítico e a produção de uma postura teórico-política de desnaturalização. O ato de "acontecimentalizar" implica uma notável ruptura com a tendência de buscar constantes históricas, traços antropológicos ou evidências que se imponham de maneira homogênea. Este enfoque desafia a premissa de uniformidade na interpretação de acontecimentos, fomentando uma abordagem que reconhece a multiplicidade de perspectivas e contextos na análise de fenômenos sociais (Fonseca et.al, 2006).

Para Foucault (2020, p.186), a produção discursiva pode ser conferida como: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Tal noção fundamental para a compreensão da constituição das redes discursivas acerca do capacitismo, bem com as circunstâncias de produção e circulação dos enunciados de diferentes formações discursivas – no caso nesta investigação é observável instâncias do saber e do poder dispersas na esfera do discurso biomédico e do discurso social de percepção do corpo/sujeito com deficiência.

Sendo assim, o processo de olhar para o capacitismo como prática que emerge como efeito de uma correlação de forças, como a história do tempo presente, pela acontecimentalização da pesquisa e, primordialmente, pelas reivindicações da própria

materialidade em análise, torna-se necessário compreender como o conceito de capacitismo emerge no Brasil.

Para isso, é imprescindível a discussão estabelecida por Deleuze e Guattari (2000), em “*o que é filosofia ?*”, que dizem que o conceito envolve a articulação de um complexo de componentes representados por um termo específico, estão intrinsecamente ligados a uma problemática, sendo que a geração de um novo conceito ocorre por demandas específicas. Dito de outro modo, os conceitos não são simplesmente representações mentais ou categorias estáticas, mas são movimentos dinâmicos que envolvem processos de pensamento, deslocamento e multiplicidade (Deleuze e Guattari, 2000). Sendo assim, um conceito não se estabelece como entidade fixa – não apenas como representação abstrata, mas como expressões de correlações de forças e acontecimentos que constituem a experiência do capacitismo, por exemplo. O ato de conceituar é, fundamentalmente, o processo de estabelecer conexões, de modo que a alteração dessas conexões resultaria em uma modificação na própria essência do conceito.

Ao elencar o artigo “Deficiência e vulnerabilidade: do capacitismo a preeminência capacitista e biomédica do comitê de ética em pesquisa da UFSC”, publicado na revista *Ciência e Saúde Coletiva*, com avaliação Qualis A1, pode-se depreender que o conceito de capacitismo é importado de outros países e que sofre adaptações semânticas como estratégia de resistência e vontade de verdade por parte da comunidade acadêmica que tem como foco os estudos sobre a deficiência em uma ótica social (aprofundaremos tal discussão na segunda parte). À vista disso, o conceito de capacitismo acontecimentaliza em condições de possibilidade específicas – a partir de domínios do saber que fazem parte de determinadas formações discursivas e não outras, em desdobramentos das lutas sociais que perfazem mediante o neoliberalismo e a tentativa da construção de outras discursividades para os corpos com deficiência.

Sendo assim, olhar para as condições de existência do conceito capacitismo como discurso exige a construção de um aporte teórico e metodológico que seja capaz de capturar os astros históricos, as relações de poder e de saber que estão no interior do objeto em questão, uma vez que o fazer científico tradicional não tem capacidade de explicar e romper com resultados já pré-estabelecidos. No interior da vontade de verdade por parte daqueles que importam o conceito de capacitismo, há condições de existência da verdade e, intrinsecamente, movências pelo reconhecimento da autoria,

no entanto, no próprio de ato da filiação teórica os sujeitos se inscrevem em dadas formações discursivas que constituem toda uma rede discursiva sobre o é o capacitismo e os seus efeitos.

Investigar essas questões implica liberá-las das formas e dos objetos que as permeiam, também implica conferir-lhes existência a partir daquilo que está concretizado e que encapsula em si o processo de sua própria formação. Nesse momento, o olhar do analista entra em ação, realizando uma operação de desdobramento, fissura ou alongamento para revelar nas entranhas da entidade ou organismo em questão, as multiplicidades que são inerentes a ela e que ali se encontram, muitas vezes, imperceptíveis, entrelaçadas como uma trama cuidadosamente urdida, quase confundindo-se com uma espécie de natureza. Irmanado a essa assertiva, é necessário encontrar os pontos de encontro em o pensamento foucaultiano e a definição de conceito em Deleuze e Guattari:

O conceito é o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. Os conceitos, neste sentido, pertencem de pleno direito à filosofia, porque é ela que os cria, e não cessa de criá-los. O conceito é evidentemente conhecimento, mas conhecimento de si, e o que ele conhece é o puro acontecimento, que não se confunde com o estado de coisas no qual ele se encarna (Deleuze e Guattari, 2000, p.43).

A citação em análise, quando abordada sob a perspectiva discursiva foucaultiana, evidencia aspectos importante no que diz respeito a elaboração do conhecimento e a dinâmica do poder no contexto filosófico. A assertiva de que os conceitos são propriedades da filosofia, enquanto sua criadora constante, alinha-se com a visão do discurso como uma prática. De acordo com Foucault (2020), o discurso transcende a mera representação objetiva da realidade, configurando-se como uma ativa instância de produção de saber, permeada por complexas relações de poder e influências sociais, não limitada à mera descrição passiva do mundo. A filosofia, por meio de suas práticas discursivas, desempenha um papel ativo na constituição de realidades específicas, moldando formas de compreensão e interpretação – o que é observável nas estratégias de capilarização do conceito capacitismo no campo científico.

Michel Foucault (2020) sustenta a tese de que o discurso constitui uma prática que exerce influência na formação tanto do mundo quanto das pessoas que o habitam. Nesse sentido, a discussão sobre a deficiência e o capacitismo não se restringe à

mera descrição dessa condição, mas opera como um agente constitutivo, delineando categorias distintas de "sujeitos deficientes" e "sujeitos não deficientes", ao mesmo tempo em que constitui os efeitos de sentido para essas categorizações de diferenciação e disciplinamento.

Assim, a arqueologia assimila a história como acontecimento singular – que consiste em desacreditar a norma como elemento que nutre a historicidade das ciências, ou seja, nenhum procedimento de investigação sobre o progresso de um dado campo do saber pode basear-se nas narrativas históricas como justificativa que dá legitimidade à própria ciência (FOUCAULT, 2020). Ou seja, a emergência do capacitismo como campo do saber não é estabelecido por um fatalismo histórico, dado sua complexidade de constituição e legitimação como verdade. "O progresso da ciência não é o desenvolvimento de uma verdade que existe em germe desde o mais longínquo passado, que (...) evolui linearmente até a atualidade" (MACHADO, 1982, p. 35).

No livro *O Homem e o discurso* (1996), Foucault concebe uma entrevista para Rouanet e Merquior que explicam o processo de constituição da sua lente para compreensão da história:

Em *As Palavras e as Coisas* compreendi que independentemente da história tradicional das ciências, um outro método era possível, que era uma certa maneira de considerar não tanto o conteúdo da ciência como a sua própria existência: uma certa maneira de interrogar os fatos, que me fez perceber que numa cultura como a do Ocidente a prática científica tem uma emergência histórica, comporta uma existência e um desenvolvimento histórico, e seguiu um certo número de linhas de transformação independentemente, até certo ponto, de seu conteúdo. Era preciso, deixando de lado o problema do conteúdo e da organização formal da ciência, pesquisar as razões pelas quais a ciência existiu ou uma determinada ciência começou, num momento dado, a existir e assumir um certo número de funções em nossa sociedade (ROUANET et al., 1981, p.18-19).

Apesar de rejeitar a racionalidade científica como referência normativa, a arqueologia avalia o passado de um saber por meio da comparação de dados entre formações discursivas. Isso permite que ela mantenha seu caráter crítico, possibilitando a avaliação das ciências e outros discursos que a sustentam. Seja por meio de formalizações ou determinações não-discursivas, a arqueologia sempre realiza um exame crítico:

Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifrava rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento (FOUCAULT, 2020, p.08).

Já a concepção de monumento é intrínseca à transformação do documento em um artefato discursivo, desempenhando um papel fundamental na análise discursiva. Segundo Foucault (2020), essa transformação implica a desvinculação do monumento de sua função tradicional como um depósito de memória coletiva, que, ao ser sobreposto por interpretações excessivas, tende a transcender sua verdadeira expressão, transformando-se, assim, em um documento. Essa reconfiguração constitui a essência da abordagem arqueológica na história nova, que envolve a tarefa de isolar, agrupar, conferir relevância, inter-relacionar e organizar elementos em conjuntos, adotando uma postura crítica em relação ao que é dado e documentado. Sendo assim, a análise discursiva, por sua vez, é inextricavelmente ligada ao conceito de discurso-monumento, pois a compreensão das condições específicas que possibilitam sua enunciação revela a singular perspectiva de Foucault em relação aos termos discursivos e enunciativos.

Para Dias e El-Jaick (2021, p.11-12):

Se a arqueologia se volta para a “descrição intrínseca” do monumento na nova história, analogamente, se volta para a descrição intrínseca do discurso na análise discursiva. Isto nos encaminha para a possibilidade de um discurso-monumento, posto que, em vez de interpretado em termos de não-ditos ou de gênese autoral, o discurso deve ser tratado em sua irrupção histórica e material. Como a ideia de um discurso-monumento não é explícita, advogar-se-á em seu favor a partir de excertos do texto em análise.

Este enfoque aborda o discurso em sua manifestação histórica e material, optando por examiná-lo em sua complexidade, ao invés de interpretá-lo em termos de lacunas não expressas ou origens autorais (Dias e El-Jaick, 2021). Nesse sentido, a lente tradicional da história se limita a registrar os monumentos do passado e

convertê-los em documentos, no entanto, na perspectiva foucaultiana, a história deve transformar esses documentos em monumentos (FOUCAULT, 2020).

Ao aplicarmos esses princípios à investigação do capacitismo, torna-se perceptível como os discursos capacitistas desempenham o papel de monumentos, revelando as intrincadas estruturas discursivas que permeiam sua constituição na história do tempo presente – sendo configurados e influenciados por uma diversidade de práticas, abrangendo tanto o discurso quanto aspectos não-discursivos, constituindo-se como expressões inerentes as suas épocas e as relações de força.

A abordagem discursiva foucaultiana, como campo saber, também se constitui por óticas que rompem com a tradição normativa dos estudos de língua e de linguagem, apesar de os postulados de Ferdinand de Saussure exercerem notável influência nas formulações de Michel Foucault acerca do discurso, manifestando-se de diversas maneiras. Fernandes e Sargentini (2022), sustentam que o diálogo estabelecido com o estruturalismo, cuja perspectiva concebe a língua enquanto um sistema, funcionou como fundamento para os conceitos de discurso e práticas discursivas que desempenharam um papel preponderante nas investigações de Foucault ao longo de um extenso período de pesquisa. Adicionalmente, destacam que a noção de língua como um sistema de convenções, adotadas pelo corpo social com o intuito de propiciar o exercício da faculdade de linguagem pelos indivíduos, conforme proposto por Saussure, acarretou implicações significativas na concepção foucaultiana do fenômeno discursivo.

Além disso, Fernandes e Sargentini (2022) argumentam que a concepção da língua como sistema, derivada das premissas de Saussure, desempenhou um papel necessário na construção de estruturas teóricas e metodológicas que sustentam as proposições de Foucault sobre o discurso, especialmente evidenciado em seus textos publicados no final da década de 1960, como é o caso de a *Arqueologia do Saber*.

Ao buscar os pontos de divergência entre Foucault e Saussure pode-se depreender que Saussure advoga pela suficiência da língua como objeto de estudo científico e propõe a apresentação de conceitos e métodos que embasam essa investigação - para Saussure, a língua constitui um sistema de convenções, adotadas pelo corpo social para viabilizar a expressão da faculdade linguística pelos indivíduos (Saussure, 1996). Por contraste, Foucault não atribui centralidade ao conceito de língua em seus escritos, embora reconheça sua utilidade para a definição do enunciado - ele elabora uma abordagem teórica e metodológica voltada para a análise

das práticas discursivas e das relações de poder que as fundamentam. Para Foucault (2020), o discurso é uma prática social que gera efeitos de poder, influenciada por relações de poder inerentes às estruturas sociais.

Portanto, enquanto Saussure concentra sua análise na língua como um sistema de convenções, Foucault focaliza a análise das práticas discursivas e das relações de poder subjacentes. Embora a noção de língua em Saussure tenha impactado as proposições de Foucault sobre o discurso, ambos os autores adotam abordagens distintas em relação a língua, a linguagem e o discurso (Fernandes e Sargentini, 2022).

Para pensar a Análise do Discurso foucaultiana é , fundamental ter em mente a conjuntura política e histórica em que Foucault estava inserido, dado a lógica das ciências humanas durante as décadas de 1960 e 1970. Nesse período, o marxismo vigorava como influente corrente teórica que pôde ser utilizada como instrumento de problematizações acerca da organização do poder em ascensão no dado contexto histórico e, em paralelo, o estruturalismo tomava espaço de destaque nas ciências humanas e sociais (Fernandes e Sargentini, 2022). E o pensamento arqueológico se destaca do estruturalismo ao propor uma avaliação crítica da história e da análise estrutural, ao invés de enfatizar estruturas atemporais, a arqueologia direciona sua atenção para as condições históricas e contingentes que conduzem à emergência dos discursos (Dias e El-Jaick, 2021). Dito de outro modo, a proposta analítica considera as relações de poder e as práticas discursivas como elementos indissociáveis, distanciando-se, assim, do estruturalismo e adotando uma abordagem mais crítica e contextualizada dos discursos.

À vista disso, é necessário destacar que os procedimentos arqueológicos lidam com o discurso como uma prática, não se estabelece na dimensão da análise linguística que se limita à frase ou a proposição, uma vez que estas espessuras já são consideradas enunciados - O foco se volta para a descrição dos acontecimentos discursivos. Segundo a teoria foucaultiana, o discurso não é simplesmente um ato linguístico oral ou escrito, e tampouco pode ser reduzido ao enunciado, às interrogações giram em torno da seguinte problemática: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2020, p. 33). Na fase arqueológica, Foucault não almeja a compreensão dos processos de significações dos discursos, dos sentidos, mas trabalha para alcançar as condições

de possibilidade que fizeram emergir determinados enunciados e fazer aparecer os movimentos de regularidade pela dispersão histórica:

É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os discursos à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 2020, p.30-31).

Dessa forma, de acordo com a discussão estabelecida, é , fundamental analisar as relações entre os enunciados a fim de identificar as condições que possibilitam sua formação e emergência. O objetivo é reconstituir os traços dos enunciados que se desintegraram a partir do sistema de relações discursivas que os delimitam e os tornam possíveis (FOUCAULT, 2020). É preciso traçar as formações discursivas que permitam a identificação das regularidades discursivas que porventura foram decompostas pelo perfazer histórico e pelas estratégias de poder e de saber.

Irmanado a essa assertiva, o discurso é visto como uma prática que produz efeitos de poder e é constituído por uma rede de relações entre enunciados e objetos. Esses enunciados são produzidos em um determinado campo de saber que são responsáveis por constituir os objetos sobre os quais falam. Em outras palavras, o discurso é visto como uma construção sócio-histórica que é capaz de criar, moldar e transformar a realidade humana em seus vários aspectos. Para Fernandes (2012, p.18), “o discurso está em uma relação direta com o sujeito, como o que o constitui, ou o produz, e em relação direta com a história, visto que a história determina/possibilita a existência do discurso”.

Nesse sentido, Foucault (2020) entende que os enunciados possuem funções específicas. Desse modo, o procedimento arqueológico de um discurso consiste em descrever as condições históricas que deram condições de possibilidade para a existência do enunciado, bem como as regularidades que se distanciam ou se aproximam de outras esferas discursivas. Em se tratando dos objetivos desta pesquisa, pode-se organizar os enunciados em diferentes campos do saber, como é o caso da educação, da medicina, da psiquiatria e da política, que instituem subjetividades, verdades e procedimentos de normalização dos corpos com deficiência ao longo da história.

Nos campos mencionados, os enunciados não só descrevem a deficiência, mas também participam ativamente na constituição de subjetividades e na formulação de práticas de normalização. Foucault (2010) introduz o conceito de normalização como um processo pelo qual certos comportamentos, corpos e identidades são regulados e padronizados dentro da sociedade. Assim, os discursos não apenas representam a realidade, mas contribuem para a criação de verdades e práticas que moldam as experiências e as possibilidades de vida das pessoas com deficiência.

Ao aplicar essa perspectiva teórica à pesquisa, é possível desenvolver uma análise dos discursos sobre deficiência, de forma crítica, revelando como eles funcionam como instrumentos de poder e como são incorporados nas estruturas sociais e institucionais. Isso abre caminho para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de exclusão, controle e resistência que permeiam as interações entre conhecimento, poder e deficiência na sociedade contemporânea.

Portanto, ao analisar os enunciados nos campos do saber mencionados, estamos não apenas explorando as representações discursivas da deficiência, mas também desvelando as complexas relações de poder que sustentam e são sustentadas por esses discursos, contribuindo assim para uma análise crítica e reflexiva das práticas sociais e das experiências vividas pelas pessoas com deficiência ao longo da história e em contextos contemporâneos.

Além disso, é imprescindível a condução da descrição das relações entre os enunciados e, especialmente, em descrever as formações discursivas – já que a noção de formação discursiva diz respeito a um conjunto de práticas que apresentam certas regularidades, mesmo diante da dispersão que ocorre entre os enunciados dentro dos campos discursivos. Conforme Foucault (2020), a formação discursiva é um sistema que se dispersa, e sua unidade não está ligada à referência a um objeto em comum. Ao tomar Fernandes para conceber o conceito de formação discursiva na arqueologia, pode-se encontrar a seguinte discussão:

Em uma acepção foucaultiana, todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem e caracteriza-se pela contradição. Uma formação discursiva implica regras e regularidades, que não serão observadas pelo uso de uma metodologia descritiva quantitativa, pois, por existir em um tempo e espaço físico-social, envolve a história. Esse conjunto de elementos, cuja presença é constitutiva de toda formação discursiva, reflete o que se denomina condições de produção (FERNANDES, 2012, p.24).

Na engrenagem de funcionamento da formação discursiva há um conjunto de regras que determinam as condições de possibilidade dos enunciados que a compõem. Em outras palavras, as regularidades que validam os enunciados são estabelecidas dentro das próprias formações discursivas, por meio de uma lei de série que age como princípio de dispersão e distribuição dos enunciados (FOUCAULT, 2020). Essa lei de série define os objetos aos quais a formação discursiva se refere, os sujeitos que têm legitimidade para falar sobre eles, os conceitos que serão utilizados e as estratégias que serão empregadas para expandir os temas já existentes e, ainda, tal dinâmica permite a exploração de diferentes perspectivas usando um conjunto específico de conceitos. Sendo assim, o analista do discurso inscrito na perspectiva foucaultiana deve ser capaz de trabalhar na esfera da dispersão:

No caso em que se pudesse descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se poderia definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2020, p. 47).

O enunciado emerge em um campo de conhecimento que se organiza para determinar o que pode ou não ser dito sobre um determinado assunto, em determinado lugar. Segundo essa concepção, o enunciado é a menor e mais evidente unidade do discurso, funcionando como suporte de sua materialidade – mesmo que o enunciado seja considerado não visível ou oculto, ainda assim, é a instância mais acessível do discurso (FOUCAULT, 2020). O enunciado é o átomo que compõe o discurso, ou seja, mesmo que ele possa gerar outras redes discursivas, ainda assim, ele ocupa lugar único de irrupção. O enunciado é constituído por um *a priori* histórico, “a historicidade do enunciado apresenta suas margens povoadas por outros enunciados, mostra-o correlacionado a um campo adjacente, um campo associativo constituído por uma série de outras formulações e um conjunto de formulações a que se refere” (FERNANDES, 2012, p.34). Em se tratando dos objetivos desta pesquisa, a emergência do conceito de capacitismo nas produções acadêmicas, pode-se organizar os enunciados em diferentes campos do saber, como é o caso da educação, da medicina, da psiquiatria e da política, que instituem subjetividades, verdades e procedimentos de normalização dos corpos com deficiência ao longo da história.

O enunciado não se configura como uma estrutura que envolve relações entre elementos variáveis, autorizando uma infinidade de modelos concretos. Pelo contrário, o enunciado é uma função de existência que se atribui exclusivamente aos signos. A partir dessa função, é possível determinar, por meio de análise, se os signos fazem sentido ou não, com base na forma como se sucedem ou se justapõem, no tipo de signo que são e no tipo de ato que é realizado por sua formulação, seja ela oral ou escrita (FOUCAULT, 2020).

Além disso, é preciso levar em consideração alguns pontos: o enunciado é uma condição para a existência dos signos linguísticos e determina se eles têm ou não sentido, portanto, não é possível mantê-lo restrito a uma única frase, seja ela escrita ou falada; o enunciado tem um funcionamento discursivo, mas também envolve uma emergência não-discursiva. A análise do enunciado requer uma abordagem que não se concentre no inconsciente, ou seja, na análise foucaultiana do discurso, não há um sujeito que fala com base em uma intenção ou ponto de vista puramente ideológico (FOUCAULT, 2020). A análise do enunciado é feita levando em conta a rede de relações sociais, históricas, culturais e políticas que o envolvem, ele é, portanto, um produto das relações sociais e de suas estruturas de poder e de saber.

No contexto do enunciado foucaultiano, o funcionamento do sujeito é mais uma posição do que uma postura. Portanto, entendemos o sujeito do enunciado como um indivíduo que ocupa um lugar específico na ordem do discurso, esse lugar é permitido por um conjunto de procedimentos que produzem determinações, como acontece na escola, por exemplo (FERNANDES, 2012). Nesse contexto, há uma organização que distribui quem pode avaliar, punir, registrar e falar sobre determinados assuntos.

O sujeito do enunciado foucaultiano não se encontra nem na base do inconsciente pelo ato de fala, nem posteriormente à sua própria significação, no âmbito semântico do que foi dito. Ao contrário, ele é situado na emergência única e contextualizada de suas práticas discursivas e se relaciona com o campo no qual emite seu dizer, com o domínio que dá forma ao objeto de sua fala, bem como com as formações discursivas que moldam sua maneira de se expressar.

Fernandes (2012) discute o conceito de enunciado segundo os estudos discursivos foucaultianos, destaca-o como a função que delimita o objeto do discurso, de modo que o enunciado não está presente no conteúdo, na palavra ou no signo. O enunciado é uma condição fundamental para a existência de objetos do discurso, pois é através dele que um conteúdo é organizado e que os signos são produzidos,

permitindo o funcionamento do discurso - o enunciado atravessa unidades como a frase e a proposição e não pode ser confundido com elas, já que é a condição para sua efetiva existência. Além disso, é necessário ressaltar que o enunciado não se limita à linguagem falada ou escrita, mas pode ser expresso de diversas formas, como em gestos, expressões faciais e outros sinais não-verbais.

Irmanado a essa assertiva, o referente é um princípio que desempenha a função de diferenciar um objeto em relação a outro. O sujeito da enunciação, por sua vez, é uma posição que se apresenta como vazia e dispersa, isto é, não implica necessariamente uma postura ideológica ou psicológica ao proferir o discurso, tal posição de fala é delimitada por regras específicas que exigem do sujeito um status que o habilite a enunciar a respeito de um objeto determinado (FOUCAULT, 2020). Nessa perspectiva, esse sujeito é profundamente influenciado pela formação discursiva a partir da qual emite seu discurso, bem como pelas instituições e saberes que o autorizam a falar.

O enunciado em questão não apresenta uma relação de equivalência com um correlato, mas um referencial que serve como uma lei para os objetos que são nomeados, descritos e constituídos pelo próprio enunciado, isso significa que o referencial estabelece um conjunto de condições que determinam o campo de emergência, a condição, o lugar e a instância de diferenciação dos indivíduos, objetos, estados de coisas e relações que são abordados no enunciado. Para Foucault (2020),

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade (FOUCAULT, 2020, p.111).

Em outras palavras, o referencial do enunciado molda o lugar, a condição, o campo de emergência e a instância de diferenciação dos indivíduos ou objetos, por meio da sua relação com vários domínios de possibilidade. Sendo assim, não é possível descrever a relação entre o enunciado e o seu referencial usando análise lógica, semântica, sintática, científica ou psicológica - isso ocorre porque essas disciplinas examinam o enunciado sob outras perspectivas, aplicando classificações e estruturas que não existem no próprio nível de enunciação. Além disso, essas

disciplinas não abordam as relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação que só ele é capaz de criar (FOUCAULT, 2020).

Já em relação ao campo associado Foucault (2020) argumenta que, não há nenhum enunciado que possa existir isoladamente em um campo enunciativo. Em vez disso, existem vários enunciados raros e singulares que coexistem em constante associação. No que tange à materialidade repetível do enunciado, não há nenhum enunciado que não atualize outros, pois a materialidade do enunciado não é definida pela sua localização no espaço ou pela data de emergência, mas pelo seu status como objeto, que é amplamente decodificável e questionável. Nesse sentido, Foucault (2020) expõe que essa materialidade segue um regime que é mais sobre possibilidades de (re)inscrição e transcrição do que limites ou limiares precisos.

Ao abordarmos o suporte material da enunciação, estamos nos referindo a artigos científicos (no caso de nossa pesquisa), que é o meio pelo qual os discursos sobre o corpo com deficiência são materializados e que pode haver a perspectiva que encaram a multiplicidade corpórea a partir do campo biomédico, social, estético, entre outros. De acordo com Foucault (2020), o suporte material pode ser variado, desde uma palestra ou um livro, até a materialidade fílmica, pintura e outras materializações de discursos do tempo presente, o que inclui o corpo.

Os objetos de discurso são constituídos pelas condições históricas específicas em que surgem, como é o caso da delinquência, explorada por Foucault em "Vigiar e Punir", e da noção de deficiência e capacitismo, abordada neste dissertação. Esses objetos são construídos por meio dos saberes produzidos sobre eles - o saber não é uma consequência direta da existência do objeto, mas o objeto do saber é delimitado e formulado a partir do que é dito sobre ele. Esses objetos possuem ligações com outros objetos que não são novos, uma vez que é difícil dizer algo completamente novo. Como assevera Foucault, "o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta" (FOUCAULT, 1996, p. 25-26). É por essa razão que Foucault (2020) argumenta que há uma rede complexa de relações entre os enunciados, que se alternam, se negam e se reafirmam ao longo do tempo.

Compreendendo as relações entre os objetos de discurso como entidades complexas e multifacetadas, percebe-se que tais relações não se restringem meramente ao próprio objeto, mas estendem-se por meio de uma vasta rede que abrange instituições, técnicas, classificações, processos econômicos e sociais, bem como formas de comportamento e normas. Tomando como exemplo a deficiência

como categoria de análise discursiva, é possível observar como as relações entre Medicina, Psiquiatria, Pedagogia, Estética e Religião influenciaram sua constituição como objeto de saber, ora patologizando-o, ora buscando sua normatização.

Foucault (2020) distingue as relações primárias ou reais, que correspondem aos comportamentos, normas sociais, procedimentos de ação dentro de uma determinada instituição, entre outros elementos. Já as relações secundárias ou reflexivas são estabelecidas entre o sujeito do próprio discurso e o objeto que é objeto de sua fala e essas relações discursivas se situam no limiar do discurso, nem dentro nem fora, e são fundamentais para que o discurso possa abordar determinado objeto.

Portanto, faz-se presente a existência de lugares institucionais, dos quais os sujeitos podem enunciar e ocupar uma posição que lhes permita falar. Esses lugares, tais como os ocupados pelo pedagogo, juiz e psiquiatra no que tange à deficiência mental - que é, por sua vez, considerada subversiva, contraventora de normas, anômala, comumente caracterizada como transtorno ou patologia - constituem um status para o sujeito no espaço social e institucional que este ocupa. Dessa forma, as possibilidades de enunciação desses sujeitos são condicionadas por uma trama discursiva, a qual se entrelaça com elementos não discursivos, tais como construções arquitetônicas e diversos apetrechos que funcionam para a constituição dos sujeitos de enunciação - exemplificados pela medicalização e institucionalização dos corpos, que são elementos inerentes às práticas discursivas desses sujeitos, componentes íntimos da produção de discursos dos campos de saber dos quais tais sujeitos enunciam.

A relação entre o sujeito, os campos de conhecimento e os objetos é variável, levando a posições diversas dependendo do contexto institucional e do objeto discutido - com isso, pode-se afirmar que o sujeito assume múltiplas posições no discurso (FOUCAULT, 2020). À vista disso, é importante destacar que o regime de enunciação não é determinado pelo conhecimento prévio do sujeito, pelo aspecto psicológico, mas pelas normas impostas pela formação discursiva que permitem a enunciação dos objetos em questão.

Segundo a concepção de Foucault (2008a), a formação de estratégias ou escolhas estratégicas não se situa à margem do discurso nem corresponde às visões de mundo de um sujeito psicológico. Ao invés disso, tais escolhas representam modos sistemáticos de tratar os discursos, constituindo-se como possibilidades intrínsecas ao discurso, que não são nem conscientes nem inconscientes. Diante disso, as

referidas escolhas não são algo que se situa no sujeito, mas, antes, algo que o constitui enquanto, dessa forma, a possibilidade de formação dessas escolhas depende das regras discursivas.

A análise do campo enunciativo pressupõe a compreensão de como se configuram as formas de sucessão de enunciados, isto é, a maneira como se sucedem uns aos outros, bem como os tipos de correlação entre eles - ou seja, a forma como se relacionam e os esquemas retóricos que os atravessam, como se respondem uns aos outros. Nessa esteira, há distintas formas de coexistência de enunciados, as quais, segundo a teoria foucaultiana, estão dispersas em campos. Dentre esses campos, destacam-se: (i) campo de presença, que engloba os enunciados que são considerados verdadeiros, negados, entre outras possibilidades; (ii) campo de concomitância, que agrega os enunciados provenientes de outros discursos, mas que guardam relação com os discursos do enunciado analisado; e (iii) campo da memória, que comporta os enunciados que não são mais objeto de discussão nem aceitos como verdades, mas que mantêm laços de gênese, filiação, entre outros, que os admitem no corpo dos enunciados analisados (FOUCAULT, 2020).

Ao abrir a caixa de ferramentas de Foucault, é possível localizar um dos conceitos primordiais na fase arqueológica, que é o de arquivo, uma vez que o próprio arqueólogo destacou que suas empreitadas se basearam na análise do arquivo, o que atribuiu uma considerável importância ao conceito em questão. Em Fernandes (2012, p. 41) pode-se encontrar a seguinte discussão:

Para descrever/analisar as práticas discursivas de determinada época, o que implica escavar o arquivo, Foucault coloca uma questão metodológica, sobre a emergência do arquivo: como surgiu determinado enunciado. [...] A circulação dos sentidos envolve o gênero e o tipo de suporte, a quantidade, a intensidade, a velocidade e a materialidade do discurso.

Dito de outro modo, o sistema que estabelece enunciados é responsável pela existência acumulada do discurso. É esse sistema que possibilita a realização de práticas discursivas, a constituição de objetos de discurso e a enunciação de seus modos de existência (FOUCAULT, 2020). No entanto, é importante destacar que a ideia de arquivo não se refere a um acúmulo amorfo de dizeres guardados em quantidade infinita na memória, mas sim a um regime que regula a reativação, negação, apagamento e reformulação de determinado enunciado.

A abordagem arqueológica de Michel Foucault (2020) foca-se no estudo dos discursos não para revelar verdades ou continuidades, mas para descrever os limites, os pontos de cruzamento, as controvérsias e os enunciados discursivos que constituem um arquivo. Nessa perspectiva, o arquivo é concebido como um conjunto de relações entre enunciados que se organizam de maneira específica, além de abarcar sujeitos e subjetividades diversas que emergem e encontram possibilidade de expressão.

Essa perspectiva lacunar, caracterizada por analisar o que pode e deve ser dito, é crucial para compreender a formação e a transformação dos discursos. A abordagem arqueológica busca descrever como os enunciados discursivos se inter-relacionam e como são moldados por fatores como o poder e a hegemonia.

A análise dos discursos vai além da simples descrição do que é dito; envolve a compreensão de como esses discursos se formam e se transformam ao longo do tempo. Isso implica o estudo do sistema de formação e transformação de enunciados, incluindo a definição de uma prática discursiva que faz emergir múltiplos enunciados.

Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das relações entre discurso e sujeito, bem como do papel do poder na formação e transformação dos discursos. Além disso, a perspectiva lacunar fomentou o desenvolvimento de novas teorias e análises, movendo-se da fase arqueológica para a genealógica, que se concentra em examinar as relações entre discurso e sujeito de forma mais aguda.

1.2 O estabelecimento da genealogia foucaultiana

Conforme exposto no tópico anterior, a obra de Michel Foucault inicia-se com a arqueologia do saber, uma análise das condições de possibilidade do surgimento de diferentes saberes acerca do homem, notadamente a psiquiatria, a medicina clínica e as ciências humanas, que emergiram no século XIX. Todavia, o próprio Foucault reconhece que as pesquisas arqueológicas encontram limitações ao tratar das condições externas que possibilitaram a organização e instituição desses saberes.

Diante do exposto, o filósofo francês dedica-se a examinar a genealogia do poder, a qual se baseia nas interconexões entre o saber, o poder e a verdade – o objetivo dessa empreitada é revelar a interface entre o saber e o poder como uma

questão central em sua obra, com o intuito de aprofundar nas condições que permitem a configuração dos discursos e práticas de poder.

As condições extrínsecas que possibilitam o estabelecimento dos saberes são, em grande medida, determinadas pelas relações de poder e forças institucionais que são promovidas por certos discursos, seja para contestar uma determinada situação, seja para se opor a outros discursos (FOUCAULT, 2006). Em outras palavras, tais condições evidenciam as relações de poder que moldaram a estruturação das sociedades ocidentais e suas práticas governamentais.

Ao tomar Machado (1982), pode-se depreender que o processo de transição da abordagem arqueológica para a genealógica se dá pelas inquietações de Foucault acerca dos saberes – que são condicionados por fatores externos aos próprios saberes, ou seja, elementos que são imanentes a eles. Nesse sentido, importa destacar que esses saberes não podem ser considerados apenas como efeitos ou resultados, mas como elementos integrantes de um dispositivo intrinsecamente político e histórico.

O projeto genealógico constitui-se pela configuração de outras lentes que são , fundamental para analisar os elementos externos que se relacionam com a (re)organização dos saberes em dado momento histórico. Trata-se, portanto, de investigar as relações de força que disputam a posição de discursos de verdade e que moldam as sociedades e as políticas ocidentais. A análise genealógica revela as condições extrínsecas que possibilitaram o surgimento e a consolidação de um saber, considerando a complexidade das relações de poder que permeiam as práticas discursivas e institucionais.

Para enfatizar a respeito da funcionalidade da genealogia foucaultiana, trazemos Prado Filho que expõe:

A genealogia deve ser entendida centralmente como método de análise de práticas microfísicas, de relações moleculares e de produção de corpos concretos, proposto como ferramenta e instrumento para o esboço de uma história do presente, que possibilita, em última instância, uma crítica e a transformação do nosso mundo e daquilo que somos (PRADO FILHO, 2017, p. 313).

Considerando essa perspectiva, a genealogia irá priorizar as manifestações práticas, concretas e efetivas de um saber como instrumento de poder, buscando esmiuçar as atividades, treinamentos e impactos desse conhecimento na sua aplicação e regulamentação social e institucional, tal como ocorre na medicina sobre

os corpos dos sujeitos com deficiência. A genealogia enxerga o saber como um discurso verídico e conjunto de práticas que produzem e acionam diversas relações de poder (FOUCAULT, 2006).

Isso não implica que a arqueologia Foucault tenha se limitado a investigar as circunstâncias discursivas que dão origem a um determinado saber. No entanto, na genealogia, é dada ênfase ao aspecto concreto da manifestação desse conhecimento como prática institucional e exercício de poder - o que é analisado em relação às condições internas subjacentes ao discurso e os mecanismos que regulam esse mesmo discurso. Em toda história do conhecimento, existe uma rede de poderes estabelecidos, que possibilitam o aparecimento de certos saberes (não há uma história imparcial) e são os poderes externos aos saberes que permitem seu surgimento e seus efeitos concretos.

A transição da arqueologia do conhecimento para a genealogia do poder não representa uma mudança drástica no escopo filosófico, e possui mais conexões do que inicialmente se presume. Na arqueologia, há uma ênfase maior na questão do saber, contudo, isso não implica que a questão do poder não estivesse presente nas investigações de Foucault na primeira fase. Na genealogia, é imprescindível a priorização da análise dos mecanismos de poder, entretanto, isso não implica que as questões referentes ao conhecimento e às estratégias acerca dos discursos de verdade sejam excluídas (FAÉ, 2004). À vista disso, é importante salientar que, para Foucault, não há exercício de poder que não esteja relacionado a um saber, o que significa que essas duas fases iniciais, a arqueológica e a genealógica, se complementam mais do que se distanciam.

Para Faé (2004, p. 413), “na metodologia foucaultiana, a arqueologia e a genealogia se constituem como dois conjuntos complementares, sendo sua diferença não tanto de objeto ou de domínio, mas de ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação”. Assim sendo, a genealogia não se trata de um campo diferente da arqueologia, mas de uma abordagem diferente que elenca outras lentes (complementares) que tratam das mesmas questões, ou seja, dos discursos presentes em práticas e esferas extralinguísticas que moldam certas formas de exercício de poder.

Apesar da continuidade existente entre as fases arqueológica e genealógica, a necessidade de explorar as novas formas de exercício de poder que surgem da análise arqueológica da formação dos saberes é o que distingue essas duas fases.

Para Foucault (2010), os saberes são formados e articulados a partir de uma relação de poder - compreendendo que eles possibilitam a constituição de discursos, práticas e instituições que moldam a vida nas sociedades contemporâneas através de uma noção de poder mais ampla do que a concepção clássica de poder hobbesiana, que se concentra na questão da soberania política e que, segundo ele, é insuficiente para explicar o surgimento de discursos e práticas que transcendem a esfera do Estado, como é o caso do discurso e das práticas das psiquiátricas, por exemplo.

Foucault rejeita a ideia de que suas pesquisas genealógicas sejam consideradas como um método histórico convencional que possa ser aplicado universalmente por historiadores e cientistas sociais. Portanto, não se trata de encontrar na genealogia um método universalizável que possa ser utilizado em diferentes campos de análise, nem concebê-la com base em “essências fixas, nem leis subjacentes, nem finalidades metafísicas”. A genealogia busca descontinuidades ali onde desenvolvidos contínuos foram encontrados” (RABINOW e DREYFUS, 1995, p. 118). Em outras palavras, Foucault não acredita que a genealogia deva ser vista como um método único e aplicável em todas as situações, nem que existam leis ou essências subjacentes que possam explicar todos os fenômenos.

Para entender com clareza o delinear da genealogia foucaultiana, é imprescindível afirmar que o pensamento de Nietzsche exerceu uma forte influência sobre Michel Foucault, especialmente no que se refere à fase genealógica. Em 1971, Foucault publicou o artigo intitulado "Nietzsche, a Genealogia e a Histórica", que se tornou fundamental para a compreensão do conceito de genealogia como um modelo de abordagem histórica que se concentra em acidentes, contingências e singularidades dos eventos - esse modelo se opõe à narrativa hegemônica da história, que busca uma origem única para os eventos.

Além disso, Foucault (2006) apresenta a genealogia como uma abordagem histórica que se concentra nas múltiplas relações de poder e nos acidentes, contingências e singularidades dos eventos, em oposição às investigações que buscam a origem das coisas por meio de sentidos que se fixam na/pela história. Dito de outro modo, a genealogia utiliza a história para desmistificar a ideia de uma origem inacessível e, ao invés disso, enfoca a meticulosa análise dos começos, levando em consideração a aleatoriedade e as particularidades de cada evento histórico, essa abordagem valoriza o processo histórico em si, com suas intensidades, fracassos,

segredos e agitações – a história toma contornos que rompem com a ideia falseada de progresso do saber-poder pela aproximação temporal, por exemplo.

Levando em consideração a discussão supracitada, é produtivo trazer a seguinte explanação de Foucault acerca da histórica como procedimento de análise:

O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma. É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades; da mesma forma que é preciso saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e de energia, suas rachaduras e suas resistências para avaliar o que é um discurso filosófico. A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas síncope, é o próprio corpo do devir. É preciso ser metafísico para lhe procurar uma alma na ingenuidade longínqua da origem. (FOUCAULT, 1984, p. 19-20).

O método genealógico busca liberar o conhecimento histórico para que possa descortinar à ordem do discurso, não se limita a encontrar eventos do passado, mas questiona suas possibilidades no presente. E o objetivo não é demonstrar a continuidade entre eventos históricos dispersos e diversos, mas manter o passado na sua própria dispersão, seguindo a complexa cadeia de proveniência (FOUCAULT, 2006).

A genealogia não é apenas uma abordagem diferente da arqueologia, mas também é complementar e , fundamental para avaliar o papel das instituições sociais e suas práticas. Além disso, a genealogia também é crítica em relação à história e às suas narrativas tradicionais, seguindo a crítica nietzschiana sobre a história como uma forma de conhecimento que está enraizada em uma metafísica valorativa estabelecida desde Platão, na antiguidade, que supõe a superioridade do inteligível sobre o sensível.

A genealogia foucaultiana busca compreender a constituição do homem moderno, enfatizando o papel desempenhado por uma tecnologia política do corpo na sua formação, tal abordagem revela um sujeito que se constitui a partir de uma rede de poderes, os quais não se limitam ao caráter repressor, mas também incluem aspectos produtivos, todos eles imbricados na estrutura social e desenvolvidos desde o século XVII até os dias atuais (FOUCAULT, 1987). No prólogo de Vigiar e Punir, Foucault deixa clara a intenção de sua obra e, naquele momento, em 1975, tal proposição pode ser interpretada como o objetivo da sua genealogia enquanto método de análise geral.

Nesse contexto, a obra intitulada "Vigiar e punir: o nascimento das prisões" (1987) constitui um marco significativo na construção das bases do pensamento científico do mundo ocidental sobre os sistemas prisionais. Ao longo de quatro capítulos, Foucault (1987) apresenta um panorama histórico e político dos mecanismos punitivos, enfatizando o seu papel preponderante no processo de transformação dos corpos dos delinquentes em objetos submetidos a técnicas massivas de controle e repressão. Foucault, claramente, por meio da abordagem genealógica nessa obra remonta o período posterior à Idade Média, objetivando compreender os exercícios e práticas do poder - sua análise investiga as relações que se estabeleceram entre verdade/poder e saber/poder ao longo dos séculos, bem como as transformações ocorridas nas práticas e objetivos que moldaram as sociedades ocidentais europeias.

Por meio de sua abordagem genealógica, Michel Foucault propõe uma concepção de poder que difere tanto daquela defendida pela filosofia política moderna, quanto das narrativas históricas tradicionais. Segundo o autor, o poder não pode ser reduzido a uma relação de apropriação, domínio ou contrato, tampouco pode ser compreendido por meio de uma perspectiva valorativa e metafísica. Ao contrário, Foucault (1987) sustenta que é necessário analisar o poder em suas formas concretas de exercício, a fim de se compreender as relações de poder que caracterizam a sociedade contemporânea. Nesse sentido, a abordagem genealógica proposta por Foucault busca evidenciar as transformações históricas nas práticas de poder e nos saberes que as sustentam, revelando suas implicações no presente e fornecendo subsídios para a elaboração de estratégias de resistência e transformação social.

Ao tomar Foucault (1987), pode-se encontrar o exercício do poder sobre os corpos em lógicas de funcionamento que traduzem a conjuntura sócio-histórica da sociedade medieval, por exemplo. Em Vigiar e punir o filósofo francês discute, o suplício corporal, que se consolidou como uma técnica disciplinar no século XVIII. Essa forma de punição não apenas tinha como objetivo a repressão dos crimes, mas representava uma função jurídico-política, uma vez que os crimes eram expostos em meio à multidão para servir de exemplo e prevenir futuras violações das leis soberanas. Além disso, o espetáculo punitivo, nessa época, era entendido como uma forma de publicidade que visava a centralizar o poder e a justiça.

De acordo com Foucault (1987, p.47):

O suplício se inseriu tão fortemente na prática judicial, porque é revelador da verdade e agente do poder. Ele promove a articulação do escrito com o oral, do secreto com o público, do processo de inquérito com a operação de confissão; permite que o crime seja reproduzido e voltado contra o corpo visível do criminoso; faz com que o crime, no mesmo horror, se manifeste e se anule. Faz também do corpo do condenado o local de aplicação da vindita soberana, o ponto sobre o qual se manifesta o poder, na ocasião de afirmar a dissimetria das forças.

Nesse contexto histórico, a política punitiva se baseava na economia do exemplo, onde não era tanto o crime em si que estava em execução, mas a exposição dos delitos com o objetivo de inculcar o medo e reprimir qualquer forma de dissidência. Para Foucault (1987, p.91): “No suplício corporal, o terror era o suporte do exemplo: medo físico, pavor coletivo, imagens que devem ser gravadas na memória dos espectadores, como a marca na face ou no ombro do condenado”.

No entanto, à medida que as condições de produção do mundo moderno se desenvolviam, a manifestação do poder soberano através do terror sobre os corpos dos condenados começou a ser questionada, pois deixava aberta a possibilidade de uma revolta coletiva. Essa abordagem poderia levar a população a questionar a desigualdade social e, conseqüentemente, transformar o condenado em um indivíduo inocente e o aplicador das leis soberanas em um transgressor (FOUCAULT, 1987). À vista disso, durante a segunda metade do século XVIII, em um contexto social marcado pela violência nas práticas punitivas, emergiu um grupo de reformadores composto por filósofos, magistrados, parlamentares, teóricos do direito, entre outros - eles defendiam o fim do excessivo uso da violência e propunham a modernização do sistema punitivo, argumentando que a confrontação física como forma de punição já não correspondia à realidade social da época.

Em Foucault (1987), encontramos o seguinte esclarecimento:

Temos que recolocar essa reforma num processo que os historiadores isolaram recentemente ao estudar os arquivos judiciários: o afrouxamento da penalidade no decorrer do século XVIII, ou, de maneira mais precisa o duplo movimento pelo qual, durante esse período, os crimes parecem perder violência, enquanto as punições, reciprocamente, reduzem em parte sua intensidade, mas à custa de múltiplas intervenções. Desde o século XVII, com efeito, nota-se uma diminuição considerável dos crimes de sangue e, de um modo geral, das agressões físicas; os delitos contra a propriedade parecem prevalecer sobre os crimes violentos; o roubo e a vigarice sobre os assassinatos [...] (FOUCAULT, 1987, p.64).

Em outras palavras, pode-se afirmar que a transformação no contexto de produção da criminalidade foi o fator crucial para o abandono do suplício corporal

como forma de punição, com a mudança para a criminalidade relacionada à fraude ou violação de patrimônio, essa forma de punição perdeu sua eficácia. Ao tomar Foucault (1987), é possível compreender que a abolição do suplício não ocorreu devido ao discurso humanitário dos reformadores, mas em decorrência das condições sociais e históricas. Na verdade, houve uma intenção de transformar o sistema de opressão em um mecanismo eficiente de vigilância corporal e produção capital, como efeito, o poder não é mais materializado no corpo, mas no espírito - o suplício destrói a estrutura corporal, enquanto o regime disciplinar transforma o indivíduo em uma máquina.

Durante a segunda metade do século XVIII, com a ascensão do sistema capitalista e a necessidade de proteger a riqueza acumulada pela burguesia francesa, ocorreu o processo de modernização da legislação criminal, tal conjuntura sócio-histórica levou o sistema penal a se adequar aos ilegalismos presentes nesse contexto político. O novo modelo punitivo teve como objetivo definir claramente a aplicação das penas, pois, diferentemente do suplício, na (re)configuração, o foco que era na ação criminal transfere-se para o agente infrator.

Essas transformações punitivas revelam como o poder, o saber e a verdade são moldados por condições históricas específicas, e como essas condições determinam as formas de exercício e manutenção do poder ao longo da história. Segundo Foucault (2010), às sociedades contemporâneas apresentam uma peculiar organização das relações entre poder, saber e verdade, haja vista que diversas formas de poder transpassam, caracterizam e constroem o corpo social. Além disso, Foucault destaca que tais relações de poder são intimamente vinculadas ao discurso da verdade, cuja produção, acumulação, circulação e funcionamento se dá a partir do próprio poder. Por conseguinte, toda prática de poder é indissociável de uma "economia dos discursos de verdade" que opera em sua esteira e por meio dela.

A partir da discussão levantada, torna-se pertinente trazer a seguinte explicação:

Foucault, a partir de um enfoque genealógico, pauta-se em uma concepção de discurso que se articula com a noção de poder. Compreende-se, assim, que há poder no próprio discurso, cujo funcionamento se dá no interior das práticas discursivas. Em seus estudos, o autor observa que esse poder não é exercido apenas por meio de enunciados interditos ou enunciados de caráter repressivo e negativo (SARGENTINI, 2004, p.92).

Dito de outro modo, a dinâmica das relações entre poder, saber e verdade torna-se evidente pelo mecanismo em que a sociedade é compelida, constantemente,

pelo poder a produzir verdades. Com efeito, o poder depende das verdades para operar de modo eficiente – a disputa no campo discursivo é institucionalizada por práticas que visam a estabelecer discursos de verdade.

A verdade ocupa uma posição central na dinâmica das relações de poder, visto que é o discurso verdadeiro que, em grande parte, determina os efeitos do poder. Nesse sentido, a sociedade se vê submetida a uma série de julgamentos, condenações, classificações e imposições, bem como formas de vida ou morte - tudo isso em função da verdade que veicula e impulsiona os efeitos do poder (FOUCAULT, 1987; 2010). Por essa razão, torna-se imperativo analisar a relação entre poder, saber e verdade, a fim de compreender como esses elementos se interconectam e moldam a dinâmica social contemporânea.

Ao questionar as condições de possibilidade que fizeram emergir a disciplina como mecanismo de poder que nasce entre os séculos XVII e XVIII, Foucault (1987) identifica no centro da problemática: o poder, o saber e a verdade, uma vez que há uma engrenagem que dá sustentação para o disciplinamento dos corpos e das condutas. Sendo assim, os diversos mecanismos de disciplinarização só podem ser considerados eficientes caso possam transformar os corpos em objetos maleáveis e isso ocorre pela distribuição dos corpos no espaço, pela aplicação do tempo e pela domesticação, ou melhor, adestramento dos indivíduos.

A disciplina dos corpos se inicia pela disposição dos indivíduos no espaço, em que cada um deve ocupar um lugar específico determinado pelo grupo social ao qual pertence. A localização funcional visa a aplicar medidas de controle aos corpos por meio do princípio de divisão em espaços delimitados individualmente: “distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias” (FOUCAULT, 1987, p.124).

Na esfera do direito penal, a cronologia assume um papel crucial, uma vez que a aplicação das leis depende das ações dos indivíduos infratores. Nesse contexto, o tempo passa a ser utilizado como um mecanismo de controle sobre os corpos e seus movimentos, pois simplesmente cumprir horários não é suficiente para garantir a eficiência e a qualidade da produção industrial, é necessário exercer um controle constante sobre as atividades corporais, a fim de subordiná-los à hierarquia de poder e impor uma relação de submissão e utilidade (FOUCAULT, 1987).

O poder disciplinar é bem-sucedido na medida em que os indivíduos são disciplinados em instituições do Estado, como escolas, quartéis, hospitais e prisões. A sociedade da autovigilância, por sua vez, produz micropenalidades constantes que são julgadas por todos os envolvidos, assim como ocorre na produção industrial. O poder disciplinar é estabelecido por meio de procedimentos artificiais que produzem efeitos específicos no corpo social (FOUCAULT, 1987).

Além disso, os mecanismos de poder são reforçados por meio do funcionamento das instituições que combinam saber e poder, como as escolas que se integram completamente ao sistema disciplinar da medicina, por exemplo. A individualidade do estudante é moldada dentro das salas de aula, por meio de avaliações contínuas de classificação e estatísticas, permitindo, assim, rotular os alunos como bons ou ruins; inteligentes ou pouco inteligentes; normais ou com necessidades especiais, entre outras categorizações.

Em relação a esse fato, importa considerar o seguinte:

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “máscara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 1987, p.161).

A disciplina estabeleceu-se de tal forma na vida humana que há influência dos mecanismos de controle em todos os lugares e relações: Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina: na falta do diretor, sua família, os que o cercam, seus amigos, suas visitas, até seus criados (FOUCAULT, 1987, p.167).

Conforme Souza (2019), Foucault desenvolve uma análise sobre o poder a partir da perspectiva da individualização do sujeito, considerando a disciplina como um dispositivo que busca moldar as ações dos indivíduos por meio de um aparato complexo, visando a torná-los dóceis e eficientes para atender de forma produtiva as demandas do mercado. A partir dessa concepção, Foucault propõe a ideia de que o poder não é algo que existe de forma autônoma, mas que está presente nas relações entre sujeitos. E essas relações consistem em ações sobre ações possíveis e são elas que determinam as condições e os limites da ação dos sujeitos.

1.3 Poder disciplinar: entre o normal e o anormal

A análise do discurso na abordagem foucaultiana revela uma complexa rede de relações de poder que permeia as estruturas sociais. No centro desse contexto, destaca-se o conceito de poder disciplinar, um elemento, fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais. Michel Foucault, renomado filósofo francês, desenvolveu a ideia de que o poder não se limita às instituições políticas, mas também se manifesta de maneira difusa e sutil nas práticas do cotidiano.

O poder disciplinar, conforme delineado por Foucault, vai além da simples imposição de regras e normas. Ele opera nos domínios do "normal" e do "anormal", não apenas reprimindo comportamentos explicitamente transgressores, mas também consolidando padrões socialmente aceitos. Nesse contexto, o poder disciplinar não se restringe à repressão de desvios, mas busca estabelecer uma ordem normativa que permeia os indivíduos de maneira insidiosa.

Ao explorar o poder disciplinar na análise do discurso foucaultiana, mergulhamos em um terreno intricado, onde as práticas de normalização e controle se entrelaçam. O discurso, enquanto veículo de poder, não apenas reflete as normas estabelecidas, mas contribui ativamente para a sua construção e manutenção. Este texto busca lançar luz sobre as nuances do poder disciplinar, destacando a dinâmica entre o normal e o anormal, e sua profunda influência na tessitura social.

O corpo é uma esfera que se caracteriza pela sua complexidade, sendo tanto um organismo biológico quanto uma materialidade discursiva. À vista disso, com frequência, a conceitualização essencialista dele escapa às tentativas de objetivação. Em certos domínios, o corpo é interpelado mediante a historicidade que o constitui, as negligências, as (in)visibilidades, as repressões e as resistências.

O corpo emerge como um alvo de investigação em diversas áreas do poder e do saber, como é o caso da medicina, da estética, da biologia e, aqui, em especial, da Análise do Discurso. Uma vez que esta dissertação busca trabalhar com embasamentos teóricos que sejam capazes de evidenciar os fatores que aprisionam e incluem as corporeidades monstruosas – os sujeitos com deficiência, entender o corpo como construto sócio-histórico é reconhecê-lo como resultado de práticas

discursivas e não-discursivas, constituindo-se como um fenômeno inextricavelmente entrelaçado. Sendo assim, intencionamos traçar discussões acerca dos processos de constituição das subjetividades das corporeidades que escapam à métrica da normalidade.

Ao tomar Michel Foucault como aporte teórico, é possível trabalhar nas camadas de operação e resultados gerados pelo poder, em vez de se concentrar nas restrições relacionadas a ele. A concepção foucaultiana de poder pode ser compreendida através de três aspectos importantes: a descentralização do poder, sua capacidade de ser produtivo e positivo, e seu alvo primário e fundamental.

Foucault (2010), postula a não concessão de legitimidade ao poder emanado de um centro, de um governo soberano ou de suas instituições, pois estas representam meramente suas manifestações últimas. Segundo sua perspectiva, o verdadeiro poder se encontra na capacidade de incitar, difundir e fomentar a produtividade; ele permeia os embates, as contendas, as guerras e o cotidiano. O poder é intrinsecamente uma dinâmica de forças, caracterizado pela interação e interdependência entre diversas forças e relações de força. Dessa forma, o poder é entendido como multifacetado e onipresente, que surge de todas as esferas e se revela em todas as circunstâncias de confronto e batalha.

Nos escritos de Foucault, encontra-se o seguinte excerto:

Não devemos nos enganar: se falamos de estruturas ou mecanismos de poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que “alguns” exercem um poder sobre os outros. O termo “poder” designa relações entre “parceiros” (entendendo-se por isso não um sistema de jogo, mas apenas – e percebendo, por enquanto, na maior generalidade – um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras. (FOUCAULT,2010 a p.240) (grifos do autor).

Em outra perspectiva, Foucault (2010) descreve o poder como um agente produtivo que gera verdades, conhecimentos, prazeres e discursos. Ele argumenta que a verdade não é um conjunto fixo de afirmações absolutas, mas um conjunto de regras que permite distinguir o verdadeiro do falso, atribuindo efeitos de poder ao que é considerado verdadeiro. Portanto, a verdade não existe independentemente do poder, é regulada, produzida, estimulada, qualificada e classificada pelo próprio exercício do poder.

A verdade está intrinsecamente ligada a sistemas de poder que a geram e a sustentam, bem como aos efeitos de poder que ela gera e que a mantêm em circulação. À vista disso, deve-se compreender, então, que o poder não se restringe a dominar ou proibir, mas também desempenha um papel ativo na produção de verdades e conhecimentos através de uma variedade de mecanismos incitadores presentes nos diversos campos do saber, sejam eles científicos ou não (FOUCAULT, 2010).

Sob essa concepção, o corpo é atravessado pelo poder e, por sua vez, revela o poder. Através de discursos sobre o corpo e suas práticas de cuidado, foram extraídos conhecimentos que deram origem a um conjunto de normas e comportamentos: a normalização e patologização dos corpos na era moderna. Todos esses conhecimentos e verdades extraídos tiveram efeitos específicos sobre os indivíduos, resultando na regulação e disciplinamento dos corpos (FOUCAULT, 1987).

A prática disciplinar é responsável por moldar os indivíduos, sendo uma técnica específica de poder que os considera simultaneamente como objetos e instrumentos do seu exercício. Dessa forma, os indivíduos são constituídos como elementos interdependentes de um poder que também engloba o conhecimento. Nesse contexto, o corpo torna-se o alvo de novos mecanismos de poder, resultando na emergência de novas formas de conhecimento (FOUCAULT, 1987). É fundamental compreender o corpo não apenas como um organismo biológico regido por processos psicofisiológicos e mecânicos, mas como um corpo social. Nesse sentido, é necessário considerar as dimensões relacionadas à natalidade, mortalidade, incidência de doenças, fecundidade, hábitos alimentares e o contexto sócio-histórico em que ele está inserido.

Ao conceber a Análise do Discurso como abertura teórica capaz de questionar os modos naturalizados de enxergar a distribuição dos sujeitos deficientes nos espaços escolares, médicos e psiquiátricos, por exemplo, tomamos o corpo como materialidade discursiva, percebendo-o como suporte de inscrição dos acontecimentos sócio-históricos.

Para sustentar esse foco de investigação, remetemo-nos a Foucault:

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo

inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo (FOUCAULT, 1979, p. 22)

Seria possível seguir afirmando, na perspectiva colocada pelo autor, que um olhar genealógico para a corporeidade busca responder como os saberes históricos propiciaram o estabelecimento de verdades sobre os sujeitos deficientes em um dado regime de poder. Uma vez que o corpo não é apenas uma estrutura física, mas uma materialidade significativa que se submerge em diferentes formações discursivas, sejam elas da ordem religiosa, política, médico-patológica e ou estética. “O corpo é visto como linguagem. O homem só se torna sujeito quando esse corpo emana um dizer e quando desse corpo se pode dizer algo. Em outras palavras, o corpo-sujeito é um corpo do devir da fala” (BRAGA e MENEGHEL, 2013, p. 90).

Ao considerar os postulados de Foucault sobre as formas como o corpo é moldado nas sociedades atuais, Mendes argumenta:

O corpo é ao mesmo tempo uma massa, um invólucro, uma superfície que se mantém ao longo da história. [...] o corpo é um ente, composto por carne, ossos, órgãos e membros, isto é, matéria, literalmente um lócus físico e concreto. Essa matéria física não é inerte, sem vida, mas sim uma superfície moldável, transformável, remodelável por técnicas disciplinares e de biopolítica. Com isso, o corpo é um ente – com sua propriedade de “ser” –, que sofre a ação das relações de poder que compõem tecnologias políticas específicas e históricas. (MENDES, 2006, p. 168).

Ao levar em conta a concepção de que o corpo está intrinsecamente ligado ao poder disciplinar, torna-se possível compreender que os princípios reguladores das sociedades de controle exercem uma subjetivação sobre os indivíduos, dispensando a necessidade de instituições. Para Braga e Meneghel (2013, p.90), “O corpo assim como o sujeito está sempre sendo fabricado. Corpo produtivo. Uma produção que pode ser calculada, tecnicamente pensada”.

Sendo assim, a questão central envolve não apenas o corpo em si, mas também o sujeito como agente de ação, cuja formação é influenciada por fatores sócio-históricos. Essa dinâmica é aplicável a todos os sujeitos, uma vez que a influência externa, expressa por meio de discursos, desempenha um papel crucial na produção da subjetividade. Dessa forma, o sujeito é um resultado direto desse processo de subjetivação.

Se o corpo é tomado como força produtiva e submisso, ele encontra-se investido de um sujeito de ação, que está posto em relação a outros sujeitos,

definidos e distintos entre si pelas suas posições. Foucault mostra que há também mecanismos, ao que ele denomina “tecnologia da política do corpo”, que se valem de saber e não da violência ou da ideologia, voltados para o controle de suas forças (FERNANDES, 2012, p. 60) (grifos do autor).

Diante de tais colocações, recorreremos ao livro *Vigiar e Punir*, publicado pela primeira vez em 1975, para analisar o exercício do poder disciplinar sobre os corpos. Com isso, visamos a empregar perspectivas que tomem as técnicas disciplinares como função social.

Conforme Foucault (1987), a disciplina nasce entre os séculos XVII e XVIII, com a finalidade de controlar as multidões confusas que poderiam surgir a partir da antiga forma de punir os ilegalismos. Os diversos mecanismos de disciplinarização transformam os corpos em objetos maleáveis, isso ocorre pela distribuição dos corpos no espaço, pela aplicação do tempo e pela domesticação, ou melhor, adestramento dos indivíduos.

A disciplinarização dos corpos ocorre, em primeira instância, pela distribuição dos indivíduos no espaço, na medida em que cada indivíduo deve ocupar o seu lugar, e cada lugar tem que ser preenchido por um determinado grupo social (FOUCAULT, 1987). A localização funcional tem a incumbência de sancionar medidas de controle sobre os corpos através do princípio do quadriculamento individualizante: “distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias” (FOUCAULT, 1987, p.124).

Já a cronologia eclode como elemento central no direito penal, uma vez que a aplicação das leis dependerá das ações do próprio infrator. À vista disso, o tempo passa a ter a função de controlar os corpos e seus movimentos, pois não basta cumprir horários sem que haja eficiência e qualidade na produção industrial, é necessária uma administração constante das operações corporais para subordiná-los ao poder hierárquico, impondo uma relação de docilidade-utilidade. “O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 1987, p.129).

O sucesso do poder disciplinar se estabeleceu pelo adestramento dos indivíduos nas escolas, quartéis, hospitais, presídios, entre outras instituições. O poder disciplinar fixa-se por intermédio de procedimentos artificiais (imperceptíveis ou melhor camuflados) que dão lugar à banalidade de seus efeitos no corpo social (FOUCAULT, 1987).

Além disso, os mecanismos de poder solidificam-se mediante o exercício das instituições de saber-poder, como é o exemplo das escolas que se organizam de forma aparelhada com todo sistema disciplinar. A individualidade do estudante é constituída dentro das salas de aula, conforme os ininterruptos exames de classificação e de estatísticas, podendo, assim, designar os aprendizes como bons ou ruins; inteligentes ou burros; normais ou especiais, entre outras designações.

Em relação a esse fato, importa considerar o seguinte:

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “máscara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 1987, p.161).

O poder disciplinar consolidou-se na vida humana de forma que em todo lugar ou relacionamento há interferências dos mecanismos de controle. “Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina: na falta do diretor, sua família, os que o cercam, seus amigos, suas visitas, até seus criados (FOUCAULT, 1987, p.167).

Para demonstrar os mecanismos de controle do poder disciplinar, Foucault utiliza a metáfora da arquitetura e da engenharia da vigilância, o panoptismo, que desmembra o poder em camadas verticais e horizontais de sujeição real através das relações fictícias. A partir do panóptico não se aniquilam os corpos, mas vigia-os pelo caráter biológico, social e moral (FOUCAULT, 1987).

Na visão de Foucault (1987, p.169): “o Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens”. No panoptismo não se sabe quem, porque e como os sujeitos são vigiados, pois na verdade todos fazem parte desse sistema. Na atualidade, por exemplo, a vigilância se faz por diferentes tecnologias: câmeras, exames médicos, redes sociais, drones, estatísticas, cruzamento de dados, estudos sobre o comportamento de determinados grupos sociais, entre outras inúmeras formas de gerir os corpos.

Assim, os sujeitos são submetidos a diversos dispositivos e tecnologias de controle desde o nascimento, nos quais espaços e grupos desempenham um papel

importante. O objetivo é enquadrá-los em um padrão uniformizador desejado pela sociedade disciplinar, visando torná-los dóceis e úteis. Como resultado, o poder se manifesta de maneira automática no corpo social, levando os indivíduos, mesmo na ausência de vigilância direta, a se sentirem vigiados e a se autocontrolarem, agindo de acordo com o que lhes foi transmitido como "certo e normal" (FOUCAULT, 2010).

Além disso, Foucault (2021) estabelece uma inter-relação entre as práticas de poder e o contexto sócio-histórico na qual o sujeito está inserido, ele utiliza o contexto ocidental, influenciado pela ética cristã, como um exemplo ilustrativo, evidenciando que, de acordo com essa perspectiva, o desejo é considerado uma força natural que requer regulação. Nesse sentido, são estabelecidas normas relacionadas ao corpo, nas quais os indivíduos são instigados a controlar seus desejos por considerá-los prejudiciais. Dentro desse contexto, observa-se a normalização e padronização dos atos sexuais, que são transformados em identidades e padrões coletivos, ao invés de serem concebidos como experiências individuais. Assim, a sexualidade está vinculada a algo mais sendo este algo mais em parte constituído por formas específicas de poder.

Na mesma direção de sentido, trazemos a seguir um excerto de Foucault, em que discute a norma como base de sustentação do poder:

[...] a norma não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência de coerção que ela é capaz de exercer uma pretensão de poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício de poder se acha fundado e legitimado (FOUCAULT, 2010, p.43).

Dito de outro modo, na citação acima, Foucault destaca que a norma não age apenas como uma imposição restritiva, mas como uma ferramenta de atuação e mudança. A norma é um instrumento de poder que busca moldar comportamentos e direcionar ações de maneira eficiente, visando à transformação das práticas de subjetivação.

Ao adentrarmos nas análises genealógicas de Foucault presentes em obras como *Vigiar e Punir*, *Os Anormais*, *Microfísica do Poder* e *História da Sexualidade*, vol. 1, deparamo-nos com a compreensão de que a concepção de "anormalidade" é construída dentro de uma tecnologia de controle que legitima determinados discursos de verdade. Esses discursos estabelecem uma categorização de certas ações como desviantes do padrão, classificando-as como anormais e, conseqüentemente, sujeitas

a vigilância, tentativas de normalização e, em alguns casos, punição. Essa lógica de categorização divide os indivíduos em categorias de "bons" ou "maus", "certos" ou "errados", "normais" ou "especiais" (se tratando da métrica nos corpos com algum tipo de deficiência), perpetuando assim um sistema de controle social.

Nesse sentido, relacionamos esta discussão ao que Piovezani explícita sobre a arqueogenealogia:

O arqueogenealogista analisa o que na história é produzido como discurso, práticas, saberes, poderes, analisa sua proveniência e o modo como agem as estratégias em que se ampliam. O biopoder, constituído no século XIX, é uma dessas estratégias vencedoras. A vida é assumida pelo poder, há uma estatização do biológico, de modo que o Estado-nação não depende mais apenas do antigo poder soberano, que era um poder absoluto sobre o súdito, tendo sobre ele o direito de vida e de morte (PIOVEZANI, 2009, p.134).

Irmanado a essa assertiva, o foco desta dissertação recai sobre a figura dos sujeitos com deficiência, uma vez que dentro da perspectiva da sociedade disciplinar, tais corporeidades são, constantemente, alvo de procedimentos biomédicos de normalização, invisibilidade e exclusão por corresponderem aos crivos da diversidade da própria existência humana. A concepção de "anormalidade" atribuída às pessoas com deficiência geram efeitos de sentido que enclausuram suas possibilidades de vivências. Essa construção do "Monstro Moral", termo utilizado por Foucault em "Os Anormais", representa a ideia de que o desvio, o pecado e o problema se estendem para toda a sociedade, gerando um temor coletivo.

Para Foucault (2010, p.47):

A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza. Ele é, um registro duplo, infração às leis em sua existência mesma. O campo de aparecimento do monstro é, portanto, um domínio que podemos dizer "jurídico-biológico". (grifos do autor).

Devido à transgressão das normas biológicas e sociais que regem os parâmetros de normalidade, os sujeitos com deficiência são depositados na categoria de anomalia, são retratados como verdadeiros monstros humanos. Essa representação deriva do estigma de serem vistos como inválidos – em uma sociedade que exige do corpo uma funcionalidade lucrativa. Na sociedade disciplinar, qualquer

sujeito ao redor dessas monstruosidades pode se sentir justificada em produzir movimentos de desumanização de tais corporeidades.

Efetivamente, o monstro desafia a lei – ele representa a transgressão e a leva ao extremo. Ao existir, o monstro não apenas viola a lei, mas provoca uma reação que vai além da aplicação da lei: essa reação não se manifesta como resposta legal, mas como algo completamente distinto (FOUCAULT, 2010). É uma resposta caracterizada pela violência e pelo desejo de supressão pura e simples, por exemplo, a institucionalização dos corpos com deficiência nas escolas, nos hospitais, nas famílias e nas igrejas.

O poder não busca eliminar esses grupos tidos como anormais, mas classificá-los e rotulá-los, utilizando essa categorização como um meio de controle. Além disso, esses grupos identificados estarão sujeitos à violência e punição, o que faz parte de um método mais eficiente de normalizar certas categorias sociais e vigiá-las, garantindo a manutenção de uma determinada ordem (FOUCAULT, 1987).

A noção de anormalidade só pode ser compreendida em contraste com uma suposta normalidade, representada por um sujeito abstrato considerado como padrão. Esse sujeito enquadrado na norma é avaliado quantitativamente e hierarquizado em termos de valor, levando em conta suas capacidades individuais. Essa concepção estabelece critérios sociais e subjetivos considerados desejáveis e busca a uniformidade dentro da população à qual é direcionada.

Antes de abordar o conceito de norma como estratégia de poder desenvolvida por Michel Foucault, é necessário destacar a influência que Georges Canguilhem teve em seus trabalhos, já que ele foi orientador de Foucault em sua tese sobre a loucura na Idade Clássica, e suas ideias sobre normalidade, normalização e anormal foram de grande importância para o desenvolvimento do pensamento foucaultiano.

Nos livros "Os Anormais" e "Vigiar e Punir", Foucault explora a noção de normalidade como um mecanismo para uniformizar os comportamentos individuais, visando adequá-los ao trabalho e à conformidade social. A preocupação de Foucault com o poder e seu impacto na formação dos sujeitos é amplamente influenciada pelas observações e estudos de Canguilhem (1995).

Ao aprofundar-se no tema da normatividade, Canguilhem (1995) forneceu a Foucault as ferramentas necessárias para desenvolver o conceito de normalização, que desempenha um papel crucial em sua tese. Por meio desse conceito, é possível refletir sobre que tipo de indivíduo uma determinada perspectiva de educação

ambiental institucionalizada busca moldar. Além disso, questiona-se que tipo de monstro ou anormalidade é construída a partir de uma determinada concepção.

Ao longo dos tempos, as noções de normalidade e patologia têm sido objeto de ampla discussão. Na Grécia Antiga, influenciada pelas ideias hipocráticas, uma concepção dinâmica da doença prevalecia – a saúde era vista como um estado de harmonia e equilíbrio, enquanto a doença representava uma perturbação do equilíbrio. No entanto, essa desordem não era necessariamente considerada disfuncional, mas como uma resposta da própria natureza na busca pela restauração da saúde e equilíbrio anteriores. Dessa forma, a doença era encarada como uma reação abrangente com a intenção intrínseca de promover a cura (Canguilhem, 1995).

A doença surge quando ocorre um desequilíbrio na excitação corporal, seja por um excesso ou uma falta. Portanto, a doença é resultado de alterações na intensidade da estimulação, que é , fundamental para a preservação da saúde (Canguilhem, 1995). Nesse sentido, é evidente que essas concepções de saúde e doença, embora diferentes, estejam centradas em alterações fisiológicas do corpo. Em contrapartida, ao adentrar o campo da psicopatologia, essa forma de distinção não se aplica mais, tanto devido ao desconhecimento da fisiologia dos processos mentais quanto à tênue linha entre o que é considerado normal e o que não é.

Canguilhem (1995) faz uma distinção necessária em relação à terminologia, destacando que o patológico é considerado anormal, mas nem tudo que é anormal, mesmo que seja adaptativo, é necessariamente patológico. Portanto, fica claro que demarcar as fronteiras entre normalidade, anormalidade e patologia é uma tarefa complexa, já que o termo “normal” adquire amplitude em vários campos do saber.

Dentro das obras de Foucault, um dos livros que se relaciona de maneira mais próxima com as ideias de Canguilhem é *O Nascimento da Clínica* (1980). Nessa obra, Foucault levanta questionamentos acerca da relação entre a percepção do médico em relação ao corpo doente e a linguagem específica que surge para nomear essa visibilidade e constrói uma reflexão profunda sobre a norma, algo que ressoa com as preocupações de Canguilhem.

Em *O Nascimento da Clínica*, Foucault (1980) explora as regras presentes no discurso médico que estabelecem as diferenças entre o que é considerado normal e o que é considerado patológico. E ainda, investiga os elementos que já estão pré-determinados dentro desse discurso, analisando como isso afeta o conteúdo e a compreensão da prática médica. Nesse sentido, é necessário ressaltar que essa

análise não pode ser feita separando o aspecto discursivo da observação do objeto em questão: o corpo doente, ambos estão indissociavelmente ligados, e é essa relação que Foucault busca explorar em sua obra.

Durante os séculos XVII-XVIII, a prática médica era caracterizada por um discurso ilusório, limitando-se a uma observação superficial dos corpos. De acordo com Foucault (2008b), nesse período, a percepção estava associada ao regime de luz - isso pode ser exemplificado pelas concepções de Descartes e Malebranche, que consideravam a visão como sinônimo de percepção, a luz, anterior ao olhar, representava a idealidade, o ponto indeterminado de origem onde as coisas se adequam à sua essência e adquiriam forma através da geometria dos corpos. Nesse contexto de conhecimento, o olhar se subordina a um regime de luz, determinando a visibilidade das doenças. Como resultado, surgia uma linguagem fantasiosa e repleta de metáforas que expressam tais concepções.

Desse modo, o surgimento da prática clínica evidencia como o olhar médico, que tem emergência na história ocidental, é possibilitado por condições práticas. É nesse espaço de observação dos corpos, denominado de clínica, que o discurso científico da medicina se desenvolve e se estabelece. No entanto, é necessário ressaltar que a criação desse espaço está intrinsecamente ligada a uma configuração normativa em dada conjuntura sócio-histórica.

A normalidade está intrinsecamente ligada à média estabelecida para cada grupo, impulsionando a criação e disseminação de normas. Todavia, o propósito não é simplesmente distinguir entre indivíduos normais e anormais, como ocorre em estratégias disciplinares específicas. Em vez disso, busca-se estabelecer uma identificação mútua entre ambos os grupos, assim, na sociedade de segurança, a norma desempenha um papel na diversificação dos modelos que devem servir como referência, permitindo que todos possam se posicionar dentro de limites locais e em relação uns aos outros (LOPES; FABRIS, 2013).

Na sociedade contemporânea, a norma não é estabelecida como um conceito único e absoluto, mas dentro das diferentes normalidades – o que é considerado normal é determinado a partir do contexto sócio-histórico e do grupo em questão, sendo a norma derivada dessas diversas normatividades. Essa perspectiva, implica que não se pode falar de uma normalidade única, pois cada contexto social define seus próprios padrões e critérios (LOPES; FABRIS, 2013).

Dessa forma, percebe-se a fluidez dos processos que contribuem para a ampliação da noção de normalidade e/ou anormalidade, resultando em múltiplas normalidades diferenciais. Essa dinâmica desencadeia a produção de uma diversidade de discursos e práticas de in(ex)clução dos sujeitos com deficiência, por exemplo. Tais corporeidades estão inseridas nos princípios neoliberais que estabelece os modos de vida mediante “a ciência do comportamento humano” - essa abordagem abrange uma análise ampla dos comportamentos, condutas e aspectos sociais e afetivos dos sujeitos (FOUCAULT, 2008). Em outras palavras, cada sujeito se torna um elemento crucial para o funcionamento do neoliberalismo, exigindo que todos sejam ativos economicamente e capazes de se autoconduzir para gerar resultados úteis ao Estado.

1.4 A governamentalidade

O conceito de governamentalidade, desenvolvido por Michel Foucault, destaca-se como um elemento central seu quadro teórico, proporcionando uma abordagem para a compreensão das práticas de governo e controle social. Ao longo de sua trajetória intelectual, Foucault elaborou esse termo, transcendentemente, além das abordagens convencionais, desafiando não apenas as estruturas políticas formais, mas também as tecnologias de poder que permeiam as esferas do cotidiano.

Neste subtópico, exploraremos a complexidade desse conceito, enfocando como Foucault reconfigura as concepções tradicionais de governança, inserindo-as em um diálogo profundo com os discursos, práticas e estratégias que moldam a conduta tanto a nível individual quanto social. Ao adentrarmos no conceito de governamentalidade, trabalhamos no território analítico que transcende as fronteiras das instituições estatais, revelando as intrincadas interconexões entre o poder, o saber e as formas de subjetividade no tecido social.

Durante o curso intitulado "Segurança, Território e População" no período de 1977 a 1978, Michel Foucault, ao contextualizar os estudos da biopolítica, reexaminou de maneira aprofundada a noção de população e o amplo espaço conceitual que ela revela, tal enfoque direcionou Foucault a analisar de que forma o objeto da intervenção estatal passou por uma transformação significativa, movendo-se da esfera da administração territorial para a esfera da regulação populacional e suas

nuances específicas (BARROS, 2019). Nessa perspectiva, governar transcendeu a simples gestão do território; passou a abranger também a orientação das condutas individuais de grupos, abarcando desde o governo das crianças até o governo das almas e dos idosos, essa evolução implica a criação de diversas formas de governo que influenciam diretamente a conduta dos seres humanos.

A governamentalidade como um conceito permite que o pesquisador lide com a própria trama histórica para além da convencional linearidade dos acontecimentos, característica na tradição histórica. Propiciando-nos erigir uma compreensão a partir da detecção de elementos que conduzem à emergência de distintas modalidades de saberes e discursos diversos, cujos efeitos de verdade conformam as assimetrias nas relações de poder, passa a ser objeto de análise sob uma perspectiva crítica que dialoga com os desdobramentos, não interessando a origem causal de eventos progressos. Desse modo, ao valer-se da metodologia arqueológica, esta abordagem considera as irregularidades como constituintes intrínsecas à normalidade discursiva, revelando-se fundamental para a construção e compreensão do presente.

Sendo assim, a concepção foucaultiana de governo transcende a mera gestão estatal, abrangendo também as modalidades de direcionamento de condutas e organização do espaço de atuação alheio. Foucault (2008b) direciona seu interesse pelo Estado a partir da perspectiva do governo da população, sua análise governamental não visa a uma definição rígida do que constitui o governo, mas, sim, empreende uma investigação epistêmica das suas formas, conduzindo uma análise histórica das práticas concretas que, posteriormente, culminaram na constituição do Estado. Nesse contexto, o Estado é problematizado por meio das diversas táticas de governo, um processo designado como governamentalidade, assim, o Estado é percebido como um resultado dinâmico de várias estratégias de governo.

Na obra *Microfísica do Poder*, Foucault (1979) conceitua a governamentalidade como um conjunto composto por instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que possibilitam a efetivação dessa forma singular e complexa de poder. Este tipo de poder direciona-se à população, tendo a economia política como principal domínio de conhecimento, e faz uso dos dispositivos de segurança como instrumentos técnicos. Dito de outro modo, que o alvo primordial desse poder é a população como um todo, diferenciando-se do enfoque em indivíduos específicos, esta mudança de ênfase do corpo individual para o "corpo" da população permeia suas análises.

Conforme elucidado por Foucault (2012), nos períodos da Antiguidade greco-romana e da Idade Média, os tratados que se propunham a oferecer conselhos ao príncipe encontravam resistência entre os súditos, isso se devia ao fato de que esses tratados se restringiam a prescrever modos de comportamento do príncipe, delineando o exercício do poder, o respeito pelos súditos e a preservação do principado. Em termos mais precisos, o poder estava intrinsecamente associado à interdição, repressão e negação, culminando, em última instância, na possibilidade de sacrifício da própria vida em defesa do soberano. Assim, quando discutimos o tema do controle populacional, é comum construir mentalmente uma concepção negativa do conceito de governamentalidade, entretanto, é imperativo reconhecer que a propulsão subjacente a essa prática de governo é, incontestavelmente, sua positividade.

Para melhor compreensão é necessário fazer a diferenciação entre poder disciplinar e biopoder, uma vez que Foucault (2008a) entende que os mecanismos disciplinares e os mecanismos de regulamentação estão articulados, operando em esferas distintas, o primeiro direcionado aos corpos individuais e o segundo às populações como um todo. O componente que permeia essas duas tecnologias de poder é a norma, desempenhando um papel significativo tanto no disciplinamento dos corpos quanto na regulamentação das comunidades.

Conforme salientado por Veiga-Neto e Lopes (2007), a concepção tradicional de disciplina, entendida como uma espécie de correção física, acrescenta-se a noção mais ampla de disciplina como técnica de normação. Sob esse olhar, é relevante observar que o poder disciplinar não atua de maneira isolada, mas se articula de forma intrínseca com o biopoder. No contexto do biopoder, o processo de normalização se desenrola de maneira mais sutil e, portanto, mais eficiente, isso se deve ao fato de que, por meio de estatísticas e conhecimentos que delineiam o que é considerado saudável, o controle se interioriza nas dinâmicas familiares, configurando-se como um processo descentralizado.

A disciplina configura as relações específicas que um corpo deve manter com o objeto que está sendo manipulado, este processo estabelece uma engrenagem cuidadosamente elaborada entre o sujeito e o objeto em foco. Sob essa percepção, o poder disciplinar exerce sua influência sobre os corpos das pessoas com deficiência por meio de práticas destinadas a controlar e regular suas características de acordo com as normas e padrões estabelecidos. Foucault (1987), as práticas disciplinares

buscam impor uma relação de docilidade e utilidade aos corpos, almejando torná-los dóceis e adaptados às expectativas sociais e institucionais. No contexto da deficiência, os discursos médicos desempenham um papel crucial na categorização e normalização dos corpos, evidenciando a anormalidade e reforçando a necessidade de conformidade com os padrões preestabelecidos.

No contexto de uma racionalidade biopolítica, o foco reside na normalização da coletividade, na gestão da vida do corpo social por meio de políticas promotoras e reguladoras do que se considera o bem-estar da população (Foucault, 2008). À vista disso, evidencia-se uma alteração na administração do corpo social, agora voltada para a implementação de políticas destinadas ao controle e à normalização dos corpos.

Independentemente do tipo de governamentalidade envolvido em cada regime de governo, todos compartilham o atributo comum de, além de definirem o método de gestão em suas respectivas lógicas governamentais, proporcionarem a "salvação" dos sujeitos (Santos, 2010). Se, no paradigma pastoral, essa salvação assumia um caráter religioso de redenção das almas, na era moderna, ela passa a representar a preservação da vida de cada indivíduo, no sentido de que, por meio de mecanismos políticos, busca-se manter a vida através da conservação da saúde e vitalidade da população (Santos, 2010). Isso se manifesta na implementação de preocupações com a saúde pública, higiene, alimentação e segurança, almejando, em última instância, alcançar um equilíbrio entre as taxas de natalidade e mortalidade.

Nesse âmbito, interpretar a governamentalidade como o aglomerado institucional que facultado a exercício de uma modalidade específica de poder, cujo escopo recai sobre a coletividade (SANTOS, 2010). Direcionada à gestão dos sujeitos, a governamentalidade volta-se para as individualidades, estabelecendo, simultaneamente, uma correlação com a comunidade e o conjunto populacional. O desiderato reside em preservar, resguardar (diante de ameaças internas e externas), educar/disciplinar, ordenar, vigiar, acompanhar, assegurar, e gerir de maneira individualizada, objetivando a totalidade da população.

A governamentalidade se revela nas produções acadêmicas acerca do capacitismo, os quais constituem o corpus analítico deste estudo, sendo interpretada como práticas biomédicas e/ou sociais de compreensão da categoria de deficiência. Além disso, a partir a concepção teórica de governamentalidade pode-se observar a constituição do conceito mediante o funcionamento das estratégias institucionais de

normalização, segregação e in(ex)clusão. Essa forma de governamentalidade, concebida dessa maneira, é configurada por relações de poder e dominação, associadas a estratégias que agem como uma seleção racional de procedimentos externos, desencadeando ações sobre as possíveis ações dos outros (SANTOS, 2010).

Essa abordagem pode ser apreendida em dois sentidos: inicialmente, como um processo de transição dos métodos de direcionamento das condutas individuais e coletivas, indicando a transferência dos problemas circunscritos a um território específico para as questões que abarcam a totalidade da população. Em segundo plano, esse conceito pode ser entendido como uma configuração do pensamento político, econômico e social para guiar a conduta alheia, a partir da qual as práticas, sejam elas discursivas ou não, passam a ser postas em prática (SANTOS, 2010).

Já a governamentalidade neoliberal denota uma abordagem de organização e gestão da sociedade que se origina das premissas do pensamento neoliberal. O neoliberalismo, enquanto doutrina econômica e política, ascendeu à proeminência nas últimas décadas do século XX, preconizando a eficácia do mercado, a diminuição da intervenção estatal na economia e a promoção da competição como propulsora do desenvolvimento.

No contexto da governamentalidade neoliberal, o Estado assume um papel central na configuração de condições propícias para o funcionamento eficiente do mercado (Ambrózio,2012). Ao invés de exercer diretamente a administração de setores econômicos, o Estado neoliberal busca instaurar um ambiente propício à atuação do mercado, fomentando a concorrência, reduzindo regulamentações e fomentando a privatização de serviços públicos .Além disso, a governamentalidade neoliberal se expressa na ênfase atribuída à responsabilidade individual - os indivíduos são instigados a assumir a responsabilidade por suas próprias vidas, gerindo sua educação, saúde e bem-estar financeiro, assim, coadunando com a perspectiva de que a liberdade individual e a capacidade de tomar decisões autônomas são valores centrais para o desenvolvimento social (Ambrózio,2012).

Outro aspecto da governamentalidade neoliberal é a importância atribuída à eficiência e à gestão baseada em resultados. Isso reflete-se em políticas públicas que buscam mensurar e quantificar o desempenho, frequentemente utilizando indicadores econômicos como critérios primordiais de avaliação (Ambrózio,2012). Essa abordagem pode conduzir à simplificação da complexidade social e a uma ênfase

desproporcional em métricas quantitativas, em detrimento de considerações qualitativas.

À vista disso, a governamentalidade neoliberal, à luz do pensamento de Foucault, influencia a forma como os corpos com deficiência são percebidos e geridos na sociedade. Sob a governamentalidade neoliberal, as normas e práticas de normalização designam quem é considerado "normal" ou "anormal", e isso se reflete na maneira como os corpos das pessoas com deficiência são tratados. A necessidade de tornar visíveis tais corpos para a sociedade está relacionada à dinâmica de inclusão/exclusão e à gestão das diferenças sob a lógica neoliberal. Nesse contexto, as políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiência podem ser problematizadas como estratégias de governo que atuam na regulação e normalização desses corpos, de acordo com as demandas e os valores neoliberais. Portanto, a governamentalidade neoliberal influencia a percepção e o gerenciamento dos corpos com deficiência, moldando a forma como eles são incorporados e regulados na sociedade.

O discurso da verdade, respaldado por suporte e institucionalização, exerce sua projeção sobre outros discursos, legitimando-os mediante sua utilização. As assertivas presentes nos artigos científicos sobre o corpo com deficiência e o capacitismo buscam respaldo nos conhecimentos provenientes das disciplinas sociológicas, psicológicas e médicas. Dessa forma, o sujeito com deficiência é configurado por meio de um discurso de verdade que se constrói em torno dele, a representação do sujeito deficiente se concretiza e se difunde nos discursos como uma construção social. Assim, as representações sociais do sujeito com deficiência – bem como a própria concepção de capacitismo – são transmitidas por meio das expressões linguísticas, solidificam-se nas instituições sociais, adquirem sentidos e circulam nos discursos.

Encerrando este tópico, é pertinente destacar que nossa análise das práticas de governamentalidade serve como alicerce para a reflexão sobre como o governo pode gerenciar uma população, orientando-a no tempo e no espaço. Isso se concretiza através de vigilâncias ininterruptas, respaldadas por saberes e poderes normalizadores, almejando objetivos específicos, embora de maneira sutil e não ostensiva.

SEGUNDA PARTE: A GRAMÁTICA DO CORPO COM DEFICIÊNCIA

A Análise do Discurso, inspirada nas teorias de Michel Foucault, revela que a urgência e as demandas históricas são responsáveis por gerar discursos e subjetividades que transcendem a mera formação discursiva. Um dos conceitos essenciais para compreender essa produção é o dispositivo, definido por Foucault (2020) como um conjunto heterogêneo de práticas discursivas e institucionais, particularmente no campo médico, que estabelecem os parâmetros de "normalidade" e "anormalidade".

Essa rede discursiva institui verdades acerca do sujeito com deficiência, estabelecendo padrões de saúde e doença que são utilizados para controlar e disciplinar os corpos. O dispositivo é fundamental para a compreensão das condições de possibilidade da emergência do capacitismo, que se baseia em uma divisão entre o normal e o anormal.

A análise do discurso permite entender como esses dispositivos discursivos são produzidos e reproduzidos ao longo do tempo e como eles determinam a formação de subjetividades e discursos sobre as pessoas com deficiência. Além disso, essa abordagem permite identificar as estratégias de resistência e contestação que as pessoas com deficiência podem utilizar para subverter esses dispositivos e produzir novos discursos e subjetividades.

Indo ao encontro com essa discussão, Deleuze (2005) afirma que o limiar da história produz e dissemina os campos de visibilidade e de enunciabilidade em dada conjuntura sócio-histórica. À vista disso, a necessidade de nomear a vivência de in(ex)clusão das pessoas com deficiência emerge mediante formações discursivas que expõem a condição da diversidade corporal, mental e intelectual como um processo que a medicina patologiza, por exemplo. Sendo assim, um conhecimento constituído é um conjunto de possíveis enunciados e visibilidades.

Os dispositivos como mecanismos de poder funcionam como engrenagens de fazer ver e são capazes de impulsionar a produção de discursividades. Cada dispositivo é caracterizado por um arranjo específico de estratégias que produz clareza (visibilidade), bem como um conjunto particular de enunciados ou possibilidades de enunciar habilidades (DELEUZE, 2005). Sob essa perspectiva, cada dispositivo gera abordagens distintas na percepção e descrição do objeto que está sendo constituído. Dessa maneira, a partir do século XIX, mediante a construção de

conhecimentos biomédicos, o corpo com deficiência passou a ter reflexos de luzes que dão sustentação para a formação de um dispositivo próprio de normalização de tais sujeitos (FOUCAULT, 2010).

Para a aplicação do conceito de dispositivo relacionado à deficiência, é necessário considerar o maquinário das práticas derivadas dos dispositivos da sexualidade, da medicina e da psiquiatria, uma vez que dentro desses campos há métricas que marcam os corpos e suas condutas a partir da concepção de normalidade e anormalidade. Nesse sentido, a deficiência foi, inicialmente, conceitualizada como uma incongruência genética, mental, corporal e de outras ordens, sendo vista como uma condição patológica.

Para Foucault (2010), qualquer desvio que um sujeito apresente em relação às normas estabelecidas pela ordem social, que inclui as regularidades corporais, estéticas, intelectuais etc., pode ser considerado como patologia a ser tratada, corrigida e ou excluída. Ou seja, qualquer comportamento que se afaste da chamada "norma" de conduta é interpretado pela psiquiatria, por exemplo, como um sinal de que algo está fora do padrão estabelecido. Como efeito, esse entendimento leva à categorização dessas corporeidades desviantes em posições de invisibilidade e marginalidade, especialmente, em relação a suas vidas cotidianas – como sujeitos que trabalham, que estudam, que namoram, que caminham pelas ruas e que tem suas responsabilidades civis como os sujeitos não-deficientes.

No entanto, atualmente, pode-se depreender que a deficiência está relacionada aos campos do saber-poder, uma vez que os olhares como formações discursivas que, aqui, identificamos como percepção biomédica e percepção social produz efeitos de verdade sobre essas corporeidades. Para Foucault (2010), a categoria de monstruosidade representa uma engenharia identitária que emerge como princípio de sustentação ao que já está postulado como um sistema de categorização dos que estão dentro das margens de um corpo biologicamente saudável – o normal. Já o processo de identificação do “sujeito com deficiência” é fundamentado em consonância com os saberes e instituições que são autorizados a distinguir os corpos que possuem deficiência e os que não possuem, assim, classificando os diversos tipos e graus.

Ao analisar o dispositivo do capacitismo é possível afirmar que o seu surgimento está calcado no discurso médico, que é autorizado a produzir verdades

sobre a vivência das pessoas com deficiência. Assim como afirmam Gaudenzi e Ortega (2016, p. 3063):

A compreensão da deficiência como um fenômeno no âmbito da patologia ficou conhecido como o Modelo Médico da Deficiência ou Modelo da Tragédia Pessoal. Desta perspectiva, a desvantagem vivida pelos deficientes é efeito de desvantagens naturais inerentes aos contornos do corpo e, portanto, seus impedimentos são reconhecidos como infortúnios privados, uma tragédia pessoal.

A patologização do corpo com deficiência é influenciada fortemente pelo advento do capitalismo, já que cada sujeito é um maquinário – pela sua força de trabalho. O saber médico é derivado da permissibilidade do diagnóstico, da diferenciação e do enquadramento, como na psiquiatria – em que há separação dos sujeitos loucos e não-loucos.

2.1 Concepções conceituais sobre a deficiência

A compreensão e representação dos corpos com deficiência ao longo da história têm sido influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo valores culturais, crenças religiosas, avanços médicos e mudanças nas percepções sociais. As designações históricas para corpos com deficiência refletem essas influências e oferecem uma visão valiosa sobre a evolução das atitudes em relação à diversidade funcional.

Diante da crescente notoriedade que o tema vem conquistando internacionalmente, verifica-se a incorporação de novas terminologias e conceitos ao discurso acadêmico. Além do termo "deficiência", algumas das expressões que passam a ser empregadas com destaque incluem "incapacidade", "limitação" e "desvantagem".

A deficiência está correlacionada a limitações físicas, sensoriais e/ou intelectuais, acarretando restrições na realização de atividades fundamentais para a vida do sujeito. A definição do termo é desafiadora, abrangendo elementos complexos, dinâmicos, multidimensionais e suscetíveis a questionamentos, com uma influência histórica e social evidente. Portanto, é crucial evitar o emprego abstrato do termo, considerando, ao invés disso, as experiências singulares das pessoas com deficiência.

A necessidade de abordar a pessoa com deficiência de maneira singular, respeitando suas possibilidades e as limitações impostas pela condição e pelo contexto social em que está inserida.

Diante do exposto, compreende-se que a pessoa com deficiência é indevidamente objeto de preconceitos. A terminologia "pessoa com deficiência" passou por metamorfoses ao longo das eras, refletindo os valores de diferentes períodos históricos. Dessa forma, é imperativo utilizar o termo de modo apropriado para evitar discriminação e reconhecer os direitos já assegurados.

A seguir, serão apresentadas, de forma resumida, as distintas terminologias utilizadas, seguidas das definições doutrinárias. A relação entre a sociedade e a pessoa com deficiência varia de cultura para cultura, refletindo crenças, valores e ideologias que influenciam os relacionamentos entre indivíduos, independentemente de possuírem ou não deficiência (Lisboa, 2020).

Quanto à terminologia "deficiência", a descrição do indivíduo com deficiência frequentemente desconsidera a forma como é apresentada, utilizando expressões como "portador de deficiência" ou "pessoa deficiente". Essas designações foram descartadas devido à conotação de total deficiência. Posteriormente, surgiu o termo "pessoa portadora de deficiência", criticado pelo movimento pelos direitos das pessoas com deficiência. Na década de 90, passou-se a utilizar a expressão "pessoas com deficiência", que destaca a cidadania antes da condição de deficiência, conferindo maior dignidade à realidade da deficiência, sendo este o termo atualmente em vigor.

Lisboa (2020) destaca que a deficiência é inerente à pessoa que a possui, não sendo algo que se carrega como um objeto. Portanto, a expressão "portador/portadora de necessidades especiais" deve ser evitada, pois não reflete adequadamente as características das pessoas com deficiência.

Atualmente, existem outras terminologias relacionadas às pessoas com deficiência, tais como inclusão social, acessibilidade, dignidade e igualdade. No entanto, o percurso para o reconhecimento desses termos foi extenso e ainda está em andamento.

Os movimentos internacionais que representam pessoas com deficiência, incluindo os do Brasil, encontram-se em intensa discussão acerca da nomenclatura que melhor os identifica. A esfera global já consolidou um consenso inequívoco: o termo preferencial é "pessoas com deficiência," conforme estabelecido no texto da

Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas com Deficiência, proposta para aprovação pela ONU em 2006, posteriormente a ser promulgada por meio de legislação nacional em todos os países membros (Sasaki, 2003)

Essa escolha é fundamentada em princípios que norteiam a autodenominação desse grupo:

Primeiramente, destaca-se a decisão de não dissimular ou ocultar a deficiência, visando uma abordagem franca e transparente. Em segundo lugar, rejeita-se a consolação derivada da falsa premissa de que toda pessoa possui uma deficiência, enfatizando a singularidade das experiências. A terceira diretriz preconiza a apresentação da realidade da deficiência com dignidade, rompendo com estigmas e estereótipos. Em seguida, reconhece-se e valoriza-se as diferenças e necessidades inerentes à condição de deficiência.

Além disso, os movimentos repudiam neologismos que buscam atenuar as diferenças, como "pessoas com capacidades especiais," "pessoas com eficiências diferentes," entre outros, enfatizando a importância de uma linguagem respeitosa e inclusiva. Defendem, ainda, a igualdade de direitos e dignidade entre pessoas com deficiência e as demais, exigindo a equiparação de oportunidades que considere as particularidades individuais.

Para sintetizar, a acontecimentalização das terminologias sobre os corpos com deficiência, é imperativo trazer Sasaki (2003) que pensa as categorizações no contexto brasileiro, que é o foco desta pesquisa – as corporeidades com deficiência e o capacitismo:

Quadro 1: transformação da Terminologia - Pessoas com Deficiência (Fonte: Sasaki, 2003, adaptado)

ÉPOCA	CONSTITUIÇÃO DOS TERMOS E VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS
No começo da história, durante séculos.	Termos como "os inválidos" eram utilizados, conferindo desvalorização. No século 20, persistia o termo, mas sem sentido pejorativo.
Século 20 até ± 1960	Surgimento de "os incapacitados", inicialmente indicando "indivíduos sem capacidade", evoluindo para "indivíduos com capacidade residual". Ainda persistia a visão limitante das deficiências.
De ± 1960 até ± 1980	Transição para termos como "os deficientes" e "os excepcionais", focalizando nas deficiências sem ressaltar as limitações. Movimento pela defesa dos direitos das pessoas superdotadas.

De 1981 até ± 1987	Pressão por organizações de pessoas com deficiência leva à adoção de "pessoas deficientes", conferindo valor ao termo "pessoas". Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiências e Incapacidades destaca a complexidade da condição.
De ± 1988 até ± 1993	Surgimento de "pessoas portadoras de deficiência", posteriormente simplificado para "portadores de deficiência". Deficiência torna-se um detalhe na identidade, incorporando-se às leis e políticas relacionadas às deficiências.
De ± 1990 até hoje	Introdução do termo "pessoas com necessidades especiais", inicialmente substituindo "deficiência". Expressão adquire significado próprio, tornando-se um valor agregado para todas as pessoas, não apenas aquelas com deficiência.
Mesma época acima	Surgimento de termos como "pessoas especiais" para suavizar a contundência de "deficientes". No entanto, o termo não confere um valor diferenciado às pessoas com deficiência.
Em junho de 1994	Declaração de Salamanca preconiza a educação inclusiva para todos, promovendo o empoderamento e a exigência de participação plena na sociedade.
Em maio de 2002	Proposta de "portadores de direitos especiais" e sigla PODE enfrenta críticas devido à alusão a "carregadores" e ambiguidade de "direitos especiais". Sigla PODE também apresenta desafios gramaticais.
De ± 1990 até hoje e além	Preferência crescente por "pessoas com deficiência", impulsionada por organizações lideradas por pessoas com deficiência. O termo reflete o empoderamento e a responsabilidade de contribuir para uma sociedade inclusiva.

As relações de poder desempenham um papel crucial nas condições de possibilidade, influenciando a linguagem utilizada e estabelecendo normas dominantes (Foucault, 2020). O uso de termos pejorativos reflete a imposição dessas normas, consolidando estigmas associados às pessoas com deficiência. O poder exercido por instituições, leis e mídia contribui para a construção de uma linguagem discriminatória.

No entanto, a análise revela que as condições de possibilidade não são estáticas, e transformações sociais e resistência desempenham um papel significativo. À medida que movimentos sociais e organizações de pessoas com deficiência ganham visibilidade e pressionam por mudanças, surgem condições para discursos mais inclusivos. A resistência ativa contribui para a redefinição das condições de possibilidade, desafiando normas discriminatórias.

As instituições desempenham um papel na legitimação de certos discursos. A adoção de termos como "pessoas com deficiência" não apenas reflete mudanças nas condições sociais, mas também a legitimação desses termos por instituições relevantes, como organizações de direitos humanos, governos e órgãos de saúde. Essas instituições desempenham um papel crucial na definição das condições de possibilidade para a aceitação e adoção generalizada de novos discursos.

Além disso, a conscientização e o empoderamento das próprias pessoas com deficiência são centrais nas condições de possibilidade. À medida que esses indivíduos se tornam agentes ativos na produção de novos discursos, as condições sociais começam a se transformar. A conscientização leva à mobilização e à rejeição das condições previamente estabelecidas, contribuindo para a mudança nos termos utilizados.

A Arqueologia do discurso, ao destacar as descontinuidades dos enunciados ao longo do tempo, sublinha as transformações nas relações de poder e nas práticas discursivas (Foucault, 2020). A análise revela como as pessoas com deficiência não são apenas objetos passivos do discurso, mas agentes ativos na construção de novas representações que buscam equalizar e incluir.

Nesse sentido, os efeitos de verdade não são meramente abstratos; têm implicações concretas na constituição das pessoas com deficiência. A mudança de termos pejorativos para expressões mais inclusivas não apenas altera a linguagem, mas também contribui para uma redefinição positiva da subjetividade desses sujeitos, conferindo-lhes valor e reconhecimento na sociedade. Dessa forma, a análise foucaultiana destaca a dinâmica complexa entre linguagem, poder e construção social da verdade no contexto das pessoas com deficiência.

2.2 A História da Loucura e a deficiência: pontos de entrelaçamento

A história da deficiência guarda estreita relação com a evolução da compreensão da loucura, conforme analisado por Foucault, ambas as trajetórias se entrelaçam, desviam-se e novamente se amalgamam. Pessoas com transtornos mentais e aqueles que são identificados no espectro da deficiência já foram intrinsecamente conectados. Inicialmente, não havia discernimento nítido entre esses grupos.

Ao abordar a História da Loucura, Foucault (1972) busca demonstrar a evolução, por assim dizer, da percepção social da loucura para o status de doença. Segundo ele, ocorreu uma notável mudança entre o Renascimento e a Era Clássica. Na visão renascentista, a loucura era considerada uma verdade, e até mesmo a

experiência do devaneio era descrita em prosa e verso, registrada em livros e textos - a arte, afinal, incorporava um elemento da loucura.

Entretanto, o fenômeno da loucura levou quase dois séculos para ser submetido a práticas igualmente excludentes e ocupar o vazio deixado pela lepra após o seu desaparecimento. Os significados da lepra e da loucura eram bastante distintos. Na Renascença, a "nau dos loucos" habitava um imaginário que enfatizava a exclusão dos loucos, sendo expulsos da cidade e levados para lugares distantes. Contudo, essa exclusão não visava apenas evitar que vagassem ou representassem algum perigo; retirar o louco da vista era uma forma de diminuir a inquietação e o medo que a sociedade ocidental tinha em relação à loucura, ao mesmo tempo em que esta provocava fascínio.

No entanto, essa experiência poética da "nau dos loucos", esse lirismo, coexistia com uma visão crítica sobre a loucura, interpretando-a como uma ameaça que dizia muito sobre a própria natureza humana. A visão crítica acabou prevalecendo, e no século XVI, a reflexão crítica sobre a loucura passou a ocupar o lugar deixado pela lepra.

Para Foucault, houve uma ruptura nessa interpretação lírica da loucura, claramente identificada com a publicação dos princípios de Descartes (1637/1983) em relação ao cogito. A experiência da dúvida e, por conseguinte, do pensamento, foi incorporada à ordem da razão, excluindo a loucura como uma forma válida de conhecimento.

O Classicismo, então, passou a compreender a loucura apenas em relação à razão, considerando-a como uma das formas desta. A partir da metade do século XVII, começou a se estabelecer uma ligação entre o internamento e a loucura. Além de ser um aspecto proeminente da experiência clássica da loucura, seu desaparecimento foi visto como um escândalo, sendo interpretado como libertação (FOUCAULT, 1972).

Segundo Foucault (1972), no século XVII, o internamento não era uma prática médica, mas uma estrutura semi-jurídica que decidia, julgava e executava, não havia uma liderança médica evidente (VIEIRA, 2007). A conexão entre internamento e Medicina, na Renascença e no Classicismo, não era óbvia e natural. O Classicismo inventou o internamento, enquanto a Idade Média desenvolveu a segregação da loucura. Para que a loucura fosse isolada e conduzida ao internamento, foi necessário criar uma sensibilidade social, assim, o internamento tornou-se uma criação institucional do século XVII, com um propósito muito diferente da prisão medieval.

Dessa forma, não coincidentemente, segundo Foucault (1972), o surgimento do Hospital e do internamento ocorre simultaneamente à disseminação dos princípios racionais cartesianos nos discursos, saberes e poderes. Em conformidade com a premissa da racionalidade, tornou-se necessário instituir objetividade na abordagem da loucura - uma medida importante para que a Medicina pudesse se envolver no tratamento da loucura.

De acordo com Castel (1991), a medicalização do problema introduzirá uma dialética mais sutil entre o papel dos familiares e o poder do Estado na preservação e reprodução da ordem sociofamiliar. Nesse contexto, o sistema transita da repressão de atos já cometidos para a antecipação de atos a serem cometidos. Essa transição representa a semente inicial para o estabelecimento do conceito de prevenção, entendida como a esperança médica de intervir antes que a repressão pela força pública seja necessária e antes que a família seja desprovida de seu poder. A Medicina, conseqüentemente, adquire um status diferente, com o jurídico, o administrativo e o familiar subordinados à instância médica.

Foucault (1972) argumenta que a segregação da loucura está relacionada a novos padrões na sensibilidade em relação à miséria e aos deveres de assistência, bem como a uma nova compreensão do desemprego e da ociosidade. Isso culmina em uma redefinição do status do trabalho e na aspiração por uma cidade onde moralidade e leis civis coexistam em um espaço controlado e ordenado. Tudo isso está centrado em uma nova sensibilidade que culpa a miséria e percebe essas condições como uma ameaça à ordem pública.

Na análise foucaultiana, na Idade Média, a miséria era dotada de uma positividade mística, agora substituída por uma culpabilidade admitida. À medida que o Estado assume as ações assistenciais antes realizadas pela Igreja, a miséria passa a ser vista como um obstáculo para o bom funcionamento da ordem e das funções estatais. Rompe-se com a experiência religiosa que santificava a miséria, dando lugar à experiência moral que a condena. A partir do século XVII, essa nova concepção de miséria leva à exclusão do louco, pois se entende que ele perturba o espaço social.

Foucault (1972) enfatiza que o internamento, conforme sua perspectiva, não buscava a cura, nem era mantido por benevolência, a preocupação era condenar a ociosidade, exigindo que o interno, enquanto se alimentava, aceitasse a coação física e moral. Além disso, o internamento era uma resposta às crises econômicas, servindo para absorver os ociosos e proteger a sociedade contra revoltas; fora das crises,

tornava-se uma mão de obra barata, assim, o trabalho passou a ser visto como solução para diversos tipos de miséria.

A loucura, nessa perspectiva, está intrinsecamente ligada ao horizonte social do trabalho, mas o louco é incompatível com o trabalho e a integração ao grupo. (Vieira 2007) destaca, de sua análise da "História da Loucura", o surgimento de uma nova sensibilidade em relação à loucura, retirando-a da liberdade imaginária do Renascimento e aprisionando-a no internamento do Classicismo, marcado pela razão e pelas regras morais.

É no século XVIII, segundo Foucault (1972), que surge uma nova reflexão sobre a loucura, impulsionada pelo estabelecimento de relações entre a doença e a biologia, quando a patologia passa a ser compreendida de maneira objetiva. Com o reconhecimento do tratamento e da cura das doenças, a Medicina assume um papel decisivo em relação à loucura. Essas mudanças propiciam uma distinção antes inexistente no Classicismo: a divisão entre doenças físicas e psicológicas ou morais.

Ao contrário dos leprosários isolados da época medieval, as casas de internamento colocam a loucura diante da sociedade. O médico, ao entrar nesse cenário, não busca separar o mal da doença, mas atua como guardião desse perigo. Não é a benevolência que trata o louco, mas sim o medo que o contém (Foucault, 1972).

Somente no século XIX, conforme Foucault (1972), a pessoa com doença mental se torna sujeito juridicamente incapaz e perturbador do grupo. A internação exige a interdição. Isso incorpora uma experiência jurídica que avalia a capacidade dos sujeitos de direito. No momento em que Pinel está surgindo como psiquiatra e tratando o louco como ser humano, pela primeira vez, o homem alienado é formalmente reconhecido como incapaz e louco.

A loucura está em toda a parte, mas nunca naquilo que a faz ser o que é (Foucault, 1972) - a loucura só existe na materialização. No entanto, o louco não é louco em si, ele é louco porque é outro. O não louco o identifica como tal; ele é louco porque não age nem pensa como os outros, sendo o outro - exceção - entre os outros - universais. Da mesma forma, a deficiência, para ser identificada, carece dessa objetividade. "Não parece ter deficiência" é sinônimo de não ser pessoa com deficiência, se não mostra a deficiência, não se encaixa na categoria.

No século XVIII, então, a loucura assume o status de doença. Com isso, houve também uma redefinição da prisão, separando os Loucos e Criminosos, categorias

agora distintas. O aumento da população urbana no século XVIII trouxe a preocupação com os "outros", referindo-se às vidas consideradas sem valor. Surgem depósitos para mendigos, vagabundos e mulheres suspeitas, locais cuja missão é lidar com aqueles rejeitados pelos hospitais e que as prisões não conseguem conter (Foucault, 1972).

A interligação entre deficiência e loucura também se destaca em um momento anterior, conforme uma definição de 1785 que caracteriza a imbecilidade como o estado mais deplorável dos estados de espírito, sendo, paradoxalmente, o grau menos ameaçador de loucura (Foucault, 1972).

No século XVIII, emergem práticas que promovem o isolamento e a especialização no tratamento da loucura, conduzindo os indivíduos afetados a asilos, onde compartilham seu cotidiano exclusivamente com outros loucos. Tal concepção de reclusão é replicada de maneira análoga em relação às pessoas com deficiência, que frequentemente são encaminhadas para centros especializados e escolas de educação especial. Nota-se a relevância do espaço físico no controle dos corpos, revelando a similaridade estrutural entre instituições como escolas, hospitais e prisões, conforme Foucault observa em *Vigiar e Punir* (1987).

Em *A História da Loucura* (1972), Foucault destaca a mudança paradigmática ao centralizar o cérebro como epicentro da loucura, afastando-a do estigma da imoralidade para enquadrá-la como uma condição patológica. Da mesma forma, a deficiência é percebida não como uma maldição, mas como uma condição. A identificação de um substrato biológico concreto confere humanidade tanto à loucura quanto à deficiência, resultando em formas menos draconianas de mediação do desvio.

A busca pela origem da loucura reside no sistema nervoso, mas também em diversas causas externas que afetam a alma e o corpo. A pessoa com deficiência, por sua vez, carrega marcas visíveis em seu corpo, interpretadas como purificadoras. Ambos, a loucura e a deficiência, colocam o médico no epicentro, tratando a pessoa com deficiência como um desafio de saúde e um dilema social, o que ecoa a posição do louco.

O caso de Pierre Rivière, apresentado por Foucault em 1973, destaca a ambiguidade de sentido que envolve a loucura. Rivière não se encaixa nas categorias tradicionais, desafiando as expectativas de imbecilidade e loucura. A ausência de uma

categorização clara evidencia a interpretação fluida das pessoas, uma interpretação que também se aplica à deficiência.

A deficiência, muitas vezes cristalizada em uma condição uniforme, é associada à compaixão, mas também à posição de superioridade da "normalidade". A benevolência inicialmente associada à deficiência contrasta com a interpretação posterior, e a subalternidade da condição precisa ser desviada para não ser vista como uma ameaça constante.

A história do cuidado às pessoas com deficiência, em contraponto à loucura, emerge da não categorização como loucos. A "anormalidade" da deficiência não está na "desrazão", tornando incompatível o compartilhamento de espaço entre pessoas com deficiência e alienadas, que se individualizam para depois se misturarem novamente.

2.3 Correntes teóricas de percepção da deficiência

A apreensão dos paradigmas do modelo biomédico e do modelo social da deficiência é imperativa para a compreensão da maneira como essas abordagens influenciam a constituição a emergência do conceito de capacitismo. O modelo biomédico, também denominado modelo médico, destaca a natureza fisiológica e biológica das deficiências, concebendo-as como condições de saúde passíveis de diagnóstico e tratamento por profissionais da saúde. Esta abordagem tem sido objeto de críticas devido à sua propensão para subestimar os aspectos sociais e culturais associados às deficiências, enquanto prioriza a cura e a recuperação física em detrimento da inclusão social e participação.

A inter-relação entre o modelo social de percepção da deficiência e o conceito de capacitismo é substancialmente relevante. O modelo social concebe a deficiência não como uma condição intrínseca ao indivíduo, mas sim como o resultado de uma interação entre a pessoa e um ambiente que não acomoda suas particularidades.

Por outro prisma, o capacitismo, termo que se refere à discriminação e ao preconceito direcionados às pessoas com deficiência, com base em suas habilidades ou incapacidades, configura-se como uma visão que as percebe como desiguais ou incapazes de autogerenciamento.

O modelo social de percepção da deficiência exerce influência significativa na elaboração do conceito de capacitismo. Em primeiro plano, desafia a concepção de

um "corpo normal" e a perspectiva de que qualquer desvio desse padrão constitui uma "deficiência" a ser corrigida. Essa abordagem contribui substancialmente para a contraposição ao capacitismo, fundamentado na ideia de que as pessoas com deficiência são, de alguma forma, "inferiores" àquelas sem deficiência

2.3.1 Modelo Médico

O modelo biomédico da deficiência desloca a abordagem da deficiência das esferas teológicas e divinas para o âmbito científico. A análise dos corpos desses indivíduos passa a considerá-los como corpos passíveis de correção, cura e catalogação. Destaca-se a ênfase na concepção comparativa de normas, em que qualquer forma de diferenciação era rotulada como anormal, ou seja, tudo fora dos padrões estabelecidos como critério comparativo era considerado anormalidade.

Conforme preconizado pelo modelo biomédico, a deficiência é percebida como uma desvantagem natural, e os esforços são concentrados na reparação dos impedimentos corporais, visando assegurar a todos um padrão de funcionamento típico à espécie. Nesse contexto interpretativo, os impedimentos corporais são classificados como indesejáveis, levando o corpo com deficiência a buscar a normalidade por meio de processos como reabilitação, intervenções genéticas ou práticas educacionais (BARBOZA; DINIZ; SANTOS, 2009).

No Modelo Biomédico da Deficiência, a compreensão do indivíduo com deficiência é moldada pela sua condição de lesão, doença e/ou limitações físicas, definido pelas experiências diárias de desvantagens e desigualdades. Diniz (2013) destaca que, embora os avanços biomédicos tenham contribuído para o bem-estar das pessoas com deficiência, a caracterização da deficiência como um estilo de vida não é exclusivamente resultado do progresso médico, mas sim de uma afirmação ética que desafia as normas de normalidade e patologia.

No contexto histórico brasileiro, a deficiência foi durante muito tempo interpretada dentro do paradigma da biomedicina/biologia, qualificando, determinando capacidades e impossibilidades, e, principalmente, sendo vista como uma tragédia pessoal, um fardo para a sociedade. Essas perspectivas estavam profundamente enraizadas nos preceitos da ideologia cristã e na concepção de benevolência do estado, refletidas nos serviços prestados por institutos e associações até os dias atuais, bem como na dinâmica de cuidado familiar e individual desses indivíduos.

Todas essas abordagens excluem questões fundamentais de direitos, identidade, reconhecimento e justiça social.

2.3.2 Modelo Social da deficiência

A redefinição do entendimento sobre a deficiência, promovida por ativistas e acadêmicos no Reino Unido, Escandinávia e América do Norte a partir da década de 1960, é reconhecida como o modelo social de deficiência (OLIVER; BARNES, 2012). A partir dos anos 1970, o discurso sobre a deficiência passou a incorporar uma análise do contexto social, uma vez que se identificou nele a raiz das desigualdades. O Reino Unido se destaca como uma das nações com movimentos significativos protagonizados por pessoas com deficiência, cujas origens remontam ao século XIX. Após diversas manifestações, esse grupo conquistou direitos e instigou transformações na abordagem da deficiência (OLIVER; BARNES, 2012).

De modo específico, o movimento liderado por Paul Hunt na década de 1970 resultou na formação da União dos Deficientes Físicos Contra a Segregação (UPIAS, 1976). Hunt, defensor dos direitos das pessoas com deficiência, convocou a população britânica por meio de uma carta ao jornal *The Guardian*, instigando a formação de uma associação com o propósito de modificar as condições de vida que perpetuavam a exclusão. Dessa maneira, foram estabelecidos os princípios que fundamentaram o desenvolvimento do modelo social de deficiência. Em contraste com a maioria das organizações da época, essa entidade foi constituída e dirigida por uma pessoa com deficiência, sendo responsável pelo manifesto "Princípios Fundamentais da Deficiência" (BARNES; OLIVER, 1993), publicado no Reino Unido em 1975. Esse manifesto abordou uma série de reivindicações sobre a postura que a sociedade deveria adotar em relação à deficiência.

As reivindicações pelos direitos das pessoas com deficiência ganharam destaque global e culminaram, em 1981, no Ano Internacional das Pessoas com Deficiência e na criação da *Disabled People's International*, composta por organizações controladas por pessoas com deficiência e pela Organização das Nações Unidas. Essa iniciativa obteve reconhecimento, induzindo diversos governos a reavaliarem os objetivos das políticas destinadas à deficiência.

A partir da década de 1980, a tradução e disseminação dos conceitos sobre deficiência delineados no manifesto (UPIAS, 1976) foram predominantemente conduzidas por acadêmicos, impactando o meio acadêmico e a sociedade em geral. Esse manifesto iniciou uma coordenação de esforços para promover e integrar os estudos sobre deficiência na sociedade, bem como nas práticas educacionais e de pesquisa.

Dentre as iniciativas empreendidas pelos acadêmicos, vale destacar a criação de cursos de graduação e pós-graduação dedicados ao tema da deficiência. Segundo Barton (2009), até 1975, a abordagem da deficiência estava centralizada principalmente nas instituições de ensino superior e centros de pesquisa, com ênfase na área médica e disciplinas afins. Contudo, em 1975, notadamente através dos esforços de Vic Finkelstein, foi introduzido um curso de graduação intitulado "A pessoa com deficiência na comunidade" pela Open University (OU), no Reino Unido. Os primeiros estudos britânicos sobre deficiência foram concebidos por um grupo interdisciplinar na OU em 1980, focando em políticas e práticas sociais relacionadas ao estilo de vida das pessoas com deficiência. Oliver destaca seu envolvimento nesse curso e a influência significativa de Vic Finkelstein na formulação dos "Princípios Fundamentais da deficiência", inspirando a redefinição do conceito de deficiência (BARTON; OLIVER, 1997).

Após os anos 1980, observou-se um aumento na oferta de cursos de graduação e pós-graduação voltados para o estudo da deficiência em várias áreas, exemplificado pelo Centro de Pesquisa em Deficiência (CRU) na Universidade de Leeds (OLIVER, 1996a). Posteriormente, após a criação desses cursos, Barnes e Oliver estabeleceram o periódico *Disability, Handicap & Society* em 1986, posteriormente alterado para *Disability & Society* a partir de 1994. Este periódico tornou-se um meio crucial para divulgação e consolidação dos estudos sobre deficiência, desempenhando um papel relevante na construção do modelo social. Após mais de uma década de estudos nessa área, a comunidade acadêmica do Reino Unido alcançou uma maior maturidade na perspectiva de entender a deficiência como uma condição social, intrinsecamente ligada à organização da sociedade (BARTON; OLIVER, 1997).

Em contraste com o modelo médico que predominava até então, o qual via a deficiência como algo a ser tratado e curado, a perspectiva defendida por Oliver (1990) propõe compreender a deficiência como um estado social, não uma condição médica.

Oliver destaca a distinção entre deficiência e doença, conceitos fundamentais para diferenciar o modelo social do modelo médico. Ativistas do Reino Unido, notadamente os da UPIAS (1976), formularam conceitos como "impairment" (limitação funcional) e "deficiência" dentro de uma perspectiva social.

Além de conceituar a deficiência socialmente, Oliver (1990) e outros colaboradores adotam uma postura politizada, buscando não apenas compreender e analisar a deficiência, mas também promover mudanças sociais para melhorar a vida das pessoas com deficiência. Assim, o modelo social concebe a deficiência como uma situação decorrente de condições sociais, considerando a sociedade como parte do problema e as mudanças sociais e políticas como a solução. Oliver argumenta que as causas da deficiência não são individuais, evidenciando o fracasso de uma sociedade que não oferece serviços adequados às pessoas com deficiência (OLIVER, 1990).

Nessa perspectiva, a remoção de barreiras físicas ou atitudinais, que dificultam a inclusão das pessoas com deficiência (como a adaptação das condições educacionais, de trabalho e de participação plena na sociedade), reflete uma organização social capaz de acolher as pessoas com deficiência, destacando suas potencialidades e habilidades para superar possíveis limitações (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002).

O modelo social de deficiência ganhou reconhecimento internacional por sua influência na formulação de políticas públicas, não apenas no Reino Unido, mas também em diversos países europeus e nos Estados Unidos. Autores de universidades estadunidenses, como Anastasiou e Kauffman, destacam a significativa influência desse modelo na elaboração de políticas sobre deficiência e na educação de estudantes com deficiências nas últimas duas décadas (ANASTASIOU; KAUFFMAN, 2013).

Nos estudos brasileiros, o modelo social da deficiência ganhou destaque especialmente a partir da década de 1990. Antes disso, a visão predominante era a do modelo médico, que considerava a deficiência como uma condição individual a ser corrigida ou tratada. O modelo social da deficiência, por outro lado, propõe uma abordagem mais inclusiva e socialmente construída.

Vários pesquisadores brasileiros têm contribuído para o desenvolvimento e aplicação do modelo social da deficiência no contexto do país. Esses estudos têm buscado analisar as barreiras sociais, culturais e econômicas que dificultam a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade. Além disso, há uma

ênfase na promoção da inclusão, acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) são marcos legais importantes que refletem uma abordagem mais inclusiva e alinhada com o modelo social da deficiência. Essas leis buscam garantir direitos e promover a inclusão das pessoas com deficiência em diferentes aspectos da vida, como educação, trabalho, saúde e lazer.

No entanto, é importante notar que apesar dos avanços legais, existem desafios significativos na implementação efetiva dessas políticas e na superação das barreiras sociais. A pesquisa acadêmica e a conscientização contínua são fundamentais para promover uma compreensão mais aprofundada do modelo social da deficiência e para orientar ações práticas que promovam a inclusão e a igualdade para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades.

2.3 Capacitismo: vontade de verdade e estratégias de resistência

No âmbito dos Estudos Discursivos Foucaultianos, a concepção acerca da verdade revela-se estreitamente interligada à dinâmica do poder e às práticas sociais. Michel Foucault (2020) propõe uma abordagem singular ao investigar a maneira como a verdade é construída e exercida enquanto instrumento de poder. O que se relaciona com a materialidade de análise deste trabalho de investigação, uma vez que a constituição do conceito de capacitismo no âmbito acadêmico brasileiro se estabelece por uma vontade de verdade e estratégias de resistência pela formulação do pensamento intelectual.

Foucault (2020) pressupõe um distanciamento crítico dos enunciados científicos tidos como verdade, neutralizando a ideia de esclarecimento retrospectivo - tal abordagem não busca apenas constatar a verdade desses enunciados, mas procurar, ao escrever a história da psiquiatria, da medicina ou das ciências humanas, uma perspectiva alternativa. A questão não é criar uma história que busque determinar o que é verdadeiro ou falso, o que está avançado ou atrasado, mas pensar, por meio do conjunto de enunciados e descrições de uma época, o que os torna possíveis.

Nesse sentido, é necessário investigar o que é dito em uma determinada época, os sistemas constrangedores que tornam essas coisas, e não outras, visíveis e enunciáveis. Foucault apresenta diversas versões das formações arqueológicas que sustentam a articulação singular de palavras e coisas em cada época - essas versões incluem a "experiência fundamental" na *História da Loucura*, que orienta o sentido das práticas sociais e definições médicas da loucura; a "estrutura de ver e de falar" no *Nascimento da Clínica*, que conecta, de maneira sempre singular, o que pode ser visto e o que pode ser dito sobre corpos doentes, com deficiência e/ou dissidentes; e a epistémê em *As Palavras e as Coisas*, como uma regra anônima e histórica que guia a construção de objetos do saber.

Ao seguir o tratamento dado por Foucault à noção de verdade ao longo de seu percurso filosófico, acompanhamos a abordagem arqueológica na descrição das condições de existência e realidade de um saber, em contraste com a disposição epistemológica que determina as condições de verdade ou veridicção. Esse novo método de descrever a história dos saberes questiona as ciências humanas, o momento de construção do homem como objeto do saber e o momento em que o homem se torna um animal de verdade (Foucault, 1972).

A arqueologia desses discursos de verdade sobre o homem não busca apenas determinar se as ciências humanas são verdadeiras, mas, sobretudo, investigar a favor de qual formação arqueológica elas ganharam sua evidência. Tomando o exemplo da psicologia na *História da Loucura*, ela não se tornou possível simplesmente ao decidir estudar, segundo critérios científicos, o comportamento humano, mas quando a experiência ocidental da loucura colocou o homem como seu centro de gravidade (Foucault, 1972).

O advento das ciências humanas não resultou de uma decisão tranquila de finalmente construir o homem como objeto de verdade após uma negligência secular; ao contrário, dependeu arqueologicamente de uma experiência incandescente e maciça, onde uma cultura arriscou, jogou e constituiu sua identidade. O homem, diante das ameaças de um pesadelo do mundo na Renascença ou na grande partilha do ser e do nada, do dia e da noite no período clássico, é substituído pela confrontação entre o homem e o louco (Foucault, 1972).

Nas *Palavras e as Coisas* continuam a explorar esse momento antropológico da cultura, não mais a partir do gesto originário que separa em uma cultura o sentido do não-sentido, mas a partir das disposições de ordenamento interno dos saberes

positivos de uma época (Foucault, 1981). A verdade das ciências humanas se inscreve em um dispositivo geral de finitude, característico do saber moderno. O projeto de verdade sobre o homem tornou-se pensável a partir do momento em que conhecer não é mais seguir as articulações ou detalhar as nervuras de uma representação, mas pesquisar as condições de possibilidade.

No artigo “*A Verdade e Diferença no pensamento de Foucault*”, Candiotta (2007) explora a distinção entre duas histórias da verdade: a primeira relacionada à manifestação daquilo que é, caracterizada pela verdade-apofântica, verdade-descoberta, verdade-abstrata, constante, demonstrada e objetiva, que faz uso da mediação de instrumentos; e a segunda, relacionada àquilo que acontece, às técnicas de produção, à captação mediante rituais e recusas, efeito de jogos de verdade que ocorrem nas práticas concretas. Enquanto a primeira discute questões de método, a segunda estabelece estratégias.

Além disso, Candiotta (2007) destaca que a verdade-acontecimento é produzida em um espaço e tempo específicos, e é submetida a uma "prova de acontecimentalização" pelo genealogista, apontando o jogo empírico e provisório a partir do qual se articulam estratégias de poder e técnicas com pretensão de verdade. Essa abordagem ressalta a importância da historicidade e da contingência na produção e manifestação da verdade no pensamento de Foucault.

Irmanado a essa assertiva, o conceito de capacitismo emerge na relação entre a história, a verdade, o poder, o saber e a resistência, pois a forma como a sociedade constrói a noção de deficiência e não-deficiência está correlacionada aos embates no campo discursivo. Desse modo, a verdade que estabelece os crivos do capacitismo é constituído a partir do saber e do poder dominante e a resistência surge como uma forma de questionar e desconstruir essas verdades estabelecidas sobre os corpos com deficiência – o que pode ser constatado corpus selecionado.

Para iniciar as análises, foi selecionado o artigo intitulado “Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou preeminência capacitista e biomédica do comitê de ética em pesquisa da UFSC”, da pesquisadora Anahí Guedes de Mello, publicado na revista *Ciência e Saúde Coletiva*, com avaliação Qualis A1. Os critérios de seleção se deram a partir da problemática levantada: em quais condições de possibilidade o conceito de Capacitismo emerge no campo acadêmico-científico brasileiro? Além disso, Anahí Mello dentro dos estudos sobre a deficiência é uma das referências mais citadas nos artigos, dissertações e teses.

O artigo aborda a problemática do capacitismo e a hegemonia dos saberes biomédicos no âmbito do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Anahí Mello emprega a teoria criptografada para analisar a interseção entre as categorias de deficiência, vulnerabilidade e incapacidade, destacando como essas categorias são construídas e podem ser desconstruídas.

A pesquisadora compartilha sua vivência ao submeter um projeto de pesquisa sobre violências contra mulheres com deficiência ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC, descreve os obstáculos enfrentados na obtenção da aprovação do projeto, evidenciando a falta de sensibilidade do comitê em relação às questões de inclusão e respeito às diferenças. Ademais, o ensaio propõe uma análise crítica do capacitismo, ressaltando a importância de considerar as demandas dos movimentos das pessoas com deficiência e promover uma pesquisa social mais inclusiva e respeitosa com as diversidades.

Além disso, Anahí Mello defende a adoção do conceito capacitismo nos meios acadêmicos, nos movimentos sociais e nas políticas públicas como estratégia para combater a recorrente negação da capacidade de ser e agir das pessoas com deficiência. Desta forma, o artigo oferece uma reflexão aprofundada sobre a predominância capacitista e biomédica no contexto do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC.

O processo de subjetivação de um sujeito desempenha um papel crucial na inscrição de determinadas formações discursivas. Primeiramente, ocorre por meio da seleção de práticas de si, essas práticas, sejam individuais ou coletivas, são orientadas por diferentes valores e objetivos, sendo influenciadas pelas suas vivências em uma dada estrutura social e política. Como é o caso da pesquisadora Anahí Mello, uma mulher com deficiência, antropóloga e pesquisadora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no Brasil, membra do Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED), um grupo de pesquisa focado em estudos de deficiência. Desde 1992, Anahí Guedes de Melo tem se envolvido em movimentos sociais em prol de pessoas com deficiência, contribuindo para o campo de estudos de deficiência por meio de suas pesquisas e publicações. Além disso, suas áreas de interesse incluem Estudos de Deficiência, Teoria Queer, Teoria Crip, Antropologia e Estudos de Gênero.

O locus do discurso do sujeito é determinado pelas práticas de si e pelas formações discursivas - as práticas de si, enquanto modalidades de ação sobre o próprio eu, visam a alteração do sujeito e podem ser realizadas individual ou

coletivamente, seguindo distintas concepções teóricas (Foucault, 2004). As práticas de si de Anahí Mello se re(constrói) mediante suas vivências como uma mulher com deficiência – tais experiências a levaram a inscrever em dada ótica de compreensão da funcionalidade corporal e não outra, por isso, o sujeito intelectual é um dos instrumentos de investigação acerca das zonas de constituição do conceito de capacitismo.

No caso de Anahí Mello, suas tecnologias de si podem envolver a participação em movimentos das pessoas com deficiências, a criação de narrativas pessoais que desafiam estigmas associados à deficiência e o engajamento em diálogos acadêmicos que buscam transformar as representações discursivas sobre a deficiência como categoria científica. Além disso, é imprescindível ressaltar que essas práticas e tecnologias de si não são apenas individuais, mas também têm implicações coletivas, ao desafiar as normas sociais e as representações acadêmicas sobre a deficiência.

Dita essas palavras, iniciaremos as análises das séries enunciativas selecionadas a partir do artigo de Anahí Mello. Com isso, é válido dizer que Séries Enunciativas são conjuntos de enunciados que partilham uma mesma forma enunciativa (Foucault, 2020). A forma enunciativa, segundo a definição de Foucault, representa a maneira pela qual o discurso se apresenta como verdade, abrangendo elementos como o sujeito enunciador, o objeto enunciado, o modo de enunciação e o tempo enunciativo.

SE1:

O impacto causado pela teoria queer também se refletiu nos estudos sobre deficiência (Disability Studies), contribuindo para a emergência da teoria crip. Enquanto o principal axioma da teoria queer postula que a sociedade contemporânea é regida pela heteronormatividade, na teoria crip sua máxima se sustenta pelo postulado da corponormatividade de nossa estrutura social pouco sensível à diversidade corporal.

O impacto causado pela teoria queer também se refletiu nos estudos sobre deficiência (Disability Studies), contribuindo para a emergência da teoria crip. Enquanto o principal axioma da teoria queer postula que a sociedade contemporânea

é regida pela heteronormatividade, na teoria crip sua máxima se sustenta pelo postulado da corponormatividade de nossa estrutura social pouco sensível à diversidade corporal.

A pesquisadora, ao assumir uma posição no discurso acadêmico, traz consigo uma perspectiva que se constitui mediante suas leituras teóricas localizadas nos estudos queer, feministas e na teoria Crip. Para Foucault (1982), a posição-sujeito é um lugar que o sujeito ocupa no discurso, e é a partir dessa posição que o sujeito fala e age. Segundo Foucault (2020), os sujeitos são efeitos do discurso, são aquilo que o discurso produz. Aqui, Anahí Mello enuncia a partir da posição-sujeito pesquisadora, vinculada institucionalmente à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e às concepções teóricas advindas do Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED).

Nesse contexto, a filiação teórica de Anahí Mello nos estudos queer e na teoria crip pode ser vista como uma tentativa de quebrar com a objetividade tradicional da academia e introduzir uma subjetividade enraizada em percepções interseccionais: sexualidade, gênero e capacidade, entendida pela lógica capitalista. Para Foucault (2020), o discurso é uma prática que sistematicamente forma os objetos de que fala. Assim, a produção acadêmica de Anahí Mello não apenas reflete essas teorias, mas também participa ativamente na construção dos objetos de estudo – aqui, as identidades queer e crip.

A desconstrução da heteronormatividade e corponormatividade, fundamentada nas teorias queer e crip, constitui uma abordagem crítica que desafia as normas sociais estabelecidas em relação à sexualidade e à corporalidade. Esta desconstrução, adotada pela pesquisadora, transcende não apenas o âmbito da sexualidade, mas se estende à compreensão das experiências vinculadas à deficiência. Foucault (1987) argumenta que o poder não é algo que se toma ou se partilha, mas algo que circula, que só funciona em cadeia. Nessa linha, a teoria crip pode ser vista como uma ferramenta para desconstruir os mecanismos de poder que regulam os corpos e definem o que é considerado normativo.

Para aprofundar a compreensão sobre a intersecção entre deficiência e gênero, é pertinente abordar, ainda que de forma sucinta, a teoria crip, que desempenha um papel seminal nos estudos contemporâneos sobre deficiência. Essa abordagem teórica estabelece uma aliança fundamental para confrontar o discurso capacitista que perdura na sociedade contemporânea. A teoria crip, centrada na análise das deficiências, segue uma linha de raciocínio análoga à teoria queer, a qual investiga

criticamente as dinâmicas de gênero e sexualidade. Ambas as teorias buscam dar visibilidade às formas de existência não hegemônicas, destacando a heterossexualidade compulsória e a capacidade compulsória como alicerces da sociabilidade.

Enquanto a teoria queer postula que a sociedade é governada pela heteronormatividade compulsória, a teoria crip argumenta que a estrutura social contemporânea se fundamenta na corponormatividade, uma estrutura insensível à diversidade corporal. Nesse contexto, as pessoas com deficiência são percebidas como desviantes do padrão dominante, estabelecendo-se uma hierarquia na corporalidade com base na noção de normalidade. Dessa maneira, a teoria crip introduz brechas na teoria queer, instigando-a a abarcar também a problemática da deficiência.

A utilização da expressão "crip", que significa "aleijado" em inglês, é deliberadamente provocativa e subversiva, sendo empregada na teoria crip como ponto de partida para um diálogo a partir da experiência dos corpos aleijados. Isso revela a abjeção social produzida em relação aos corpos das pessoas com deficiência. O termo, tanto em inglês quanto em português, é escolhido de maneira intencionalmente incisiva e pejorativa, com o propósito de afirmar uma análise crítica da normalização dos corpos, desafiando os padrões corporais/funcionais/cognitivos impostos pela corponormatividade compulsória.

Segundo McRuer (2002), as teorias feministas e queer (e teorias culturais em geral) ainda não estão habituadas a incorporar a capacidade/deficiência na equação. Portanto, esta teoria da capacidade corporal compulsória é apresentada como uma contribuição preliminar para essa conversa tão necessária.

McRuer (2002) empregava a expressão "compulsory able-bodiedness", que poderia ser traduzida para o português como "apto". No entanto, dependendo do contexto em que o termo é utilizado, também seria possível traduzi-lo como "corpos hábeis", "aptos", "capazes" ou mesmo "sem deficiência". Ao invés de adotar a expressão "aptonormatividade", Anahi Guedes de Mello propõe "corponormatividade" como uma tradução mais compreensível para o sentido de "able-bodiedness" em português, preferindo "corpos capazes" em vez de "corpos aptos".

No contexto dos estudos queer e crip, os enunciados produzidos pela pesquisadora Anahí Mello desafiam as normas dominantes e criam novas formas de entender a diversidade corporal e sexual. Esses enunciados são práticas discursivas

que, ao serem articuladas, formam um novo campo de conhecimento que se opõe às formações discursivas tradicionais.

Além disso, Foucault (2020) descreve formações discursivas como conjuntos de enunciados que operam de acordo com as mesmas regras. No caso da teoria crip, podemos identificar uma formação discursiva que inclui enunciados sobre a normatividade corporal, a abjeção social dos corpos com deficiência e a resistência a essas normas. Essa formação discursiva é distinta, mas relacionada à formação discursiva da teoria queer, que questiona a heteronormatividade.

A teoria crip, ao desconstruir a corponormatividade, também revela os processos históricos que constituíram essas normas. O discurso capacitista é, assim, um produto histórico que a teoria crip visa a dismantelar, propondo uma nova compreensão sobre o corpo e a deficiência.

Ainda assim, a posição-sujeito da pesquisadora, como descrita por Foucault, é um ponto central na análise discursiva. Anahí Mello, ao ocupar essa posição, não apenas participa do discurso acadêmico, mas também resiste a ele, criando um espaço para novos sujeitos e identidades que desafiam as normas hegemônicas. Esta resistência é uma forma de poder que circula e se manifesta no discurso, evidenciando a fluidez das relações de poder e saber.

SE2:

Compulsory able-bodiedness, cuja tradução em português de able-bodied é apto, faz referência à condição de um corpo apto e fisicamente capaz para o serviço militar, por exemplo. Em linhas gerais, dependendo do contexto das frases usadas com este termo, poder-se-ia traduzir como corpos são, hábeis, aptos, capazes ou sem deficiência. Entretanto, ao invés de “aptonormatividade”, considero corponormatividade uma tradução mais inteligível para o sentido de able-bodiedness em português. Assim, por convenção, adotarei corpos capazes, ao invés de corpos aptos. Essa distinção etimológica é necessária para o acionamento da categoria capacitismo, materializada através de atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional (grifos da autora).

Na análise discursiva inspirada Foucault (2020), a escolha entre os termos "corpos capazes" em contraposição a "corpos aptos" transcende uma mera consideração semântica, refletindo uma abordagem crítica e estratégica na

designação dos corpos com deficiência. Ao optar por "corpos capazes" em detrimento de "corpos aptos", há uma intencional subversão da linguagem, indicando uma resistência deliberada às normas convencionais associadas à capacidade corporal. A escolha por "capazes" sugere uma disposição para acolher a diversidade e uma recusa em aderir estritamente às concepções normativas preexistentes de aptidão física.

Foucault (2020) ressalta que a linguagem constitui uma ferramenta poderosa na construção de discursos que reforçam ou desafiam estruturas de poder. Assim, a escolha de termos distintos revela uma consciência crítica sobre a linguagem como um instrumento de poder, visando redefinir e ampliar as possibilidades de representação e reconhecimento para corpos que historicamente foram marginalizados pela concepção normativa da aptidão física, mental e intelectual.

No campo associado, evidenciamos as manifestações de um enunciado que reverberam, assumindo novas configurações em distintas práticas discursivas. Compreende-se que esse enunciado circula em várias esferas do saber, sendo articulado em diferentes instâncias sociais sob um regime de forças (Foucault, 2020). Dessa forma, o capacitismo é passível de ser interpelado por efeitos de sentido outros em seu lugar. Um enunciado de referência transita por diversas formulações, ou seja, em práticas discursivas que suscitam diferentes matizes de sentidos ao serem inseridas em outro domínio do saber. Os campos associados integram esse enunciado em suas práticas discursivas, podendo admitir interpretações diversas conforme as nuances que o referido enunciado pode evocar.

Essa distinção terminológica torna-se crucial e relevante quando se busca empregar estratégias analíticas e de intervenção na realidade, como no caso do termo "capacitismo", que se manifesta por meio de atitudes preconceituosas que hierarquizam os indivíduos com base na conformidade de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. O capacitismo ocorre quando há discriminação motivada pela presença da deficiência. A crítica ao capacitismo visa desconstruir essas hierarquias e promover uma aceitação mais inclusiva da diversidade corporal. A análise foucaultiana aqui se alinha ao campo dos estudos sobre deficiência, onde se examinam as formas de discriminação e as estruturas normativas que marginalizam corpos considerados "menos capazes".

A partir de Foucault (2020), pode-se depreender a relação entre poder e saber e a subversão das hierarquias do conhecimento como estratégia para mudar as

dinâmicas de poder no ambiente acadêmico. Foucault (1987) argumenta que a relação entre poder e saber é crucial para entender como as normas e hierarquias são estabelecidas e mantidas. A subversão dessas hierarquias no ambiente acadêmico e científico pode mudar as dinâmicas de poder estabelecidas. Ao desafiar as normas e subverter hierarquias, a pesquisadora entra no jogo da produção do discurso acerca do corpo-funcionalidade e do capacitismo como estratégia de resistência. Isso não apenas impacta a forma como a deficiência é estudada, mas também influencia as práticas mais amplas no campo científico e das políticas públicas.

Foucault (1987) diz que o poder é responsável por gerar os tipos de corpos demandados pela sociedade, e as normas sociais relacionadas ao corpo são instituídas e fortalecidas por meio de instituições como a medicina, a educação e a religião. Estas normas desempenham uma função importante na definição do que é produtivo através dos crivos da lógica neoliberal – o corpo produtivo em sua capacidade de performance e lucratividade. A desconstrução da heteronormatividade e corponormatividade na pesquisa acadêmica representa um movimento para além da simples aceitação das diferenças. Busca-se evidenciar e questionar ativamente as estruturas normativas que moldam as percepções sociais e acadêmicas, promovendo uma compreensão mais ampla das corporeidades. A escolha por termos como "corpos capazes" subverte as normas acadêmicas e científicas, desafiando a lógica neoliberal que valoriza corpos produtivos e lucrativos.

A análise da escolha entre "corpos capazes" e "corpos aptos" revela a complexidade das práticas discursivas e suas implicações nas relações de poder. Ao subverter termos normativos, promove-se uma reconfiguração das percepções sociais e acadêmicas sobre a capacidade corporal. Este texto identificou campos associados como os estudos críticos do discurso, estudos sobre deficiência, biopolítica e a relação entre poder e saber, demonstrando como a linguagem pode ser uma ferramenta poderosa para desafiar e resistir às estruturas de poder estabelecidas.

SE3:

Até onde é do meu conhecimento, no Brasil não houve, até o presente ano de 2012, uma categoria analítica em língua portuguesa que pudesse expressar a “discriminação por motivo de deficiência”, da mesma forma que o racismo substituiu a

antiga expressão “discriminação por motivo de cor de pele” (grifos da autora).

A ausência de uma categoria analítica em língua portuguesa para expressar a discriminação por motivo de deficiência, até 2012, pode ser interpretada como uma forma de invisibilizar essa forma de discriminação. A expressão "discriminação por motivo de deficiência" é relativamente nova, e sua adoção foi resultado de um processo de luta política e social de pessoas com deficiência.

A substituição da expressão "discriminação por motivo de cor de pele" pela expressão "racismo" também é um exemplo da importância da linguagem na construção de discursos e relações de poder. A expressão "racismo" é mais precisa e abrangente, pois não se refere apenas à discriminação por motivo de cor de pele, mas também à discriminação por questões étnica, racial ou cultural.

A relação de autoria, na perspectiva foucaultiana, não é algo individual, mas social. Os discursos são produzidos por uma rede de relações entre agentes, instituições e discursos. Nesse sentido, a adoção da expressão capacitismo no Brasil não foi resultado do trabalho de uma única pessoa ou instituição, mas de um processo social mais amplo.

A adoção da expressão "capacitismo" representa um avanço importante na luta contra a discriminação por motivo de deficiência. No entanto, é importante lembrar que o discurso não é suficiente para mudar as relações de poder. É necessário que esse discurso seja acompanhado de ações para promover a inclusão e a igualdade de pessoas com deficiência, uma vez que a história social das pessoas com deficiência foi marcada por exclusão e discriminação. Esse passado, em certa medida, persiste no presente, caracterizado pela invisibilidade e negação de direitos às pessoas com deficiência, essa situação foi, em grande parte, legitimada pela sociedade.

SE4:

Minha proposta é que, a exemplo de Portugal, passemos a adotar no Brasil a tradução de ableism para capacitismo na língua portuguesa, por duas razões principais: a primeira é a demanda de urgência para visibilizar uma forma peculiar de opressão contra as pessoas com deficiência e, por consequência, dar maior visibilidade social e política a este segmento; a segunda deriva do próprio postulado da teoria crip,

ou seja, para desconstruir as fronteiras entre deficientes e não deficientes é necessário explorar os meandros da corponormatividade de nossa estrutura social ao dar nome a um tipo de discriminação que se materializa na forma de mecanismos de interdição e de controle biopolítico de corpos com base na premissa da (in)capacidade, ou seja, no que as pessoas com deficiência podem ou são capazes de ser e fazer.

A acontecimentalização do capacitismo, sob a perspectiva de Foucault, pode ser interpretada como um processo que visa desnaturalizar e desconstruir o discurso predominante acerca da deficiência. Esse procedimento envolve o reconhecimento das condições que possibilitam o capacitismo, ou seja, as dinâmicas de poder que geram e mantêm essa forma de discriminação (Foucault, 2020).

A partir da abordagem foucaultiana, o capacitismo emerge como uma expressão do biopoder. O biopoder, nesse contexto, atua sobre a vida biológica dos sujeitos (2008a). Michel Foucault (2008a) conceituou o biopoder como uma forma de poder que se direciona ao corpo coletivo, à população, e às suas métricas estatísticas, envolvendo aspectos como incidência de doenças e taxas de natalidade.

Segundo Foucault (2021), o século XVIII marcou o surgimento de uma modalidade inovadora de poder, uma tecnologia de poder distinta dos regimes disciplinares e soberanos preexistentes. Essa forma de poder está ancorada na capacidade prática do soberano de permitir a vida, ou seja, não intervir de maneira abrangente na vida cotidiana por meio da imposição de normas, mas emergir no momento crucial da morte, exercendo autoridade sobre seus súditos.

A biopolítica, termo atribuído a essa nova tecnologia de poder, concentra-se predominantemente na vida biológica, deslocando o foco de ação do indivíduo para a população, do singular para o coletivo, e da aplicação de normas individuais para a normalização assumida após a análise da população. Trata-se de uma série de fenômenos caracterizados pelos mecanismos que possibilitam que as características biológicas fundamentais da espécie humana ingressem no domínio político, integrando-se a uma estratégia política mais abrangente (Foucault, 2021)

No âmbito do capacitismo, o biopoder se manifesta por meio de uma norma que define o corpo como perfeito e saudável. Essa norma estabelece que corpos que não se conformam a ela são considerados inferiores, sujeitos à discriminação.

A operacionalização do conceito de capacitismo, inspirada em Foucault, implica entendê-lo como uma manifestação do biopoder. Essa abordagem demanda a

identificação das relações de poder que sustentam essa forma específica de discriminação (Foucault, 2008).

SE5:

O capacitismo pode até ser uma categoria insuficiente na língua portuguesa, mas é justamente a capacidade de ser e fazer que é reiteradamente negada às pessoas com deficiência em diversas esferas da vida social. Por isso, para efeitos práticos, proponho a sua adoção nos movimentos sociais, nas produções acadêmicas e em documentos oficiais e políticas públicas.

De acordo com Michel Foucault (2020), o sujeito não é um agente autônomo e independente que cria suas próprias ideias de maneira isolada. Pelo contrário, ele é moldado e influenciado pelas estruturas sociais, históricas e políticas em que está inserido. Na SE5, as pessoas com deficiência são apresentadas como sujeitos do discurso, ou seja, como sujeitos cujas subjetividades e capacidades são construídas pela sociedade, particularmente por meio do capacitismo.

Para Anahí Mello a resistência não se limita a uma rejeição direta do poder, mas se revela como uma interação dinâmica em que emergem constantemente novas formas de poder e resistência. A proposta de incorporar o conceito capacitismo pode ser interpretada como uma estratégia de resistência, uma tentativa consciente de desafiar a ordem estabelecida que subtrai a plena participação e capacidade das pessoas com deficiência na sociedade.

Ao nomear e reconhecer o capacitismo, há uma intenção clara de dar visibilidade a uma forma de poder muitas vezes velada. Este ato é crucial, pois a conscientização sobre as dinâmicas de poder é o primeiro passo fundamental para uma resistência efetiva, ao se tratar de corporeidades invisibilizadas. Ao introduzir o conceito no discurso social, busca-se desnaturalizar as práticas capacitistas e fundamentar a necessidade de mudanças substanciais.

Além disso, a resistência, nesse contexto, não se restringe à luta contra a discriminação; ela engloba também uma redefinição das narrativas dominantes. Ao incorporar o conceito capacitismo nos movimentos sociais, na academia e em políticas públicas, os sujeitos estão engajados em uma prática discursiva que desafia as estruturas de poder vigentes e aspira as transformações. Por fim, a análise da

dinâmica entre poder e resistência no contexto do capacitismo destaca a importância de nomear, desafiar e transformar as estruturas sociais que restringem as oportunidades das pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo, reconhece a complexidade inerente às lutas contra formas arraigadas de poder na sociedade.

Assim como o poder, a resistência engendra significados nas relações estabelecidas tanto em esferas individuais quanto coletivas. É necessário articular um conjunto de estratégias, incluindo a "resistência" como uma tática para neutralizar ou remodelar a ação do outro, isso implica que o estrategista participe enquanto sujeito influenciado por um conjunto específico de forças (Foucault, 2021). Na dinâmica da resistência, manifesta-se um cenário de confronto e lutas entre adversários, sujeitos posicionados em estratos distintos, o confronto emerge como um princípio fundamental na concepção foucaultiana sobre o poder, onde a adversidade propicia condições para a produção de conhecimento.

As condições de emergência no âmbito dos estudos críticos sobre deficiência refletem uma mudança paradigmática substancial na compreensão social da questão. Este movimento representa uma ruptura com a perspectiva tradicional que encarava a deficiência como um problema médico isolado, reposicionando a abordagem para um foco centrado na justiça social.

Ao desafiar as discursividades biomédicas predominantes, esses estudos críticos exploram as dimensões sociais, culturais e estruturais que contribuem para a experiência da deficiência, instigando uma transformação profunda na compreensão coletiva do tema. Essa nova abordagem busca não apenas reconhecer e respeitar a diversidade funcional, mas também advogar por medidas que assegurem a igualdade de oportunidades, a inclusão e a participação plena das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da vida social.

O capacitismo é “uma rede de crenças, processos e práticas que produz um determinado tipo de corpo (o padrão corporal) que é projetado como perfeito, típico da espécie e, portanto, fundamental e totalmente humano. A deficiência é então moldada como um estado diminuído de ser humano” (Campbell, 2001). Além disso, o capacitismo desempenha um papel crucial ao destacar a opressão enfrentada por indivíduos com deficiência, que ocupam o ápice da hierarquia de marginalização por divergirem do ideal normativo do sujeito universal. O sujeito universal, representado como homem, branco, do hemisfério norte global, autossuficiente, imune a enfermidades e plenamente capaz, é reconhecido como uma construção fictícia.

Campbell (2009) delinea o processo de internalização do capacitismo, destacando estratégias específicas que alimentam a perpetuação dessa lógica. O primeiro aspecto, relacionado ao processo de internalização, evidencia a propensão a reduzir a deficiência à sua manifestação corporal, incentivando uma busca por cura como resposta predominante, tal abordagem individualista dificulta a formação de espaços coletivos voltados à resistência, nos quais a remoção das barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência poderia ser mais eficazmente discutida e buscada.

A segunda estratégia, denominada "emulação", destaca a tendência de pessoas com deficiência adotarem normas capacitistas na tentativa de se distanciar da abjeção associada a essa condição (Campbell, 2009). Esse comportamento reflete a internalização das expectativas sociais normativas, perpetuando o ciclo do capacitismo em vez de desafiá-lo. Ambas as estratégias delineadas evidenciam dinâmicas que contribuem para a manutenção de uma perspectiva capacitista na sociedade.

O capacitismo, em paralelo ao racismo e ao sexismo, é considerado uma estrutura e interseccional, sendo entendido como um mecanismo intrínseco ao aprimoramento do sistema capitalista. Indivíduos com deficiência, pessoas negras, LGBTI+, aqueles em sofrimento mental, indígenas, mulheres e habitantes do sul global são concebidos como ontologicamente menos capazes, na medida em que se afastam do ideal corpo-normativo estabelecido para a condição humana (Gesser, Block e Mello, 2020). O efeito decorrente dessa dinâmica é a patologização dos grupos mencionados, culminando na deslegitimação de suas lutas e reivindicações.

Conforme Dias (2013) salienta, os alicerces do capacitismo têm suas raízes na história de eugenia enfrentada pelas pessoas com deficiência, nas implicações da normatização e, mais recentemente, nas influências do neoliberalismo. Esse olhar está ligado a uma visão normativa e autoritária do padrão corporal humano, pressupondo que corpos considerados desviantes são automaticamente deficientes. Isso pode acarretar a diminuição de seus direitos, incluindo o direito à vida, e na categorização conceitual e estética que os torna inadequados para realizar tarefas específicas, ou mesmo naturalmente não-saudáveis.

A percebida insuficiência desses corpos é projetada sobre os sujeitos rotulados como incapazes devido às suas condições, sem considerar os fatores ambientais, sociais e relacionais, bem como a variabilidade das capacidades que influenciam a

habilidade de alguém realizar determinadas atividades. No contexto dos "ismos" e "obias" racismo, machismo, homofobia etc., o capacitismo frequentemente é mencionado em último lugar, uma vez que ainda é uma terminologia desconhecida para muitas pessoas.

Outro conceito que é necessário nos estudos sobre a deficiência e o de bipedia compulsória, conforme apresentado por Dias (2013), refere-se à estrutura sócio-política que influencia as relações e a organização social, a partir da perspectiva de indivíduos não-deficientes. Essa visão reconhece um mundo orientado exclusivamente por suas próprias necessidades, categorizando aqueles que não pertencem ao mesmo grupo como incapazes, inaptos e inferiores. Na esfera da Dança, ainda persiste um pensamento segregador e hegemônico em relação aos corpos, independentemente de possuírem ou não deficiência, sendo diferenciados entre corpos aptos ou desabilitados para a prática da dança.

Frequentemente, o capacitismo se manifesta de maneira sutil e subliminar, sendo desencadeado pela repetição de estereótipos que imediatamente associam a imagem da pessoa com deficiência a algum dos estigmas socialmente construídos, aos quais nos habituamos e, conseqüentemente, deixamos de questionar. Contudo, quando o capacitismo se torna evidente e visível, revela-se algo de significativo, demonstrando o quão naturalizado esse preconceito ainda é, como se fosse aceitável ou inevitável, a recorrência dessas experiências é comum, variando em intensidade na vida de diversas pessoas com deficiência, a questão central reside em refletir sobre como lidamos com esse fenômeno e o que isso revela sobre a sociedade em que estamos inseridos.

A pessoa com deficiência na região Sul, imersa em uma realidade colonizada e caracterizada por suas distintas idiossincrasias, encontra-se contextualizada em um ambiente onde os estudos predominantes em gestão, predominantemente eurocêntricos, têm, até o presente momento, contribuído para a perpetuação de modernas manifestações de escravidão, racismo e preconceito direcionados a minorias, entre as quais se incluem as Pessoas com Deficiência. Segundo a argumentação de Jessé Souza (2000), a modernidade está associada à estratificação social, emergindo não como resultado de uma hipotética herança pré-moderna e personalista, mas sim como decorrência de um efetivo processo de modernização de larga escala que gradualmente se instaurou no Brasil a partir dos primórdios do século XIX.

O capacitismo, conforme delineado por Gonzalez (2020), é identificado como mais um dos sintomas advindos da neurose cultural brasileira, manifestando-se no âmbito organizacional por meio de condutas violentas ou assediadoras voltadas às corporeidades com deficiência, este fenômeno representa uma forma de repressão, tanto sob a ótica psicológica quanto nas esferas social e cultural. A construção de uma sociedade democrática e decolonializada requer, fundamentalmente, a consideração da diversidade, desafiando mitos arraigados como a "cordialidade" brasileira e a "democracia racial".

No cenário neoliberal, caracterizado pela valorização do individualismo e da busca por um corpo idealizado, o capacitismo encontra respaldo, explorando as pessoas com deficiência e promovendo a concepção de que estas são exemplos de superação. As teorias decoloniais e feministas negras, ao transcenderem o âmbito acadêmico, almejam influenciar a comunidade e fomentar uma sociedade mais equitativa e justa.

A análise das práticas de classificação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho assume importância primordial, uma vez que sua inserção funcional impacta diretamente na estrutura social, corroborando visões hegemônicas. A diversidade nas estruturas organizacionais e relações laborais apresenta desafios à gestão, podendo resultar em práticas excludentes, como o capacitismo, perpetuando ciclos de violência e privação de direitos.

O pensamento decolonial advoga a urgência em resgatar as promessas modernas de uma sociedade livre e igualitária, desafiando a aparente dicotomia entre liberdade e igualdade na transmodernidade (Gonzalez, 2020). A valorização dos saberes locais e a resistência contra formas hegemônicas constituem elementos fundamentais para a transformação política no domínio da Administração.

No âmbito da reflexão sobre as pessoas com deficiência conduzida por elas mesmas, o conhecimento acadêmico e científico evidencia seu potencial de transformação, representando uma oportunidade de recuperação e construção de possibilidades negadas por sistemas que reiteram a colonialidade. A teoria transmoderna decolonial se erige como um campo propício para novas incursões nos estudos de gestão de pessoas e relações de trabalho, orientadas pela pluralidade, diversidade e interseccionalidade das vulnerabilidades presentes na vida das pessoas com deficiência.

2.4 Produção científica: um olhar para as práticas biomédicas

A pesquisa de Anahí Mello inclui a realização de trabalho de campo na Delegacia Especializada de Atendimento a Pessoa com Deficiência e ao Idoso de Belo Horizonte (DEADI), após obter autorização formal da delegada de polícia chefe da Divisão de Polícia Especializada da Mulher, do Idoso e do Deficiente (DEMID). A investigação explora as violências direcionadas a mulheres com deficiência no âmbito das relações de assistência, especialmente vinculadas a questões de cuidado na área da saúde e no surgimento de políticas públicas centradas não apenas na pessoa com deficiência sob cuidado, mas também nas suas responsáveis pelo cuidado, essa abordagem se integra nessa interseção entre os domínios das ciências da saúde e das ciências humanas e sociais

A demora na aprovação do projeto pelo CEP/UFSC é apontada, sendo que a pesquisa de campo em Belo Horizonte já havia se encerrado quando o projeto foi aprovado. Além disso, a Anahí Mello destaca as limitações do modelo dedutivista da Plataforma Brasil, baseado nas lógicas biomédica, jurídica e informática, e questiona a aplicabilidade da Resolução nº 196/1996 nas ciências humanas e sociais. E, ainda, menciona problemas técnicos na inserção de seu nome na Plataforma Brasil devido à sua condição de pessoa surda, resultando em dificuldades de comunicação com a assistência técnica.

À vista disso, a problemática em análise transcende a mera contenda acerca do modelo de produção científica acerca dos estudos sobre deficiência. Em vez disso, visa a conquista de espaços nos quais seja possível dar voz ao que escapa ou é subjugado pela epistemologia clássica. Diferentemente da abordagem que hierarquiza os saberes no âmbito de um sistema epistemológico científico, o cerne desta questão reside no reconhecimento da existência de saberes delineados por distintas relações de poder, tal abordagem não implica, de modo algum, o abandono integral da rigidez teórica, mas ressalta a imperatividade de conferir ênfase à dimensão ética e política inerente àquilo que se produz, bem como aos propósitos associados a essa produção. O que se discute neste contexto vai além de incorporar saberes e metodologias de pesquisa de naturezas diferentes, dado a complexidade da materialidade de investigação – os sujeitos com deficiência.

Conforme Foucault (1999), a ciência emerge como produto do disciplinamento dos conhecimentos mediante a organização disciplinar, fundamentada em critérios

para discernir a verdade da falsidade. Este processo engloba a seleção e normalização de conteúdos, a hierarquização e a centralização desses saberes num domínio mais abrangente, qual seja, a ciência. Para Foucault (1999) essas operações como ações de seleção, normalização, hierarquização e centralização, as quais, por sua vez, engendram problemáticas específicas relacionadas à vigilância disciplinar dos saberes.

Nesse sentido, é necessário conceber o poder como uma intrincada rede de forças, destacando que sua manifestação não se encontra circunscrita a uma instituição específica ou à esfera estatal - o poder representa uma força que atravessa todas as interações sociais. Foucault (1987) realiza uma análise do poder enquanto uma ação que configura a própria ação, transcendendo sua natureza meramente repressiva ao evidenciar sua capacidade produtiva, esta influência do poder se desvela de maneira sutil e disseminada na tessitura do fazer científico, como é possível perceber na pesquisa produzida por Anahí Mello.

SE6:

A Plataforma Brasil é um sistema de informação totalmente informatizado de submissão, controle e acompanhamento eletrônico de projetos de pesquisa avaliados ou em avaliação por um comitê local de ética em pesquisa (geralmente da instituição de origem da pesquisadora ou pesquisador proponente) e subordinado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – Conep. Seu desenho se baseia em um modelo dedutivista dominado pelas lógicas biomédica, jurídica e informática, o que conjuntamente contribuiu para a lentidão do processo de submissão e aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP/ UFSC.

A Resolução nº 196, datada de 10 de outubro de 1996, emitida pelo Conselho Nacional de Saúde do Brasil, estabelece parâmetros e diretrizes normativas para pesquisas que envolvem seres humanos. Essa resolução encontra fundamentação em diversos documentos internacionais que emanaram princípios e orientações referentes a pesquisas com seres humanos, incluindo o Código de Nuremberg (1947), a Declaração dos Direitos do Homem (1948), a Declaração de Helsinque (1964 e suas revisões subsequentes de 1975, 1983 e 1989), entre outros.

Além disso, a resolução está alinhada às disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e à legislação brasileira correlata. Ela

incorpora, sob a perspectiva tanto do indivíduo quanto das coletividades, os quatro princípios fundamentais da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, visando garantir os direitos e deveres pertinentes à comunidade científica, aos participantes da pesquisa e ao Estado. Essa resolução representa uma norma jurídica destinada a resguardar os participantes em pesquisas científicas, por meio da análise ética dos protocolos de pesquisa pelos Comitês de Ética em Pesquisa das instituições responsáveis por estudos que envolvem seres humanos.

A Resolução nº 196, promulgada pelo Conselho Nacional de Saúde do Brasil em 10 de outubro de 1996, revela-se congruente com a perspectiva foucaultiana (2021;1999) de normalização do conhecimento científico. Ao instituir diretrizes e normas para a condução de pesquisas com seres humanos, o referido documento não apenas delinea parâmetros éticos, mas também participa ativamente na construção de uma epistemologia delimitadora, delineando os contornos daquilo que é considerado um saber legítimo no contexto específico das pesquisas biomédicas. A instituição de um conjunto normativo não só demarca as práticas éticas, mas contribui para a formação de uma epistemologia que reflete as normativas éticas e sociais de uma época. Nesse sentido, a resolução desempenha um papel intrínseco na configuração de uma estrutura normativa que exerce influência determinante sobre a definição do conhecimento no domínio das pesquisas científicas.

Sob a ótica foucaultiana, a Resolução nº 196/1996 transcende sua função meramente ética, manifestando-se como um mecanismo de controle e vigilância sobre os agentes praticantes da pesquisa científica. A instituição de Comitês de Ética em Pesquisa representa uma estrutura de supervisão incumbida da monitoração das atividades dos pesquisadores, assim sendo, estes comitês, sob uma perspectiva disciplinar, operam como agentes de vigilância, garantindo que as pesquisas estejam em consonância não apenas com as normas éticas, mas também com as expectativas sociopolíticas (Foucault, 1987). Nesse escopo, a resolução transcende sua função prescritiva de normas éticas, desempenhando uma função disciplinar ao regulamentar e vigiar o processo de produção do conhecimento científico, conferindo uma autoridade normativa, a resolução não apenas influencia o objeto de estudo, mas orienta a condução metodológica das investigações, estabelecendo-se como um agente normativo central na modelagem das práticas de pesquisa científica.

Além disso, o documento normativo se torna um espaço dinâmico no qual as dinâmicas de poder são evidenciadas e onde diferentes atores participam na

construção e reconfiguração das relações entre poder, saber e práticas científicas. Assim, a resolução nº 196/1996 emerge como um locus central onde se delineiam e redefinem as complexas relações entre poder e saber, exercendo uma influência substantiva na configuração epistêmica do campo das pesquisas com seres humanos.

SE7:

As recomendações do CEP/UFSC constantes no primeiro parecer foram no sentido de corrigir o TCLE e melhorar a avaliação dos riscos, bem como prever medidas para a proteção dos participantes. Sobre os dados por mim preenchidos na seção de “avaliação de riscos e benefícios” da Plataforma Brasil, o CEP/UFSC pondera que “os riscos são avaliados e até minimizados, com a informação de que são ausentes, o que evidentemente não é o caso em qualquer pesquisa envolvendo violência domiciliar”. Em relação à apresentação obrigatória dos documentos, considera que ‘O TCLE é insuficiente, uma vez que único para policiais e mulheres que sofreram violência e linguagem complexa. Embora trabalhando com deficientes, não há previsão para que a autorização seja feita por representante nomeado no caso de incapazes, bem como Termo de Assentimento delas. (Parecer) (grifos nossos).

Em SE7, pode-se depreender a complexa relação entre discurso e poder, destacando o papel preponderante do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFSC) no processo de validação e regulamentação ética das investigações científicas. A autoridade do CEP se manifesta de maneira clara nas considerações sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e na reconfiguração da avaliação de riscos. Ao questionar a eficácia do TCLE e apontar a complexidade da linguagem utilizada, o CEP não apenas interpreta as normas éticas, mas exerce um controle normativo sobre o discurso e os procedimentos da pesquisa.

A relação entre pesquisador e CEP assume uma dinâmica de poder, onde o último dita as normas e critérios que regem a pesquisa ética. O pesquisador, ao submeter sua proposta ao CEP, se coloca em uma posição de submissão às diretrizes do comitê, delineando, assim, os limites do que é considerado aceitável e regulamentado.

Além disso, a autoridade do CEP é reforçada pela sua capacidade de influenciar a avaliação dos riscos. Ao afirmar que os riscos são “avaliados e até minimizados”, o CEP não apenas controla o processo de pesquisa, mas também molda a narrativa oficial sobre a segurança e a ética da investigação. Essa dinâmica

revela como o poder não só regula práticas, mas também constrói uma imagem normativa do que é ético no contexto da pesquisa.

Para Foucault (1999), um controle que não incide diretamente sobre o conteúdo das afirmações, em relação a sua conformidade com a verdade ou não, mas sobre a regularidade das formulações. A indagação central reside em identificar o agente da enunciação e se este possuía qualificações adequadas para se expressar, em qual nível hierárquico a referida afirmação se insere, em que conjunto temático ela pode ser classificada, e em que medida ela se alinha a outras formas e tipologias de saberes.

Essa "disciplina da enunciação" promoveu um impacto duplo, ao viabilizar uma maior difusão de enunciados, tornando-os mais sujeitos a revisões, fomentando controvérsias e incentivando a produção de novas expressões - um desbloqueio epistemológico. Simultaneamente, a supervisão dos procedimentos de enunciação tornou-se notavelmente mais rigorosa, estabelecendo novas interações entre conhecimento e poder, onde emergiu uma norma inovadora que já não se fundamenta na verdade, mas na própria regra da ciência (Foucault, 1999).

A normalização do discurso, conforme SE7, não é apenas uma questão de estabelecer uma comunicação clara, mas também uma maneira de exercer controle sobre o que pode ser dito e como pode ser dito. O CEP, ao determinar que o TCLE é insuficiente devido à sua linguagem complexa, está impondo uma norma que influenciará não apenas a redação do TCLE, mas também a forma como os pesquisadores se comunicam sobre os aspectos éticos de suas pesquisas. Essa análise revela que, no âmbito ético da pesquisa, o poder não está apenas nas decisões sobre aprovação ou reprovação, mas também na capacidade de ditar as normas linguísticas, moldando assim a apresentação e compreensão dos procedimentos éticos.

SE8:

Em um primeiro momento considerei impertinente a sugestão de dois TCLE, um para mulheres com deficiência; outro, para policiais, uma vez que o objeto da investigação não são exatamente as práticas policiais da delegacia, mas a experiência de mulheres com deficiência que procuram a delegacia para prestar queixas e registrar denúncias: *As entrevistas e conversas com policiais ou qualquer outro profissional da*

delegacia não têm o intuito de avaliar e analisar as práticas policiais, mas de obter desses profissionais dados relevantes unicamente sobre violências contra mulheres com deficiência.

(Resposta da pesquisadora ao CEP/UFSC).

A análise à luz da perspectiva discursiva foucaultiana destaca a relação de poder evidente na SE7, onde o CEP/UFSC exerce controle normativo ao impor requisitos específicos para o TCLE e critérios de avaliação de riscos. Essas normas buscam enquadrar a pesquisa dentro de categorias estabelecidas pelo comitê. Já em SE8, a pesquisadora resiste à normatização proposta, contestando a sugestão de dois TCLE. Anahí Mello reivindica o direito de definir o escopo de sua pesquisa, afirmando que o foco não é nas práticas policiais, mas na vivência das mulheres com deficiência. E essa resistência representa uma tentativa de subverter as normas impostas pelo CEP, reivindicando autonomia e autoridade na definição do objeto de sua investigação, assim, a análise desses de SE7 e SE8 revelam uma interação dinâmica entre o poder institucional do CEP e a resistência da pesquisadora, destacando o constante embate nas tessituras discursivas.

Não há relação de poder sem resistência; estas são mais reais e eficazes, uma vez que se formam lá mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não precisa vir de outro lugar para ser real, nem é ela inexoravelmente frustrada por ser a compatriota do poder. Ela existe tanto mais por estar lá onde está o poder; portanto, como o poder, a resistência é múltipla e pode ser integrada às estratégias globais (FOUCAULT, 2021, p. 142).

A problemática da resistência, segundo a abordagem foucaultiana, não pode ser dissociada da análise do poder. A resistência, nesse contexto, deve ser concebida como contracondutas ou contradiscursos. Na teoria de Foucault, não há um espaço exterior ao poder, sendo a resistência ligada à dinâmica do próprio poder, isso dá início a um ciclo interminável de poder e contrapoder. A resistência ao poder, segundo Foucault (2021), não é uma consequência de uma teoria de exclusão social, mas é ela própria uma teoria no sentido foucaultiano – uma prática não-totalizante, local e regional. À vista, Anahí Mello constitui sua metodologia no campo da contraconduta, uma vez que rompe com as concepções biomédicas que balizam os procedimentos normativos da pesquisa e da ética em se tratando de pesquisas no campo das humanidades.

Conforme a premissa da ciência, praticamente todas as ideias podem ser expressas, desde que estejam alinhadas aos procedimentos de enunciação, frequentemente destituídos de seus conteúdos ético-políticos. A temporariedade das declarações assegura a constante dinâmica da disciplina da enunciação: sempre haverá algo a ser comunicado, perpetuando o funcionamento do sistema circulatório da ciência (Foucault, 1999).

O processo consiste em instruir determinados sujeitos sobre as normativas, gerando assim aqueles capacitados a engajar-se e discursar no âmbito científico. Como salientado por Foucault (2006), universidades, sociedades científicas, métodos de ensino convencionais, instituições educacionais, laboratórios, a dinâmica das especializações, bem como os critérios para qualificações profissionais, todos esses elementos representam estratégias organizacionais que, em torno de uma verdade proclamada como universal pela ciência, visam restringir o acesso a um grupo específico.

A partir da discussão edificada desses jogos e rituais, a arqueologia propõe examinar como o Ocidente passou a priorizar a forma verdade-descoberta atualmente identificada como um poder dominante e tirânico (Foucault, 2006). Em contraste, destaca-se a negligência em relação à verdade-acontecimento, verdade-estratégia e verdade-raio, que, ao contrário da primeira centrada na relação de conhecimento, fundamentalmente, representam uma dinâmica de poder. A fundamentação científica, assim, deriva das transformações nos procedimentos de produção de verdade sobre o conhecimento empírico no Ocidente, incluindo a disseminação da técnica jurídico-política do inquérito, sua aplicação ao estudo da natureza, a restrição dos agentes com capacidade de descobrir a verdade e a geração de fenômenos por meio de experimentação controlada em laboratórios (Foucault, 2006).

SE9:

O TCLE continua insuficiente, uma vez que único para policiais e mulheres que sofreram violência e linguagem complexa. A previsão para que a autorização seja feita por representante nomeado no caso de incapazes [grifo da autora], bem como

Termo de Assentimento é citada, mas não operacionalidade. São necessários TCLES diferentes para cada grupo de sujeitos. (Parecer).

SE10:

A postura reincidente do CEP/UFSC sobre as pessoas/mulheres com deficiência como “sujeitos incapazes” mobilizou de vez toda a minha existência como pessoa com deficiência e ativista-acadêmica da deficiência, valendo-me do poder de perícia e do poder referente, no sentido de desconstruir a noção de incapacidade, que está intimamente entrelaçada à de deficiência. Enquanto o poder de perícia se refere ao “uso do conhecimento teórico na ação militante”; o poder referente significa “ser referência pela experiência militante para os outros”. Esta posição do CEP/UFSC está baseada em um modelo biomédico de compreensão da deficiência, assim como o é a submissão dos projetos de pesquisa social à lógica biomédica. Sendo assim, em 27 de novembro de 2012 enviei uma carta ao CEP/UFSC, para questionar a pertinência de ambos os pareceres em relação ao TCLE e manifestar surpresa com o desconhecimento dos atuais estudos sobre a temática da deficiência pelo comitê. Dada a pertinência de expandir alguns dos argumentos contidos na carta, assinada conjuntamente com a professora Miriam Pillar Grossi e o professor Adriano Henrique Nuernberg, respectivamente orientadora e coorientador de meu mestrado, optei por transpor alguns trechos no decorrer deste trabalho, quer dizer, poucos trechos estão citados aqui de modo literal (grifos da autora).

Na SE9 a dinâmica de poder subjacente à persistente postura do CEP/UFSC ao categorizar as pessoas/mulheres com deficiência como "sujeitos incapazes". Nesse sentido, é crucial compreender que o poder não se limita apenas a uma

estrutura coercitiva, mas se manifesta igualmente através do discurso, exercendo influência na percepção social e nas práticas institucionais - ao rotular esses sujeitos de pesquisa como "incapazes", o CEP/UFSC não apenas impõe limitações, mas institui discursividades que permeiam a subjetividade e autonomia das pessoas com deficiência a partir de concepções naturalizadas do "corpo inválido", do sujeito vazio de escolhas, escolhas e verdades. Para Foucault (1987), as instituições detêm o poder não apenas de impor normas, mas também de definir quem são os sujeitos legítimos e quais são suas características, consolidando relações de poder que se refletem no discurso e nas práticas.

O relato evidencia a posição-sujeito em que a pesquisadora se constituiu enquanto ativista-acadêmica, que utiliza habilmente os poderes de perícia (o uso do conhecimento teórico na ação militante) e referência (tornar-se referência pela experiência militante) para desarticular a arraigada noção de incapacidade. Nesse contexto, observa-se uma resistência ao poder institucional que busca instituir verdades acerca da subjetividade das corporeidades com deficiência.

A resistência desempenha um papel crucial na subversão das estruturas de poder preexistentes. A habilidade da pesquisadora em empregar seu conhecimento teórico como ferramenta na militância reflete a compreensão foucaultiana de como o saber pode ser uma forma de resistência. À semelhança do poder, a resistência gera significados nas relações estabelecidas, tanto em nível individual quanto coletivo, um conjunto de estratégias precisa ser cuidadosamente coordenado, e a resistência é considerada uma abordagem estratégica que visa neutralizar ou reformular a ação do outro (Foucault, 2020). Sendo assim, em SE10 há resistência a noção de incapacidade, por meio dos poderes de perícia e referência - destacando como sujeitos no jogo discursivo podem contestar e subverter os discursos dominantes que contribuem para a estrutura de poder vigente.

Na SE10 a crítica direcionada à posição do CEP/UFSC evidencia a imposição do modelo biomédico na compreensão da deficiência, configurando uma abordagem que Michel Foucault (1987) identificaria como um mecanismo de controle do conhecimento - a capacidade de definir a deficiência e orientar os projetos de pesquisa social reflete a centralização do poder na esfera biomédica.

Foucault (2020) sustenta que o conhecimento não é uma entidade neutra, mas uma expressão de poder capaz de controlar e normatizar grupos sociais específicos. A imposição do modelo biomédico na interpretação da deficiência não apenas

influencia as práticas institucionais, mas também contribui para a perpetuação de uma visão hegemônica que marginaliza, invisibiliza e exclui os corpos com deficiência.

Ao questionar a pertinência dos pareceres, a pesquisadora não apenas aponta a falta de atualização do comitê em relação aos estudos sobre deficiência, mas confronta a imposição de um paradigma biomédico que frequentemente negligencia as dimensões sociais e culturais dessa experiência. Segundo Foucault (2020), essa crítica representa uma forma de resistência ao poder que busca normalizar e controlar o conhecimento sobre a deficiência.

A partir abordagem discursiva foucaultiana desse contexto destaca a inter-relação entre poder, saber e a imposição do modelo biomédico, evidenciando como a resistência pode emergir no questionamento e desafio às estruturas que moldam a compreensão social da deficiência – Assim, dando condições de possibilidade para a constituição do conceito de capacitismo como estratégias de resistência no campo dos embates discursivos.

SE11:

Esta concepção, bastante antiga neste campo, é aquela oriunda do campo da biomedicina, que via até recentemente a deficiência como uma patologia cujo resultado seria a ‘incapacitação’ social e muitas vezes também intelectual e de autonomia pessoal dos sujeitos com deficiência. (Trecho da carta-resposta enviada ao CEP/UFSC).

SE12:

[...] se fazemos um TCLE com este termo os recolocaremos simbolicamente (e com extrema violência) no campo de representação no qual eles justamente estão se distanciando ao se reconhecerem enquanto cidadãos em busca de seus direitos. Ajustar a segunda versão do TCLE, adaptando-o aos critérios desse comitê no que diz respeito aos ‘incapazes’, seria, portanto, agir de forma incoerente tanto no aspecto jurídico-legal quanto em relação ao aspecto político no que diz respeito à capacidade legal das pessoas com deficiência. [...] Encaminhamos nova versão do TCLE em dois modelos, tal como nos foi demandado,

um para os profissionais da delegacia e outro para as pessoas com deficiência a serem entrevistadas, sem, todavia, acolher a demanda deste comitê de tratá-las como 'incapazes'. Esperamos ter esclarecido este comitê sobre as implicações éticas, políticas e científicas de nosso encaminhamento e colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários. (Trechos finais da carta enviada ao CEP/UFSC).

Na perspectiva discursiva foucaultiana, os trechos SE11 e SE12 proporcionam uma compreensão profunda da complexa interação entre poder, resistência e constituição dos sentidos no contexto da deficiência.

A SE11 apresenta uma crítica perspicaz à concepção arraigada na biomedicina, que historicamente caracterizou a deficiência como uma patologia levando à 'incapacitação' social, intelectual e de autonomia pessoal dos sujeitos com deficiência. Essa perspectiva transcende um simples diagnóstico médico, revelando a influência do poder na normatização social e na categorização de grupos. Foucault (1987) argumentaria que essa concepção vai além de uma abordagem descritiva, sendo normativa ao estabelecer uma dinâmica de poder que hierarquiza e subjuga segmentos específicos da sociedade.

Na SE12, percebemos uma estratégia de resistência diante da imposição do rótulo de 'incapazes' pelo comitê. A pesquisadora rejeita a sugestão de ajustar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) conforme a visão do comitê, argumentando que tal adaptação os colocaria simbolicamente em um campo de representação do qual estão se distanciando enquanto cidadãos em busca de seus direitos. Essa resistência não apenas denota uma recusa à rotulação, mas também destaca as implicações éticas, políticas e científicas inerentes à abordagem proposta.

A convergência entre esses dois aspectos reside na resistência contra a concepção predominante da biomedicina, que, por sua vez, influencia diretamente na tentativa do comitê de impor uma categorização prejudicial. A SE11 delinea a imposição de uma narrativa patologizante sobre a deficiência, enquanto a SE12 revela uma resposta estratégica para desafiar e reverter a rotulação de 'incapazes', destacando a resistência como uma ferramenta contra-hegemônica no enfrentamento das estruturas de poder que moldam as representações sociais da deficiência.

SE13:

O desfecho se deu com um Parecer consubstanciado, emitido em 10/12/2012, e dessa vez o CEP/UFSC sinalizou pela aprovação do projeto de pesquisa. Mas a esta altura, eu já me encontrava fora de campo, de volta a Florianópolis. Cabe ainda ressaltar que incapacidade não é o mesmo que vulnerabilidade. Vulnerabilidade aqui não implica em coerção da vontade do sujeito para a ação social, como a de interagir com a pesquisadora, mas deve ser compreendida como um indicador da desigualdade social que se expressa nos processos de exclusão de grupos sociais que têm sua capacidade de ação e reação reduzida em função da discriminação e opressão a que são submetidos.

A aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP/UFSC emerge como um importante elemento a ser compreendido sob a perspectiva do exercício de poder, uma vez que a decisão do comitê de ética de aprovar ou reprovar projetos de pesquisa não é meramente técnica; ela representa uma manifestação do poder institucional sobre a produção do conhecimento – se (re)constitui pelo embate discursivo, pelas relações de força e pela resistência que é atravessada pelas vivências da Anahí Mello, uma pesquisadora com deficiência e que se inscreve em formações discursivas no campo da teoria dos estudos Queer e da teoria Crip.

Na SE13 a distinção entre incapacidade e vulnerabilidade emerge como um ponto central, sinalizando uma atitude reflexiva que questiona as categorias utilizadas pelo CEP/UFSC, essa diferenciação sugere uma análise sobre como os conceitos são empregados não apenas como descrições objetivas, mas como ferramentas que moldam relações de poder.

Nesse sentido, a linguagem desempenha não apenas um papel comunicativo, mas também funciona como uma tecnologia de poder. No contexto da SE13, ao introduzir a diferenciação entre incapacidade e vulnerabilidade, a pesquisadora está, de certa forma, redefinindo as fronteiras conceituais estabelecidas pelo comitê ético. Foucault (2020) argumenta que as definições e categorizações não são apenas

representações objetivas da realidade, mas instrumentos que moldam a compreensão e perpetuam relações de poder.

Ao afirmar que "incapacidade não é o mesmo que vulnerabilidade", a pesquisadora busca desafiar a visão tradicional e biomédica que o CEP/UFSC pode ter adotado. Sendo assim, a diferenciação proposta não se limita a uma questão semântica, mas busca realinhar o entendimento desses conceitos no -contexto da pesquisa em questão.

Diante dos desafios enfrentados por aqueles que se lançam ao meio acadêmico com o anseio de realizar pesquisas, ao mesmo tempo em que recebem as simplificações frequentes nos rituais científicos, Foucault (2020) aborda abordagens alternativas por meio da recusa em compreender os saberes a partir de um modelo epistemológico. Essas abordagens não visam descartar, menosprezar ou invalidar os procedimentos considerados científicos, mas, analisá-los não tanto do ponto de vista epistemológico, e sim explorar suas dimensões éticas e políticas. O enfoque reside em tornar explícitos os processos de construção dos enunciados científicos, as intrincadas relações, alianças e interesses envolvidos na produção e concretização dos fatos científicos. Dessa maneira, evidencia-se uma dimensão política muitas vezes negligenciada e não oficializada na prática científica.

Foucault (2006) busca evidenciar, por meio de sua abordagem arqueológica do saber, que a demonstração científica transcende a mera formalidade ritualística, pois o sujeito que se presume universal no saber é, na realidade, um sujeito historicamente caracterizado por diversas modalidades. O propósito é sublinhar que a busca pela verdade constitui, em si mesma, uma forma específica de produção da verdade. Desta forma, Foucault almeja revelar que aquilo que é apresentado como uma verdade auto evidente ou resultado de uma demonstração serve, como fundamento para qualificar o sujeito da pesquisa dentro do sistema da verdade-acontecimento.

Ao problematizar os modelos e conceitos considerados propulsores do avanço científico, pelas teorizações dos estudos discursivos foucaultianos, é possível lançar incertezas sobre a naturalidade de noções cruciais para a Ciência Moderna. Busca-se, neste contexto, evidenciar a análise da complexa rede de elementos envolvidos na sua produção, evitando adotar uma postura contemplativa ou essencialista, uma vez que a atividade científica resulta na criação de novas entidades que, conseqüentemente, moldam a própria existência, a partir da história das modalidades

práticas e dinâmicas de conectar, regular ou ordenar as concepções acerca do eu, do mundo e dos outros.

Com a análise do artigo “Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC” é possível alcançar os objetivos de pesquisa - que envolve a compreensão das condições que levam à emergência do capacitismo no cenário acadêmico brasileiro, bem como a identificação dos desafios associados à introdução do conceito de capacitismo como estratégia de resistência, tomando como base vontade de verdade delineadas por Foucault.

Ao examinar as interações entre o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFSC) e a pesquisadora, a dissertação é capaz de desvendar as complexas dinâmicas de poder que moldam as normas éticas e orientam as pesquisas. A discussão sobre a normalização do discurso, a imposição de padrões linguísticos e a resposta da pesquisadora oferecem perspectivas valiosas para a compreensão das condições que configuram o ambiente acadêmico em relação ao capacitismo.

Uma vez que a universidade, há muito tempo, foi concebida como uma instituição de prestígio, uma torre de marfim que, por vezes, perpetuou uma imagem elitista e privilegiada. No entanto, nas últimas décadas, estudos começaram a emergir, especialmente na primeira década do século XXI, focalizando as experiências de grupos historicamente desprivilegiados na academia, tais investigações lançam luz sobre as vivências de pessoas negras, pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados no contexto do acesso ao ensino superior.

Contrariando a percepção tradicional da universidade como uma entidade inquestionável e inacessível, esses estudos desvelam a realidade de indivíduos que, historicamente, foram excluídos das oportunidades educacionais. Nesse contexto, a torre de marfim é desconstruída para revelar as complexidades e desafios enfrentados por aqueles que buscam ingressar e prosperar no ambiente acadêmico.

O foco dessas pesquisas é proporcionar visibilidade às experiências de pessoas negras, pessoas com deficiência e outros grupos historicamente desfavorecidos no cenário educacional superior. Ao dar voz a essas comunidades, os estudos desafiam estereótipos arraigados, revelando as lutas enfrentadas e os triunfos conquistados no percurso acadêmico (Brown, 2020).

Paralelamente, presença da lógica de mercado na universidade contemporânea tem gerado uma série de implicações, destacando-se entre elas o

fenômeno do capacitismo - endêmico na academia, manifesta-se por meio da busca incessante pela excelência acadêmica, cujas métricas incluem indicadores como produtividade, eficiência e resultados tangíveis (Brown, 2020). Sendo assim, ênfase na produtividade e eficácia, muitas vezes associada à competitividade acadêmica, cria um ambiente onde a capacidade é medida de acordo com padrões estreitos e pré-concebidos.

No ambiente acadêmico, observa-se a perpetuação de preconceitos e da expectativa de baixo desempenho em relação aos sujeitos com deficiência – tais corporeidades são frequentemente estigmatizadas como não pertencentes ao meio acadêmico, sendo erroneamente consideradas intelectualmente mais frágeis e menos capazes (Brown, 2020). No lugar de aceitar a diversidade como um reflexo da sociedade, os ambientes acadêmicos procuram padronizar e uniformizar os métodos de trabalho e a identidade acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contemporaneidade se destaca por possibilitar a visibilidade de sujeitos que, em períodos anteriores, estavam relegados à invisibilidade, à periferia dos registros históricos - Um exemplo notável é o sujeito com deficiência. Neste estudo, empreendemos uma análise a respeito das condições de emergência do conceito de capacitismo, por intermédio de artigos científicos publicados em periódicos com Avaliação Qualis A e B, conforme Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os artigos, em particular, proporcionam uma compreensão mais aprofundada sobre o estado da arte em relação ao que vem sendo produzido no campo acadêmico-científico acerca da deficiência e capacitismo.

Nos objetivos delineados, propusemo-nos a investigar as condições propiciadoras para a emergência de discursos concernentes ao sujeito com deficiência e sobre o conceito de capacitismo. Por meio da análise desenvolvida, inferimos que o fazer científico concernente à temática em foco opera mediante a constituição de discursos voltados às concepções biomédicas. Assim, a ciência desempenha um papel crucial na formação de discursos e práticas vinculadas à deficiência, moldando não apenas o entendimento das condições de saúde, mas também determinando diretamente as percepções sociais e as políticas que impactam a vida das pessoas com deficiência.

A dinâmica neoliberal, caracterizada pela primazia da eficiência econômica e maximização da produtividade, converge para a desvalorização do corpo não produtivo, cenário particularmente acentuado quando voltamos o olhar para as pessoas com deficiência. Essa circunstância, é fundamental para a compreensão das estruturas sociais, também tem reflexos no fazer científico e nas implicações para a pesquisa - o que foi constatado na experiência de Anahí Mello ao submeter sua pesquisa ao comitê de ética da UFSC.

A delimitação da própria materialidade de análise revela que os estudos sobre capacitismo estão em estágio incipiente. Apesar da existência de trabalhos dedicados à deficiência, observa-se uma lacuna significativa na robustez teórica relacionada à emergência do capacitismo e aos processos que constituem toda essa trama, aqui, especialmente, nos estudos discursivos foucaultianos. Esta carência evidencia a necessidade premente de investigações mais aprofundadas e fundamentadas

teoricamente, visando uma compreensão mais completa dos fenômenos discursivos relacionados à deficiência e ao capacitismo.

Além disso, tivemos dificuldades na seleção dos artigos, pois, de dez artigos, apenas um pode ser utilizado para responder à problemática desta pesquisa: em quais condições de possibilidade o conceito de capacitismo emerge no contexto acadêmico-científico brasileiro? O que foi possível constatar é a ausência de bases teóricas sobre o capacitismo. Ao realizar o levantamento das discussões sobre capacitismo, nos artigos selecionados, em sua maioria, o conceito fica localizado nos títulos, resumos e introduções dos artigos. Quando transcende, se estabelecem reflexões mais descritivas do que é o capacitismo e não aborda a emergência e os efeitos sócio-históricos do mesmo.

Os estudos discursivos destacam a relevância das práticas de si e das formações discursivas na subjetivação do sujeito. No caso de Anahí Mello, sua condição de mulher com deficiência, antropóloga e pesquisadora, determina a construção de suas perspectivas sobre a funcionalidade corporal e, conseqüentemente, seu papel como sujeito intelectual no estudo do capacitismo.

As séries enunciativas selecionadas para análise evidenciam a presença das teorias queer e crip nas análises da autora, questionando as normas sociais em relação à sexualidade, corporalidade e deficiência. A escolha estratégica de termos como "corpos capazes" em detrimento de "corpos aptos" demonstra uma abordagem crítica concernente à designação dos corpos com deficiência, desafiando as normas hegemônicas.

A proposta de adoção do termo "capacitismo" no contexto brasileiro é apresentada como uma estratégia significativa nos movimentos sociais, na produção acadêmica e nas políticas públicas. Anahí Mello destaca a urgência de visibilizar uma forma específica de opressão contra as pessoas com deficiência e desnaturalizar o discurso predominante sobre essa condição.

A análise foucaultiana nos possibilitou uma compreensão do capacitismo como uma expressão do biopoder, que atua sobre a vida biológica dos sujeitos e estabelece normas hierárquicas para os corpos. A resistência, conforme explorado, não se restringe à luta contra a discriminação, mas também engloba a redefinição das narrativas dominantes e a transformação das estruturas sociais.

A sociedade contemporânea tem avançado significativamente em várias frentes na busca por igualdade e respeito às diferenças. No entanto, um tema que

ainda carece de atenção adequada é o capacitismo. Este fenômeno, caracterizado pela discriminação e preconceito contra pessoas com deficiência, muitas vezes, é negligenciado nos discursos sobre inclusão e diversidade. Portanto, é imperativo intensificar os estudos sobre capacitismo para promover uma compreensão mais aprofundada dessa questão e implementar ações eficazes para combater a estrutura capacitista.

O capacitismo enraíza-se em estereótipos, atitudes negativas e barreiras sistêmicas que marginalizam pessoas com deficiência. A falta de conscientização sobre esse fenômeno contribui para a perpetuação de práticas discriminatórias em diversos setores da sociedade, desde o ambiente de trabalho até as interações sociais cotidianas. A ampliação dos estudos sobre capacitismo é fundamental para dismantelar essas estruturas discriminatórias e construir uma sociedade mais inclusiva.

Um dos desafios para superar o capacitismo reside na escassa visibilidade dada a essa questão. Ao expandir os estudos, promove-se a conscientização e cria-se um espaço para discussões informadas sobre o impacto do capacitismo na vida das pessoas com deficiência. Essa visibilidade é crucial para sensibilizar a opinião pública, desafiando estereótipos prejudiciais e incentivando a empatia.

Além disso, a pesquisa sobre capacitismo pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Compreender as nuances dessa forma de discriminação é fundamental para implementar mudanças significativas nos sistemas educacionais, de saúde, de emprego e em outros setores, visando a garantir igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas habilidades.

Em conclusão, a presente análise reflete sobre os desafios inerentes às pesquisas concernentes a sujeitos com deficiência. A investigação pautada no artigo intitulado "Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC", evidencia a complexidade subjacente ao desenvolvimento de estudos que envolvem esse segmento populacional. A constatação de que nem todos os sujeitos com deficiência podem, por si só, emitir um discurso, frequentemente, falam por eles – como uma autorização universal do cuidador, educador, entre outros.

Interrogar a lógica da pesquisa biomédica, como exposto, implica na instauração de fissuras nas estruturas mais profundas do capacitismo, desencadeando, assim, uma subversão da ordem discursiva vigente.

Além disso, emergiu como imperativo a necessidade de os corpos com deficiência assumirem o papel ativo na produção de pesquisas acerca de suas próprias vivências. O axioma "Nada sobre nós sem nós" assume, na contemporaneidade, uma relevância histórica, destacando-se por meio das contribuições científicas empreendidas por Anahí Mello e outros agentes. Estes esforços convergem para a reconfiguração e ampliação das narrativas científicas concernentes à experiência da deficiência, almejando uma representatividade mais fiel e abrangente no panorama acadêmico.

E o capacitismo como conceito político o revela-se não apenas como uma problemática a ser enfrentada, mas também como um potencial via de resistência e afirmação identitária para aqueles que enfrentam o capacitismo. O conceito emerge como uma resposta assertiva e consciente à negação histórica dos direitos e à invisibilidade sistêmica imposta aos corpos com deficiência.

REFERÊNCIAS

AMBRÓZIO, A. **A Governamentalidade Neoliberal**: Disciplina, Biopolítica e Empresariamento da Vida. *Kínesis*, Vol. IV, nº 08, 2012.

ANASTASIOU, D.; KAUFFMAN, J. M. **The Social Model of Disability**: Dichotomy between Impairment and Disability. *Journal of Medicine and Philosophy*, v. 38, n. 4, p. 441-459, 1 ago. 2013. <https://doi.org/10.1093/jmp/jht026>.

BARNES, C.; OLIVER, M. **Disability**: A sociological phenomenon ignored by sociologists. Leeds: University of Leeds, 1993.

BARNES, C.; OLIVER, M.; BARTON, L. **Disability Studies Today**. Cambridge: Polity Press, 2002.

BARROS, I. C. **A emergência da população como problema político**: o conceito de governamentalidade em Michel Foucault. *Existência e Arte - Revista Eletrônica do Grupo PET - Ciências Humanas, Estética da Universidade Federal de São João Del-Rei - ANO XI - Número XI - 2019*.

BARTON, L. **Estudios sobre discapacidad y la búsqueda de la inclusividad Observaciones**. *Revista de Educación*, n. 349, p. 137-152, 2009.

BARTON, L.; OLIVER, M. **Disability studies**: past, present and future. Leeds: The Disability Press, 1997.

BRAGA, S. MENEGHEL, P.S. **Do corpo de todos nós ao corpo do (eu)**: efeitos de subjetividade na singularidade corpórea. *REDISCO. Vitória da Conquista*, v. 2, n. 2, p. 88-100, 2013.

CAMPBELL, F. K. **"InciPng Legal FicPons: Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law."** *Griffith Law Review*, London, v. 10, n.1, 2001.

CAMPBELL, F. K. **Contours of Ableism** - The producon of disability and abledness. Palgrave Macmillan, UK, 2009.<https://doi.org/10.1057/9780230245181>.

CANDIOTTO, C. **Filosofia e coragem da verdade em Michel Foucault**. In D. O. Perez (Org.), *Filósofos e terapeutas em torno da questão da cura* São Paulo: Escuta,2007.

CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octávio Ferreira Barreto Leite. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DELEUZE. G; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Mil Platôs. **Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 05. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo. Editora 34, 2005.

DIAS, A. C. N. e El-Jaick, A. P. **A monumentalização do discurso na arqueologia do saber, de Michel Foucault, Signótica**. Goiânia, 2021.<https://doi.org/10.5216/sig.v33.66553>.

DIAS, A. **Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social**. Anais do II Simpósio Internacional de Estudos sobre Deficiência. São Paulo, p. 5-14, 2013.

DINIZ, D. Deficiência e Políticas Sociais - Entrevista com Colin Barnes. *Revista SER Social*, v. 15, n. 32, p. 237-251, 2013.https://doi.org/10.26512/ser_social.v15i32.13043.

_____. **O que é deficiência**. Brasiliense, 2007.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009. <https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FAÉ, R. **A Genealogia em Foucault**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 3, p. 409-416. 2004. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722004000300009>.

FERNANDES, C. A. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

_____. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005

FERNANDES, C. A.; SARGENTINI, V. **Saussure e Foucault, língua e discurso**. Revista da Anpoll, Florianópolis, v. 53, n. 2, p. 53-67, 2022. <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i2.1692>.

FONSECA, T. G. **Pesquisa e acontecimento: o toque no impensado**, Dossiê - Educação • Psicol. Estud. 2006. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300022>

FOUCAULT, M. **A Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

_____. **O poder psiquiátrico: curso no Collège de France (1973-1974)**. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **O nascimento da clínica**, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

_____. **Ditos e escritos III: Estética: literatura e pintura, cinema e música**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 2020.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e terra, 2021.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____. **O poder psiquiátrico**. 1. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

LOPES, M. FABRIS, Eli. (Org.). **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MACHADO, R. **Ciência e Saber: A trajetória da Arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro:1982.

MCRUER, R. **Compulsory Able-Bodiedness and Queer/Disabled Existence**. In: Snyder SL, Brueggmann BJ, Garland-Thomsom R. (orgs). *Disability studies: enabling the humanities*. New York: Modern Language Association of America, 88-99, 2002.

MELLO,A.G. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC**. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>.

MENDES, Cláudio Lúcio. **O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo**. In: *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC*, n. 39, p. 167 - 2006.

OLIVER, M. **The politics of disablement**. London: The Macmillan Press Ltd, 1990. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-20895-1>

OLIVER, M.; BARNES, C. **Back to the future: the World Report on Disability**. *Disability & Society*, v. 27, n. 4, p. 575-579, jun. 2012. <https://doi.org/10.1080/09687599.2012.686781>

PIOVEZANI, C. **Foucault com Courtine: Corpo e discurso**.In: GOMES, D.O ; SOUZA, P. *Foucault com outros nomes: lugar de enunciação*, Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009.

SANTOS, R.E. **Genealogia da Governamentalidade em Michel Foucault**. 2010. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO, Pedro (Orgs.). **Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.

SASSAKI, R. K. **Vida Independente**: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003.

_____. **O direito à educação inclusiva, segundo a ONU**. In: A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Brasília: Corde, 2007

SOUZA, J. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: UnB, 2000.

UPIAS. **Fundamental Principles of Disability**. London: The Disability Alliance, 1976.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M.C. **Inclusão e Governamentalidade**, Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300015>.

VIEIRA, P. P. (Org.). **Reflexões sobre a História da Loucura de Michel Foucault**. **Revista Aulas** - Dossiê Foucault, n. 3, dez. 2006 - mar. 2007.